

UNILA -UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

ILAESP – INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

**Ciências Econômicas, Economia
Integração e Desenvolvimento**

**CELSO FURTADO E RUY MAURO MARINI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA
SOBRE A PERSPECTIVA DE SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA
AMÉRICA LATINA, COM ÊNFASE NO CASO BRASILEIRO**

GABRIEL EVANGELISTA

Foz do Iguaçu

2025

UNILA -UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

ILAESP – INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

**Ciências Econômicas, Economia
Integração e Desenvolvimento**

CELSO FURTADO E RUY MAURO MARINI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A PERSPECTIVA DE SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA, COM ÊNFASE NO CASO BRASILEIRO

GABRIEL EVANGELISTA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof. Dr^a: Maíra Machado Bichir

Foz do Iguaçu
2025

GABRIEL EVANGELISTA

**CELSO FURTADO E RUY MAURO MARINI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA
SOBRE A PERSPECTIVA DE SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA
AMÉRICA LATINA, COM ÊNFASE NO CASO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dra. Maíra Machado Bichir
UNILA

Dra. Virginia Laura Fernández
UFPR

Dra. Marina Machado Gouvêa
UFRJ

Foz do Iguaçu. 10 de Março de 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe Ana Maria, por mesmo em todas as dificuldades e obstáculos ter sido a melhor mãe que um filho possa pedir, eu te amo mais que o universo.

À minha avó Petronilha e à minha tia Cris por tudo o que fizeram e fazem por mim; todas as minhas conquistas eu devo a estas três mulheres, que me criaram e fizeram de mim o homem que sou hoje.

À minha namorada Marianh, por ser a melhor companheira e parceira que uma pessoa poderia pedir, e ter estado presente em todo o processo de escrita deste trabalho, eu te amo mais que tudo.

Aos professores da graduação de Ciências Econômicas da UNILA por todos os ensinamentos, especialmente aos que me auxiliaram em me tornar um economista preocupado com a justiça social e com os povos oprimidos da América Latina.

À minha orientadora Máira Machado Bichir, por ter aceitado esta tarefa de orientação e por ter me auxiliado em me tornar um melhor pesquisador no processo.

Aos meus amigos Gustavo Andrade e David Gustavo, pelo imenso carinho e por sempre estarem presentes.

Rondó da liberdade

*É preciso não ter medo.
é preciso ter a coragem de dizer.*

*Há os que têm vocação para ser escravo.
mas há os escravizados que se revoltam contra a escravidão.*

*Não ficar de joelhos.
que não é racional renunciar ser livre.
Mesmo os escravos por vocação
devem ser obrigados a ser livres.
quando as algemas forem quebradas.*

*É preciso não ter medo.
é preciso ter a coragem de dizer.*

*O homem deve ser livre
O amor é que não se detém ante nenhum obstáculo.
e pode mesmo existir quando não se é livre.
E no entanto ele é em si mesmo
a expressão mais elevada do que houver de mais livre
em todas as gamas do humano sentimento.*

*É preciso não ter medo.
é preciso ter a coragem de dizer.*

(Carlos Marighella)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar as teorias e categorias desenvolvidas por Celso Furtado e Ruy Mauro Marini no que se refere ao subdesenvolvimento e à dependência na América Latina. Utilizamos, para isso, trabalhos escritos por Celso Furtado durante o período de 1961 a 1978, e de Ruy Mauro Marini de 1967 a 1978, recorte este que busca englobar as principais contribuições de ambos os autores à análise do subdesenvolvimento e da dependência latinoamericana. Adicionalmente, buscamos compreender as visões desses autores acerca do desenvolvimento industrial brasileiro no século XX e as causas e o impacto econômico do golpe militar de 1964, tanto no âmbito nacional quanto no contexto do capitalismo internacional, e investigar as perspectivas de superação do subdesenvolvimento propostas por ambos, identificando os caminhos sugeridos para a transformação socioeconômica da região. Para embasar a análise, é feita primeiramente uma investigação sobre a trajetória política e intelectual dos autores, utilizando textos autobiográficos de ambos autores como base, visando compreender como suas visões de mundo e posições políticas foram desenvolvidas. As visões de Furtado e Marini, no que se refere à análise das sociedades latinoamericanas - aproximam-se em alguns pontos, porém em outros divergem, e a diferença de conclusões é explicada pela base teórica, pela perspectiva e pela posição política de ambos autores

Palavras-Chave: Dependência. Capitalismo. Subdesenvolvimento. Industrialização. América Latina. Brasil.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar las teorías y categorías desarrolladas por Celso Furtado y Ruy Mauro Marini en relación al subdesarrollo y la dependencia en América Latina. Utilizando trabajos escritos por Celso Furtado durante el período de 1961 a 1978), y por Ruy Mauro Marini de 1967 a 1978, recorte este que busca abarcar los principales aportes y contribuciones de ambos autores al análisis del subdesarrollo de la dependencia latinoamericana. Adicionalmente buscamos comprender las visiones de estos autores sobre el desarrollo industrial brasileño en el siglo XX y las causas y el impacto económico del golpe militar de 1964, tanto a nivel nacional como en el contexto del capitalismo internacional, y investigar las perspectivas de superación del subdesarrollo propuestas por ambos, identificando los caminos sugeridos para la transformación socioeconómica de la región. Para fundamentar el análisis, primero se lleva a cabo una investigación sobre la trayectoria política y intelectual de los autores, utilizando textos autobiográficos de ambos como basis, con el fin de comprender cómo desarrollaron sus visiones del mundo y sus posiciones políticas. Las visiones de Furtado y Marini, respecto al análisis de las sociedades latinoamericanas, son cercanas en algunos puntos, pero en otros divergen, y la diferencia en las conclusiones se explica por la base teórica, perspectiva y posición política de ambos autores.

Palabras clave: Dependencia. Capitalismo. Subdesarrollo. Industrialización. América Latina. Brasil.

ABSTRACT

This study aims to analyze the theories and categories developed by Celso Furtado and Ruy Mauro Marini regarding underdevelopment and dependency in Latin America. To this end, we use works written by Celso Furtado between 1961 and 1978 and by Ruy Mauro Marini from 1967 to 1978, a timeframe that seeks to encompass the main contributions of both authors to the analysis of Latin American underdevelopment and dependency. Additionally, we seek to understand these authors' views on Brazilian industrial development in the 20th century, as well as the causes and economic impact of the 1964 military coup, both nationally and within the context of international capitalism. Furthermore, we investigate the perspectives for overcoming underdevelopment proposed by both authors, identifying the paths they suggest for the socioeconomic transformation of the region. To support the analysis, an initial investigation is conducted into the political and intellectual trajectories of the authors, using their autobiographical texts as a basis. This approach aims to understand how their worldviews and political positions were developed. Furtado and Marini's views, with regard to the analysis of Latin American societies, are similar in some points, but diverge in others, and the difference in conclusions is explained by the theoretical basis, perspective and political position of both authors.

Keywords: Dependency. Capitalism. Underdevelopment. Industrialization. Latin America. Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CEI	Centro de Estudos Internacionais
CESO	Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONESCAL	Centro Regional de Construções Escolares para América Latina e região do Caribe
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
FAB	Força Expedicionária Brasileira
FAL	Fundamentos da América Latina
FCPyS Sociais	Centro de Estudos Latino-Americanos da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais
FESP	Fundação Escola de Serviço Público
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IELA	Instituto de Estudos Latinoamericanos
ILPES	Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social
KOMINTERN	Terceira Internacional Comunista
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionária
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
Sciences PO	Instituto de Estudos Políticos de Paris
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAM	Universidade Nacional Autônoma do México
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO

2. TRAJETÓRIA INTELECTUAL E FORMAÇÃO POLÍTICA DE CELSO FURTADO E RUY MAURO MARINI

2.1 CELSO FURTADO: TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA

2.1.1 Graduação, Doutorado na França e retorno ao Brasil.

2.1.2 Furtado e a CEPAL.

2.1.3 SUDENE, Ministério do Planejamento e Exílio.

2.1.4 Retorno ao Brasil e últimos anos de vida.

2.2 RUY MAURO MARINI:: TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA.

2.2.1 Graduação, estudos na França e UNB.

2.2.2 Primeiro exílio - México.

2.2.3 Segundo exílio - Chile: Maturidade intelectual e política.

2.2.4 Terceiro Exílio e retorno ao Brasil.

3.CELSO FURTADO: PERSPECTIVA SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO E A DEPENDÊNCIA, E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

3.1 O Desenvolvimento dos países da vanguarda do capitalismo industrial.

3.2 Subdesenvolvimento e dependência na América Latina.

3.3 Celso Furtado: A Industrialização dependente brasileira.

3.4 O Golpe Empresarial Militar de 1964 e suas consequências econômicas.

3.5 Perspectivas da superação do subdesenvolvimento em Celso Furtado.

4. RUY MAURO MARINI: PERSPECTIVA SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO E A DEPENDÊNCIA, E A INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE BRASILEIRA

4.1 A dinâmica dos países centrais do capitalismo.

4.2 Dependência e subdesenvolvimento na América Latina.

4.3 A transferência de Valor e as Trocas Desiguais.

4.4 A Superexploração do trabalho.

4.5 As fases da economia brasileira no século XX (até 1964).

4.6 O golpe empresarial militar do Brasil em 1964 e suas consequências.

4.7 Perspectivas da superação do subdesenvolvimento em Ruy Mauro Marini.

5. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PENSAMENTOS DE CELSO FURTADO E RUY MAURO MARINI: SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E O CASO BRASILEIRO

5.1 Metodologia: Uma análise comparativa.

5.2 Subdesenvolvimento e dependência na América Latina.

5.3 A industrialização brasileira e o papel do golpe empresarial militar (1964).

5.4 A superação do subdesenvolvimento e da dependência na América Latina.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

1.INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolver um trabalho que compare os textos de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, especificamente no que se trata da problemática da dependência e do subdesenvolvimento na América Latina, surgiu da tentativa de analisar de que maneira Marini se insere dentro do debate sobre o subdesenvolvimento e a dependência na América Latina (em especial no caso brasileiro), comparando o seu trabalho com o de Celso Furtado, autor que é muito mais difundido e conhecido nos debates políticos sobre a temática do subdesenvolvimento, e nos cursos de graduação e pós-graduação em economia (e em outras ciências sociais). Levando em conta a ampla difusão e reconhecimento de Furtado no Brasil e o fato de Marini ter tido suas obras marginalizadas nacionalmente por anos (por várias questões, que serão desenvolvidas ao longo do texto), um trabalho de comparação entre os autores em relação à problemática específica do subdesenvolvimento e da dependência na América Latina, e posteriormente sobre a análise econômica do Brasil pós-golpe militar empresarial (1964-), pode auxiliar a compreender as razões dessa diferença de reconhecimento das obras e das contribuições desses autores. Outro ponto que me trouxe interesse a este recorte específico de autores, foi o fato de as contribuições de Furtado sobre a temática e debate específico da dependência não receberem a mesma atenção que seus trabalhos sobre formação econômica e subdesenvolvimento (na América Latina e no Brasil), e de o autor não ser normalmente citado nos debates sobre as teorias da dependência.

No que se refere ao contexto histórico no qual ambos autores escreveram suas teorias sobre o subdesenvolvimento na América Latina, Furtado, ao escrever seu célebre livro *“Desenvolvimento e subdesenvolvimento”* (2009[1961]), está se contrapondo e respondendo ao modelo mainstream de desenvolvimento proposto por Rostow (1961), que era o modelo hegemônico de desenvolvimento na época. Rostow propunha (como consequência prática de sua base teórica neoclássica) que o subdesenvolvimento dos países latinoamericanos se tratava apenas de uma “fase” do desenvolvimento capitalista, ou seja, mais cedo ou mais tarde tais países alcançariam o mesmo nível de desenvolvimento dos países centrais. Furtado, neste livro, busca contrapor tal afirmação, mostrando que o modo

como os países da periferia estão inseridos historicamente na divisão internacional do trabalho, faz com que o seu desenvolvimento necessite de fatores e impulsos exógenos e que no caso dos países latinoamericanos, estes são limitados pela escassez de divisas (e outros fatores estruturais), não obtendo, portanto, as mesmas “possibilidades” de desenvolvimento dos países centrais.

Marini, por sua vez, entende que o capitalismo nos países latinoamericanos já está totalmente desenvolvido, e afirma que a dependência e o subdesenvolvimento dos países periféricos é a base de sustentação do sistema capitalista global, defendendo o rompimento do modo de produção capitalista como única via para a superação da dependência na América Latina. Desta maneira, contrapõe-se tanto à tradição estruturalista representada principalmente por Raúl Prebisch e Celso Furtado, como à ortodoxia marxista da época, representada no Brasil principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro (que nos anos 1960 era a maior força não apenas dentro do movimento socialista brasileiro, mas na esquerda como um todo), que teorizava que os países latinoamericanos ainda eram economias “feudais” e como consequência defendiam a estratégia etapista “democratico-burguesa”, leitura essa apoiada e exportada para a América Latina pelo Komintern (Terceira Internacional Comunista).

Principalmente no que se refere ao debate sobre a dependência e subdesenvolvimento no Brasil, mesmo que Celso Furtado não seja um autor reconhecido especificamente pela suas contribuições para o debate sobre a dependência, ou tenha dado uma atenção exclusiva e especial ao tema, é impossível negar que a problemática da dependência está presente em muitas das obras do autor. Até mesmo em seu famoso livro “*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*” (2009)[1961]), já vemos elementos relacionados à tese da dependência, muito antes até de autores como Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, sendo assim, de acordo com Bielschowsky (2001), de certa maneira o autor é um precursor do tema.

Posteriormente, em obras como “*Dialética do Desenvolvimento*” (1964), “*A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*” (1978a [1973]), “*Análise do Modelo Brasileiro*” (1986, [1972]) e “*Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*” (1978b), Furtado irá desenvolver de maneira ainda mais profunda sua perspectiva sobre a dependência e seu papel no subdesenvolvimento.

Não existem dúvidas que ambos autores estão inseridos dentro da heterodoxia no que diz respeito ao estudo do subdesenvolvimento e dependência nas sociedades latinoamericanas, mas este fato de nenhuma maneira significa que não exista rupturas e disparidades, até grandes, entre a leitura de ambos, indo da própria metodologia até a “remediação” para a superação da dependência e subalternidade. A própria difusão do trabalho de ambos não poderia ser mais díspar: de acordo com Bielschowsky (2001), Furtado tem trabalhos publicados em mais de 15 idiomas, existem estimativas que indicam que ele tem mais de 1,5 milhões de cópias vendidas e que o número total de leitores alcança a casa dos 10 milhões no mundo todo; enquanto Marini teve todos os seus livros publicados originalmente fora do Brasil (no Chile e posteriormente México), foi traduzido para o português e publicado no Brasil - no que se refere aos seus trabalhos mais famosos - apenas no século XX, e não goza nem de perto do mesmo prestígio acadêmico nas universidades brasileiras (nem mesmo naquelas historicamente de esquerda) que o primeiro, especialmente nos cursos de economia, ou em cursos de outras ciências sociais.

Como podemos explicar essa disparidade? Nildo Ouriques, na apresentação de *“Subdesenvolvimento e revolução”* (2024, [2012]), desenvolve sobre a questão da marginalização do trabalho de Ruy Mauro Marini, dizendo que no contexto do golpe militar empresarial brasileiro de 1964 não havia espaço nas universidades para teorias e teses que se propusessem a romper com o status quo capitalista. Furtado, mesmo que desafiasse o pensamento econômico hegemônico liberal da época, nunca se propôs ou acreditou na superação do capitalismo como meio de superar o subdesenvolvimento, o que tornou muito mais fácil sua difusão dentro das universidades brasileiras dentro do contexto de repressão e censura do período ditatorial (1964-85). Adicionalmente a isso, Furtado desde o seu trabalho com a CEPAL a partir de 1949, e também à frente da SUDENE de 1959 a 1964, e do Ministério do Planejamento (1962-64), e com o sucesso de seu livro *“Formação Econômica do Brasil”* (2007, [1959]), já gozava de certo prestígio no debate sobre o subdesenvolvimento, no Brasil pré-golpe. Claro que isso não significa que Furtado foi aceito facilmente ou que era difundido de maneira abundante entre as universidades neste período de repressão, o próprio, assim como Marini, estava na primeira lista de exilados após o golpe militar de 1964. Porém, já na segunda metade dos anos 1970, com o começo da decadência da ditadura empresarial militar, e com a desenvolvimento de alguns cursos

de graduação e pós graduação em economia majoritariamente heterodoxos, em especial os cursos de pós graduação dos institutos de economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Furtado ganhou uma importância cada vez maior, principalmente em matérias como “Formação econômica do Brasil”, e “Teorias do Desenvolvimento”, que começaram a ser obrigatórias em boa parte das matrizes curriculares dos cursos de Ciências Econômicas do Brasil.

Apesar disso, o principal fator que explica a marginalização de Ruy Mauro Marini, assim como os outros nomes que fazem parte da tradição marxista da teoria da dependência (como Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank), no debate brasileiro até recentemente, é, acima de tudo, o esforço deliberado de Fernando Henrique Cardoso¹, que de maneira consciente se esforçou para deslegitimar e marginalizar os teóricos da vertente marxista da dependência, e logrou, assim, “monopolizar” o debate a favor de sua perspectiva histórico-estrutural.. Isso se deu principalmente pela forma de artigos, em específico três, “*Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência*” (1973), “*As contradições do desenvolvimento- -associado*” (1974) e “*As desventuras da Dialética da Dependência*” (1979), este último escrito em conjunto com José Serra, textos estes que buscavam, de maneira injusta fazer críticas que não possuíam sustentação e muito menos rigor teórico. Referente a Cardoso & Serra (1979), Prado (2011) discorre que este “transforma citações, não faz referências a textos, utiliza expressões inventadas como se fosse dos autores em questão, entre outras artimanhas de uma crítica injusta. A leitura minimamente atenta deste artigo é capaz de notar a superficialidade da maioria das críticas nele tecidas.” (Prado, 2011, p. 6)

Tais artigos tiveram ampla publicação no Brasil e no exterior, como por exemplo na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), na revista CEBRAP e na revista DADOS em 1979. O boicote a Marini além de receber colaboração e auxílio de José Serra e Enzo Falleto, mesmo que de maneira menor também recebe apoio de outros intelectuais, como Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e Guido Mantega,² que por meio de citações em seus artigos e críticas em seus trabalhos, buscaram legitimar o ponto de vista de Fernando

¹ Autor que também escrevia sobre a dependência latinoamericana no mesmo período que Marini, porém a partir de uma perspectiva histórica-estrutural, e que em 1994 se tornaria Presidente da República do Brasil.

² ver Mantega (1997) e Tavares (1975).

Henrique Cardoso em relação à perspectiva marxista sobre a dependência representada por Marini, desta maneira, auxiliando no processo de monopolização da problemática da dependência. Tais esforços lograram retirar de qualquer espaço de debate os teóricos marxistas da dependência, e como consequência disso se deu o desenvolvimento de um “pensamento único” sobre a dependência no Brasil (por meio do boicote e esquecimento da vertente marxista).

E como explicamos o fato de Ruy Mauro Marini e seus companheiros da vertente marxista da teoria da dependência terem continuado a ser excluídos e apagados do debate sobre subdesenvolvimento e dependência no Brasil mesmo depois da redemocratização do país em 1985? Claudia Wasserman (2014) discorre o seguinte:

No retorno ao Brasil, Theotônio, Bambirra e Marini compreendem mais uma vez e com maior intensidade que haviam sido derrotados, política e intelectualmente. A readaptação no retorno ao país chegou a ser mais difícil do que a adaptação aos ambientes chileno e mexicano. A inadaptação e o estranhamento ocorreram porque eles encontraram outra Universidade, outros partidos, uma nova cultura política, e tiveram que lidar com uma mesma disputa teórica acerca do desenvolvimento do capitalismo brasileiro na qual eles já haviam sido derrotados. (Wasserman, 2014, p. 2).

A realidade do debate brasileiro com o fim da ditadura era outra, com o iminente colapso da União Soviética e a queda do muro de Berlim, a força da esquerda radical no Brasil como um todo perdia cada vez mais lugar para a esquerda social-democrata encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, o ostracismo que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entrou a partir dos anos 1980 (tendo sido a maior força dentro da esquerda brasileira durante grande parte do século XX), a guinada do PCdoB a uma estratégia social-democrata, são apenas alguns dos exemplos. Neste contexto cada vez se tornava menor o espaço para se debater perspectivas que buscavam a superação do capitalismo na América Latina, e o marxismo como um todo perdeu sua importância no debate nacional, com um abandono gradual, porém constante da utopia socialista como horizonte pela esquerda. A isso se adiciona o fato de que, de acordo com Prado (2011), às críticas de Cardoso à vertente marxista da dependência foram retomadas no momento prévio à anistia política (e retorno destes teóricos ao Brasil), por meio da ampla divulgação e reprodução dos trabalhos onde o autor criticava fervorosamente Marini, e os outros teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Como vimos, durante basicamente toda a segunda metade do século XX, o trabalho de Marini e de seus colegas da TMD, no que se refere ao cenário acadêmico e político brasileiro, ficou basicamente esquecido e totalmente fora de qualquer debate (alguns poucos livros foram publicados no Brasil e com pouca repercussão). Porém, de acordo com Prado & Castelo (2013), tal quadro começa a mudar já a partir do final da década de 1990, dentro do contexto da ascensão dos movimentos sociais de esquerda na América Latina (tendo início pela primeira eleição de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, seguida de rebeliões indígenas na Bolívia e Equador), quando os trabalhos dos teóricos “marxistas” da dependência começam a ganhar certo fôlego e relativa inserção no debate brasileiro. Tal fato é representado pela publicação do artigo “*Duas notas sobre o socialismo*” de Marini, na revista “Lutas Sociais”, em 1998, e a coletânea publicada por Emir Sader, em 2000, sob o nome de “*Dialética da Dependência*”, que permitiu pela primeira vez a tradução para o português de diversos artigos de Marini, dentre eles, um de seus mais importantes, o artigo que dá nome ao livro, “*Dialética da dependência*”). Pouco tempo depois, em 2005, Roberta Traspadini e João Pedro Stédile publicam o livro que viria a dar fundamental importância e impulso à obra de Marini no Brasil “*Ruy Mauro Marini: vida e obra*” (2005).

A partir da década de 2010, com o contexto da crise estadunidense do subprime de 2008, que se espalha para as sociedades capitalistas em nível mundial, o Marxismo ganha uma nova força e prestígio dentro do debate socioeconômico. Isso teve consequências no debate acadêmico latino-americano, impulsionando o retorno a autores de base marxista, como Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e José Carlos Mariátegui, como importantes contribuições para entender as especificidades latinoamericanas. É neste contexto que acontece um novo impulso à repercussão e divulgação dos autores da teoria marxista da dependência no que diz respeito ao debate sobre o subdesenvolvimento no Brasil. As publicações das obras “*Subdesenvolvimento e Revolução*” (2024) em 2012 (primeira edição), pela coleção Pátria Grande, coordenada pelo Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e editada pela Editora Insular e posteriormente “*O Reformismo e Contrarrevolução estudos sobre o Chile*” (2019) traduzido e publicado pela Expressão Popular em 2019 (primeira edição), marcam um novo momento de divulgação e força das obras deste grande e importante

autor, que passou a ganhar uma voz muito mais presente nos debates sobre a dependência e o subdesenvolvimento latinoamericano.

Um exemplo pessoal do impacto e influência teórica e política dos autores da “TMD” no debate brasileiro, em especial Marini, é a própria UNILA (Universidade Federal da Integração Latino Americana), universidade da qual faço parte e na qual tive contato com a Teoria Marxista da Dependência desde os primórdios da minha graduação em Ciências Econômicas. Aqui, especificamente no Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), existe um número relativamente expressivo de pesquisadores preocupados e ocupados em estudar a Teoria Marxista da Dependência, alguns exemplos são, Maíra Machado Bichir, Roberta Traspadini, Fernando Correa Prado, além das grandes contribuições das professoras Marina Machado Gouvea, Mirella Farias Rocha e Virginia Laura Fernandez (que já não fazem mais parte do corpo docente da UNILA). Como consequência disso, existe um número cada vez maior de pesquisadores, graduados, mestres e doutores formados na UNILA, que estão preocupados com as temáticas e com o debate da dependência, do subdesenvolvimento e das questões raciais e de gênero pela perspectiva da Teoria Marxista da Dependência. E a mesma dinâmica segue em várias outras universidades do Brasil.

No que se a refere à minha trajetória pessoal, durante a pandemia de COVID-19 e o processo de quarentena, tive contato com alguns textos de Marx e Engels, e de autores clássicos do marxismo como Lênin e Rosa Luxemburgo, contato este que foi a razão para a minha decisão de começar a minha graduação em Ciências Econômicas na UNILA, pois nutriu dentro de mim um grande interesse em entender mais a fundo as especificidades do modo de produção capitalista. Durante a graduação tive contato com a obra de economistas e intelectuais de várias vertentes, mas desde o começo do curso me interessei com muito mais ênfase pelos debates relacionados à análise das especificidades do capitalismo latinoamericano, e, em específico, do caso brasileiro.

Esse interesse foi fomentado pelo contato que tive com a obra de autores como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Caio Prado Jr., José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes, tanto por textos das matérias que cursei durante a graduação, como por estudos pessoais que fazia sempre entre os semestres. Mas nenhum me cativou e influenciou de maneira tão forte como os trabalhos dos autores ligados à Teoria Marxista da Dependência,

principalmente Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, trabalhos com os quais tive primeiro contato cursando as disciplinas “Fundamentos da América Latina” (FAL) e posteriormente “História do Pensamento Econômico e Social Latino-Americano”, ambas matérias obrigatórias do currículo da graduação em Economia da UNILA, e que foram lecionadas pelo professor Fernando Correa Prado. As teorias presentes nas obras destes autores, por meio de sua explicação do subdesenvolvimento e das categorias utilizadas para analisar e explicar a dinâmica do capitalismo latinoamericano e mundial, conseguiu desenvolver as “lacunas” e limitações que eu acreditava existir na teoria estruturalista, teoria dominante nos cursos heterodoxos de economia do Brasil e no que se refere ao debate sobre a América Latina.

Neste sentido, o objetivo de fazer uma análise comparativa entre Celso Furtado e Ruy Mauro Marini nasce primeiramente da minha admiração pela obra de Furtado, e dos avanços feito pelo autor no debate e estudo sobre as especificidades do capitalismo latinoamericano, mas principalmente da minha inquietação em relação às limitações do trabalho da escola estruturalista de modo geral, e em relação à análise do subdesenvolvimento da América Latina. Outro ponto que me trouxe a este recorte específico de autores é o fato de que a maioria das obras que compara a obra de Ruy Mauro Marini com outros autores, o faz comparando com a obra de Fernando Henrique Cardoso, como fez Hadler (2022) e Wagner & da Silva (2013), existindo muito menos trabalhos que comparem o trabalho de Furtado e Marini. Referente aos trabalhos que de fato analisam comparativamente a obra de Furtado e Marini, destaco os trabalhos de Serwy (2023) e Cario, Gomes & Sigaúque (2019). Ambos os artigos comparam as obras dos autores no que se refere às suas perspectivas sobre o subdesenvolvimento e dependência.

Neste sentido, o que distingue minha pesquisa do trabalho destes pesquisadores é que além do objetivo principal de analisar a perspectiva sobre o subdesenvolvimento e dependência de Furtado e Marini, também busquei descrever suas trajetórias intelectuais e políticas, e analisar suas leituras de conjuntura sobre a industrialização brasileira no séc. XX, do papel econômico do golpe empresarial militar e do processo de transnacionalização do capitalismo brasileiro analisado a partir deste momento.

Neste trabalho o desenvolvimento do texto será dividido em três partes, por questões de limitação de espaço e tempo disponível, referentes à própria estrutura de uma

monografia, irei utilizar recortes específicos das obras dos autores no desenvolvimento de cada capítulo, a escolha destes recortes de obras específicas de um grande leque de material que ambos autores produziram se deu por variados motivos, que irei desenvolver a seguir.

Na primeira parte iremos analisar a formação política e intelectual de Furtado e Marini, baseado em suas produções autobiográficas. No caso de Ruy Mauro Marini, iremos utilizar o texto “*Memória*”, escrito e publicado em 1990, que está presente no livro “*Dialética da Dependência e outros escritos*”, publicado em 2022 (páginas 75-166), quando o autor, atendendo uma solicitação da Universidade de Brasília (UNB), faz um relato basicamente de toda sua trajetória, tanto política, quanto intelectual. No que se refere a Celso Furtado, iremos utilizar os três textos autobiográficos: “*A Fantasia Organizada*”, publicado originalmente em 1985, “*A fantasia desfeita*”, de 1989, e “*Os Ares do Mundo*”, de 1991, todos presentes no livro “*Obra Autobiográfica*” (2014), onde o autor destrincha de maneira minuciosa todas as suas experiências, e sua trajetória como intelectual, político e pensador sobre e da América Latina.

No segundo capítulo analisaremos a perspectiva de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento e a dependência na América Latina, com ênfase no processo de industrialização dependente brasileira e o papel da ditadura empresarial militar. Iremos utilizar os trabalhos “*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*” (2016 [1961]), “*Análise do Modelo Brasileiro*” (1986 [1972]), “*A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*” (1978a [1973]) e “*Criatividade, Dependência na Civilização Industrial*” (1978b) sendo apenas o livro “*desenvolvimento e subdesenvolvimento*” (2009,[1961]) escrito anteriormente à 1967, decidi por esta “exceção” pelo fato de ser o livro mais importante de Furtado no que se refere a análise do subdesenvolvimento latinoamericano, sendo este trabalho onde o autor introduz muita das categorias e teorias que estariam presentes nas suas obras futuras. Utilizaremos os trabalhos de Sampaio Jr (1997), Hae Cario, Gomes & Sigauque (2019) para auxiliar em nossa análise do trabalho teórico de Celso Furtado.

A motivação por trás da escolha desses livros específicos para nosso recorte de análise se dá pelo fato de neles existirem elementos importantes para se entender como Furtado compreende a questão da dependência e do subdesenvolvimento. Além disso, em relação aos dois últimos livros, além de o autor desenvolver sua perspectiva sobre o

subdesenvolvimento e a dependência na América Latina, aí está presente toda sua análise sobre o caso específico da industrialização dependente brasileira e o papel da ditadura empresarial militar. Não apenas isso, mas se trata de livros escritos na mesma época em que Marini escreve sobre a experiência brasileira, o que é de grande auxílio, no sentido de facilitar o processo comparativo entre as perspectivas de ambos os autores.

Na segunda parte, iremos analisar a perspectiva de Ruy Mauro Marini sobre o subdesenvolvimento e a dependência, em específico o caso da industrialização dependente no Brasil e o papel do Golpe Militar de 1964. Iremos utilizar como bibliografia “*Subdesenvolvimento e Revolução*” (2024, [1969]), “*Dialética da dependência*” e outros escritos” (2022, [1973]) e “*A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo*” (2012 [1978]). Esses são os trabalhos nos quais o autor desenvolve seu arcabouço teórico e, de maneira categórica, sua tese sobre a dependência na América Latina.³ De maneira mais específica, nos dois últimos textos citados, o autor adicionalmente faz uma análise de conjuntura do Brasil a partir da revolução de 1930, não apenas analisando o período que precede o golpe militar, mas as suas consequências e o período posterior, fatos que nos ajudam a entender a dinâmica e o significado político e econômico do golpe empresarial militar a partir de sua perspectiva. Utilizaremos os trabalhos de Luce (2018), Nogueira (2021) e Amaral & Carcanholo (2012) para auxiliar em nossa análise do trabalho teórico de Ruy Mauro Marini.

Na terceira parte, primeiramente analisaremos a metodologia e as referências teóricas dos dois. Posteriormente buscaremos analisar de maneira comparada tanto suas análises teóricas sobre o subdesenvolvimento e a dependência na América Latina, quanto às análises dos autores sobre o significado econômico do Golpe Militar de 1964 na conjuntura nacional brasileira, sobre o estágio vivido pelo capitalismo mundial, bem como suas perspectivas de superação do subdesenvolvimento. Desta maneira, além de entender as aproximações e distanciamentos entre as obras de ambos os autores, e dos motivos que levaram os autores a tais diferenças de leituras e perspectivas para superação do subdesenvolvimento.

³ Diferentemente de Celso Furtado, este que não escreveu um trabalho categoricamente sobre a problemática da dependência, mas sim desenvolvê pontos em diferentes livros sobre como, pela sua perspectiva, se dá e se perpetua a relação de dependência,

2. TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS E FORMAÇÕES POLÍTICAS DE CELSO FURTADO E RUY MAURO MARINI

2.1 CELSO FURTADO: TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA

2.1.1 Graduação, Doutorado na França e retorno ao Brasil

Celso Furtado nasceu na cidade de Pombal na Paraíba em 1920, filho de pais de classe média alta, desde cedo teve acesso e foi exposto a cultura erudita e a vasta biblioteca do seu pai, que era juiz e formado em direito. Estudou primeiramente em João Pessoa e concluiu seu ensino médio em Recife.. No ano de 1940 o paraibano se muda para o Rio de Janeiro, onde cursa a graduação em direito na até então Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) , graduando-se em 1944. Durante sua graduação Furtado tem seu primeiro contato com a escrita jornalística, escrevendo e revisando textos para a *Revista da Semana* e para o *Correio da Manhã*; Também durante sua graduação Furtado desenvolve seus estudos de piano que tinha iniciado ainda na Paraíba, sendo a música uma forte paixão do autor, nutrida pela sua exposição a música erudita desde criança. No Rio de Janeiro ele irá se tornar um assíduo frequentador do Teatro Municipal e de outros palcos de apresentações musicais.

Em 1945, foi aprovado em concurso para trabalhar no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), marcando seu primeiro contato com o serviço público. Em fevereiro de 1945 o futuro economista se alista na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e no mesmo ano embarca para a Itália onde participa da Segunda-Guerra Mundial, retornando ao Brasil em 1945.

O testemunho pessoal de Celso Furtado (como este mesmo define), presente em “Fantasia Organizada” 2014[1985], tem começo com sua viagem à Europa, destino do paraibano após o fim da Segunda Guerra Mundial, para onde vai com a ambição de poder presenciar a realidade daquele continente em convulsão e em ruínas, que recém tinha sido palco da maior guerra já vista em toda a humanidade, que destruirá não apenas fisicamente parte considerável do território, mas também economicamente. Adicionado a isso, também

buscava um lugar onde continuar seus estudos em temas econômicos e sociais - que até aquele momento eram quase em sua totalidade autodidata -, por meio de algum programa de pós-graduação que o aceitasse. Após tentativa fracassada de integrar programas de pós-graduação em economia em universidades de Londres - que naquela época se mostravam extremamente fechadas para estrangeiros e pessoas de fora da vida militar -, Furtado vai parar em Paris, inscrevendo-se e posteriormente sendo aceito no programa de pós-graduação em Economia da Universidade de Paris, a Sorbonne. Não obstante, durante o processo de preparação do seu currículo para aplicação à vaga no programa de Doutorado em Economia, Furtado matricula-se no Instituto de Ciências Políticas desta mesma universidade, onde aconteciam seminários e cursos. Nas bibliotecas e atividades deste instituto Furtado passa boa parte do seu tempo, no começo de sua estadia em Paris.

Furtado (2014) discorre que seu plano inicial era focar mais nas suas experiências de viagem, conhecendo os diferentes lugares da Europa - com o intuito de poder analisar a triste realidade do pós-guerra e as consequências nefastas à sociedade civil ocasionadas pela queda no nível do produto e na taxa de crescimento das economias europeias -, sendo a pós-graduação apenas uma porta para a possibilidade de ele continuar seus estudos de âmbito socioeconômico. Porém, por ocasião dos acontecimentos e do contexto histórico da época, e também pela dificuldade e impossibilidade de viajar para a União Soviética⁴ - país que constituía um dos destinos que Furtado tinha maior interesse de conhecer e entender de perto-, Furtado acaba reservando mais tempo a seus estudos na Sorbonne do que inicialmente desejava.

Na Sorbonne Furtado reencontra Maurice Bye, economista e intelectual francês que conheceu durante sua graduação na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde Bye lecionava e integrava a missão francesa junto à faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, a qual era frequentada por Furtado, levando em conta seu grande interesse pelos estudos filosóficos. Segundo Furtado (2014), Bye era um especialista em comércio internacional e considerava-se discípulo de François Perroux, que, por sua vez, era longínquo seguidor de Schumpeter, “[...] a visão que tinha Bye da realidade econômica era essencialmente dinâmica, o nacional e o internacional se entrelaçaram, este seria um dos

⁴ Segundo Furtado (2014), a URSS, naquele momento, não estava aberta para o turismo de estrangeiros, e também era de difícil acesso para aqueles que tinham como intuito os estudos.

primeiros economistas a teorizar sobre os conglomerados internacionais” (Furtado, 2014, p. 37).

O economista francês, que se tornaria orientador da tese de doutorado de Furtado, sugere que este pesquise sobre os problemas econômicos do Brasil, o paraibano porém se mostra relutante levando em conta a escassez de pesquisas e dados sobre a realidade e os problemas econômicos contemporâneos que vivia o Brasil naquele período. Considerando a grande coleção de livros sobre o Brasil que Furtado descobriu existir no “Museu do Homem” em Paris,⁵ por meio de uma conversa com um amigo, sugere ao seu orientador que deveria, em vez disso, estudar a economia colonial brasileira, em especial a economia do açúcar. Bye concorda e dá o aval, porém solicita que o brasileiro faça um paralelo com a economia açucareira das antilhas francesas. Quatro meses depois, Furtado já tinha um esboço de mais de 100 páginas, o que seria um primeiro esboço de sua tese de doutorado e seria base para seu futuro livro “*Formação Econômica do Brasil*”, publicado em 1959.

Na segunda metade de 1948 Furtado retorna ao Brasil. De acordo com o economista, o Brasil que encontra é um totalmente diferente daquele que ele encontrava em 1946 após voltar de seu tempo na Itália junto com o exército brasileiro, tendo participado diretamente na Segunda Guerra Mundial.⁶ No contexto de 1946, do fim da ditadura de Getúlio Vargas e do fim da Segunda grande Guerra, a sociedade brasileira era marcada por um grande fervor de criatividade e de debate político e de uma sensação otimista sobre o futuro, o que era esperado de um povo que encontra a liberdade depois de anos de ditadura e autoritarismo representado pelo Estado Novo. Furtado, neste período, após falhar em sua tentativa de abrir um jornal crítico com alguns colegas, por falta de financiamento, parte para uma viagem rumo ao Nordeste, onde percorre boa parte do território desta região, das capitais ao interior, e nesta viagem conclui que as mudanças políticas e econômicas ligadas ao crescimento econômico e à inserção do Brasil no cenário internacional e tiveram efeito nulo sobre a realidade do povo nordestino.

De acordo com Furtado: “Aí os efeitos das mudanças políticas em curso eram imperceptíveis, e as velhas estruturas sociais continuavam tão visíveis quanto a ossatura de

⁵ E que Furtado conclui se tratar provavelmente de algum tipo de doação feita pelo Governo do Brasil (Furtado, 2014, p. 37)

⁶ Furtado ficou cerca de seis meses na guerra, já em sua parte final, e não participou de nenhum confronto bélico.

organismos esqueléticos” (Furtado, 2014, p. 48). Experiência essa que teve uma grande influência sobre o economista, tanto na sua teoria - especificamente na sua tese de dualidade estrutural -, quanto na sua atuação política no sentido de lutar pelo desenvolvimento do Nordeste, que tem na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), fundada por ele durante o governo de Juscelino Kubitschek, sua mais alta cristalização.

Já o Brasil que ele encontrou em 1948, ao retornar de Paris, não vivia um clima de otimismo, mas sim de preocupação. As ilusões que existiam sobre uma retomada da reconstrução econômica deram lugar a uma alta sensação de insegurança causada pela situação preocupante que passava a economia nacional, consequência do desequilíbrio externo e interno e dos problemas de balança de pagamentos que minavam a capacidade de se pautar uma política desenvolvimentista. O Brasil sofria em conjunto com a crise de balança de pagamentos, uma infraestrutura ultrapassada, uma economia estagnada e uma baixa capacidade de poupança, que tinham origem no contexto internacional, conjuntamente com o esforço que a economia brasileira fez durante o período final da guerra de deslocar suas forças produtivas para suprir as demandas dos países aliados. As divisas internacionais que o Brasil acumulava durante a guerra - consequência do seu esforço produtivo -, com o fim desta, ou estavam bloqueadas pela falta de liquidez internacional, ou estavam com seu poder de compra corroído. Situação caótica que em 1948 se mostrava em seu ápice.

É neste contexto econômico turbulento vivido pelo Brasil que Celso Furtado, já a partir de seu retorno ao Brasil em 1948, começa a compor a revista *Conjuntura Econômica*, trabalhando na redação e escrevendo sobre a realidade socioeconômica e os problemas de conjuntura econômica vividos no Brasil naquele momento. A *Conjuntura econômica*, criada e dirigida por Richard Lewinsohn, era uma revista composta em sua grande maioria por funcionários públicos que tinham em geral uma visão política progressista e contrária ao governo de Gaspar Dutra. Ali, além da publicação de estudos pertinentes à análise econômica e política do Brasil contemporâneo, também “de maneira pioneira no país, se apresentava um conjunto de indicadores do comportamento a curto e médio prazo da economia” (Furtado, 2014, pg 52). Segundo Furtado, mesmo que a revista fosse composta, em sua grande maioria, por funcionários públicos - o próprio Lewinsohn era assessor de

finanças do Diretor-Geral do DASP -, e que ela fosse editada pela Fundação Getúlio Vargas, esta possuía uma grande autonomia em relação ao governo, o que era garantido pelo desenvolvimento da burocracia estatal e do “tecnicismo” no funcionalismo público durante o governo de Vargas. A maioria dos membros da revista compunha a parte inferior da hierarquia pública, em cargos que possuíam estabilidade, e nenhum deles participava das decisões políticas do governo vigente.

A revista ocupava uma sala no mesmo edifício do Ministério da Fazenda, e normalmente servia como ponto de encontro de pessoas que se interessavam por problemas econômicos e financeiros. Foi nesse contexto que, de acordo com Furtado (2014), certo dia alguém chegou no escritório da revista com a informação de que no gabinete do Dr. Otávio Gouveia de Bulhões - naquele momento chefe da Divisão de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda -, buscava-se um economista para compor, como representante do Brasil, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Furtado logo se mostrou interessado e buscou Bulhões para demonstrar sua intenção de preencher a vaga, movido principalmente pelo seu espírito aventureiro que o levava a buscar novas experiências, mas também influenciado pelo fato de naquele momento se sentir asfixiado pela “compartimentação das ideias” presente no ambiente intelectual da esquerda brasileira, que, de acordo com o paraibano, limitava a inserção de novas ideias e posicionamentos no pensamento crítico nacional. Bulhões se mostra favorável à indicação de Furtado ao cargo, e solicita a este que acompanhe o representante e secretário executivo da CEPAL, Dr. Martin Cabanaz, que chegaria em breve ao Brasil. Cabanaz, assim que chega ao Brasil, após conversa com Bulhões, formalmente faz o convite a Celso Furtado para assumir a vaga de economista junto à CEPAL em Santiago no Chile, com a função de auxiliar na formação de uma análise sobre a América Latina - e em especial sobre o Brasil, no caso de Furtado -, convite que é aceito por ele e em fevereiro de 1949 ele se muda para a capital chilena, assumindo a vaga.

2.1.2 Furtado e a CEPAL

A CEPAL foi criada no começo de 1948 pela Organização das Nações Unidas, sendo um órgão subordinado a esta, e sediado em Santiago - pois o Chile foi o país que

propôs e defendeu, até o final, a sua criação. No momento em que Furtado chega a Santiago, a estrutura física e o quadro de funcionários da CEPAL ainda era bastante pequeno - não passando de 10 pessoas -, tratando-se de um grupo de economistas, cuja grande maioria tinha formação nas universidades estadunidenses e europeias e que, de acordo com Furtado, possuíam uma visão e horizonte de preocupação em geral limitados, sendo em sua grande maioria de formação ortodoxa.

Furtado, assim que chega a Santiago, é incorporado ao grupo de estudos de economia industrial, supervisionado por Mylic Kybal (economista estadunidense de origem tcheca). A primeira tarefa do economista brasileiro dentro da comissão foi desenvolver quadros e análises sobre a situação habitacional e de saneamento básico da América Latina para apresentar em formato de “informe” na conferência de Havana, que aconteceria em maio de 1949. Experiência esta que foi de grande auxílio no desenvolvimento de Furtado como economista, uma vez que o introduziu à análise comparativa das economias latinoamericanas, aumentando seu escopo e perspectiva sobre as problemáticas. Furtado discorre o seguinte sobre o impacto desta experiência em seu trabalho: “Coisas que antes me escapavam, estudando o Brasil, agora surgiam com nitidez, abrindo perspectivas que modificaram a visão do conjunto” (FURTADO, 2014, p. 61). Após essa primeira tarefa, Furtado, junto com Kyrbal, volta suas preocupações ao estudo sobre a indústria manufatureira latinoamericana, atividade que proporciona a ele a oportunidade de estudar a fundo a realidade e os dados estatísticos das economias dos países da América Latina a nível continental, o que fez com que o mesmo constatasse o relativo atraso do Brasil em relação a países como Argentina, México e Chile, no que se refere à produção industrial. Furtado discorre o seguinte sobre esta descoberta:

Fizemos uma estimativa da oferta de produtos manufaturados (produção e importação) referente a 1939, os dados que obtivemos mostram que a disponibilidade de tais bens por habitante, no Brasil, correspondia a 26% daquela na Argentina, e a 36% daquela no Chile. Em 1947, a produção brasileira de cimento apenas alcançava a metade da Argentina. E quando os dados permitiam medir o comportamento no tempo, podia-se ver que a taxa de crescimento brasileira situava-se abaixo da média regional. Um indicador importante, como a produção de energia elétrica, dava uma medida de nosso atraso: Em 1947, a produção brasileira correspondia a 65% da produção argentina, e a 61% da mexicana, sendo que a população brasileira duplica a do México e triplicou a argentina (Furtado, 2014, p. 62).

Essa constatação choca Furtado - diferentemente de seus colegas de CEPAL, que não se mostraram surpresos. O economista paraibano é marcado profundamente por esta descoberta. Sentindo-se humilhado e nutrido de um sentimento de revolta em relação à posição do seu país em comparação à de seus colegas de comissão, Furtado discorre o seguinte: “Era como se me descobrisse vítima de uma trama, e eu remoía surdamente a pergunta: que razões haverá para esse atraso? Essa pergunta instalou-se dentro de mim como uma obsessão e por muitos anos pesava em minhas reflexões” (Furtado, 2014, p. 62).

Em fevereiro de 1949 chega a Santiago Raúl Prebisch, criador e por vários anos dirigente do Banco Central da Argentina, que naquele momento já era um economista de renome internacional. Prebisch aceitava convite, como consultor, para preparar um estudo sobre a situação econômica da América Latina a ser apresentado na conferência de Havana. Estudo este que viria a ser o seu famoso “Manifesto Latino-americano”, que marcaria a posição política e teórica da CEPAL. Neste texto Prebisch atacava o velho porém hegemônico e poderoso, sistema da divisão internacional do trabalho, no qual a América Latina se inseria como exportadora de bens primários, enquanto os países europeus e os Estados Unidos exportavam bens manufaturados. e criticava a velha noção baseada na teoria das vantagens comparativas⁷ de que essa composição favorece todos os países do mundo, pois os frutos do progresso tecnológico tenderiam a se repartir de maneira equitativa.

Fato que não só não se comprova na prática, como na realidade se via uma histórica concentração de renda em favor dos países ricos, que se agudizava cada vez mais. Sendo o texto, em síntese, uma conclamação para os países da América Latina que o caminho da industrialização seria a maneira de superar seu atraso econômico. Prebisch, neste texto, introduz as suas principais teses, que influenciaram diretamente o trabalho e o pensamento de Furtado, e que estariam presentes em todas as suas obras futuras, sendo essas, a teoria da deterioração dos termos de troca, a relação centro-periferia e os desequilíbrios estruturais engendrados nas economias latinoamericanas - que seriam consequência de sua posição desfavorável na divisão internacional do trabalho. Furtado, ao entender a

⁷ Teoria desenvolvida por David Ricardo (182 [1817]), que explica que o comércio entre dois países, regiões ou pessoas pode ser benéfico, mesmo quando um deles é mais produtivo na fabricação de todos os bens. O que importa não é o custo absoluto de produção, mas a razão de produtividade que cada país possui. Sendo assim, a América Latina possui vantagens em produzir e exportar bens primários enquanto importa bens manufaturados. Ideia majoritariamente aceita por economistas de base teórica neoclássica.

importância que aquele documento poderia ter para o pensamento latinoamericano, traduz-lo ao português e o publica na *Revista Brasileira de Economia*.

No final de 1949 Furtado, em seu anseio por entender a causa do atraso relativo da economia brasileira, e utilizando os conceitos introduzidos por Raúl Prebisch em seu manifesto, em conjunto com a aplicação de sua perspectiva histórica, escreve o ensaio “Características gerais da economia brasileira”, no qual o paraibano, continuando seu trabalho desenvolvido durante o doutorado, analisa a economia colonial brasileira e o seu desenvolvimento até o processo de industrialização dos anos 1930. Furtado, neste artigo, busca analisar as causas estruturais do atraso da economia nacional e o processo histórico que levou à formação e integração da economia brasileira, trabalho que seria publicado pela *Revista Brasileira de Economia* em março de 1950.

Após a conferência de Havana e mediante o impacto causado pelo manifesto de Prebisch, Furtado é convidado a participar de maneira permanente da CEPAL, sendo instituído sob a sua direção um centro de pesquisas que tinha como objetivo a publicação anual de estudos sobre as economias latinoamericanas, em específico as maiores naquele momento (Chile, Brasil, México e Argentina). Furtado é incorporado a este centro de pesquisas junto com outros três economistas e, sob a instrução e supervisão de Prebisch, fica responsável por preparar uma monografia sobre o Brasil, fazendo uma análise econômica do período de 1925 a 1949, com a elaboração de indicadores, sendo estes: séries de população, produção agrícola e industrial, quantum e preços de exportação e importação. Com este intuito, Furtado vai ao Brasil colher material, e é recebido com fervor por vários economistas representantes e chefes de departamento de setores industriais, que eram entusiastas das ideias da CEPAL introduzidas por Prebisch - levando em conta o impacto do manifesto de Prebisch, que tinha sido publicado no Brasil com tradução de Furtado. Além da ajuda dos industriais, o paraibano conta com o auxílio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) - onde foram calculadas as estimativas da renda nacional - e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Furtado (2014, p.76), ao discorrer sobre o impacto deste trabalho, diz o seguinte:

Esses dados, ainda que aproximativos, permitiam abordar analiticamente o comportamento das economias nacionais através dos altos e baixos do quarto de século que nos interessava. Uma série de parâmetros que relacionam a produção com o comércio exterior, a oferta global com o investimento, o consumo com a importação podia ser facilmente estabelecida. No caso do Brasil, eram

significativas as alterações que apresentavam esses parâmetros no curso do período, o que punha em evidência que a economia reagia com certa coerência aos choques externos.

Essas monografias relativas ao desenvolvimento das quatro maiores economias da América Latina (Brasil, Chile, México e Argentina) no século XX são apresentados na conferência de Montevideo em 1950. Os estudos apresentados cativam e despertam o interesse de muitas delegações ali presentes, incluindo a brasileira, e mesmo com a ressalva das delegações estadunidense e inglesa, sai dali vitoriosa. Esses trabalhos, em especial os capítulos teóricos desenvolvidos por Prebisch, traziam uma mensagem clara do caminho e a orientação que os países latinoamericanos deveriam seguir para o seus processos de desenvolvimento, qual seja, a industrialização, por meio do escoamento das divisas internacionais do setor agrícola para o setor industrial. Tal evento marca a consolidação do prestígio de Prebisch e das ideias introduzidas por ele nos trabalhos da CEPAL.

Em seguida à conferência de Montevideo, Prebisch é promovido a secretário executivo da CEPAL, cargo mais alto e de chefia do órgão. Muda-se consideravelmente o ambiente na comissão: além do prestígio que o órgão começava a gozar, resultado da grande penetração e influência das ideias dos estudos desenvolvidos ali, que em geral recebiam opiniões favoráveis e positivos, aumentava-se tanto o espaço físico, quanto o tamanho do grupo da comissão.

As ideias da CEPAL, no que se refere à adesão de seus programas econômicos, foram aceitas principalmente no Brasil e no Chile, onde os capitalistas industriais e as classes políticas no poder se mostraram interessadas em colocar em prática as ideias apresentadas pela comissão. É neste contexto que em 1953 é criado a BNDE-CEPAL, sob direção de Celso Furtado, sendo uma unidade responsável por desenvolver estudos e diagnósticos sobre a situação econômica do Brasil, e uma série de projeções com base em hipóteses sobre o comportamento de variáveis instrumentais, voltadas principalmente a auxiliar na formação de políticas públicas, vale dizer, decisões a serem tomadas pelo governo.

Após um período marcado pela pouca utilização das ideias deste grupo de trabalho pelo governo federal - referente ao final do segundo governo de Vargas e ao governo de Café Filho -, assim que Juscelino Kubitschek assume em 1955, este busca formular uma política econômica voltada para a agudização do processo de industrialização, e busca

apoio junto ao BNDE para o desenvolvimento de seu plano, no qual as ideias e estudos desenvolvidos no âmbito do BNDE-Cepal sob comando de Furtado seriam de extrema influência, e influiriam diretamente no desenvolvimento do “plano de metas”, que marca o governo de Kubitschek.

Em 1957, Furtado se afasta da CEPAL e rumo em direção à Universidade de Cambridge na Inglaterra, onde faz pós-doutorado, com o intuito de aprofundar seus estudos sobre a economia brasileira. Lá ele tem contato com brilhantes economistas heterodoxos como Piero Sraffa, Joan Robinson, Piero Garegnani e Nicholas Kaldor. Neste período, na biblioteca de Cambridge, o economista brasileiro escreveu sua obra mais conhecida, “*Formação econômica do Brasil*”, publicada em 1959 e que seria a cristalização de todos os seus estudos sobre a economia brasileira, assunto que começara a estudar durante seu doutorado na Sorbonne e que ganharia maturidade durante seu período na CEPAL.

2.1.3 SUDENE, Ministério do Planejamento e Exílio.

Furtado volta ao Brasil após seu pós-doutorado em Cambridge, em agosto de 1958. Assim que chega a solo nacional, assume o posto de diretor no BNDE, para o qual havia sido convidado e que o economista aceita com a condição de que sua atuação seria específica, dedicada às problemáticas referentes à área do Nordeste. Região essa sobre a qual Furtado mantinha extremas preocupações e que representava sua principal ambição política, lutar pelo seu desenvolvimento - área que era sua terra natal -, terra que fora esquecida pelo processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que acentuou ainda mais as disparidades de renda entre esta região e o centro econômico da região sudoeste.

A situação já difícil do nordeste foi agravada ainda mais com a ocorrência de uma terrível seca no ano de 1958. As eleições deste mesmo ano para governadores estaduais e para o congresso comprovaram a insatisfação do povo nordestino em relação às políticas de Juscelino Kubitschek. São eleitos tanto em Pernambuco, como na Bahia, governadores de cunho nacional desenvolvimentista que denunciavam a falta de atenção do governo federal à situação calamitosa vivida pela região, sentimento que era compartilhado por grande parte da população. Ainda mais levando em conta que naquele momento estava sendo construída

Brasília, ou seja, concentravam-se quantias absurdas do gasto público para a construção de uma nova cidade do zero, enquanto o nordeste ficava desamparado e esquecido.

As tensões que ali no nordeste brasileiro eram criadas, naquele momento se tornavam o maior “problema nacional”, de tal maneira que poderiam minar o apoio público que Juscelino necessitava para terminar seu projeto de desenvolvimento e conseguir terminar a construção de Brasília. É neste contexto que o até então presidente da república, ao saber da existência de um grupo de trabalho dentro do BNDE que pesquisava e estudava a questão nordestina, liderado por Celso Furtado, entra em contato com o economista - e outras figuras intelectuais -, para um amplo debate sobre o nordeste. Furtado, aproveitando a oportunidade, e levando em conta o contexto de fim de mandato do governo JK, e as tensões sociais que a situação nordestina causara, propõe a criação de um projeto para uma nova política para o nordeste, que seria a cristalização de todo o trabalho desenvolvido no âmbito do BNDE. Desta reunião, JK anuncia a criação da “Operação Nordeste”, que teria Celso Furtado como responsável por apresentar um projeto de uma nova política econômica para o Nordeste, que seria cristalizada com a criação da “Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste” (SUDENE) em 15 de dezembro de 1959, tendo Furtado no cargo de superintendente.

A SUDENE foi um órgão que, de acordo com Furtado (2014), logrou formular as políticas de desenvolvimento do Nordeste dentro de critérios de essencialidade e de acordo com uma diretriz unificada. Furtado ficaria à frente deste órgão até o golpe militar de 1964, quando o órgão teve seu papel e atuação basicamente anulado a partir da tomada de poder pelos militares, que infelizmente interromperam a efetivação das políticas econômicas implementadas pela SUDENE e, como consequência, o maior sonho e ambição da vida política de Furtado, de lutar efetivamente pela busca da superação da grande pobreza e estado calamitoso no qual vivia grande parte da população nordestina.

Em setembro de 1962, convidado pelo até então presidente da república João Goulart, Furtado assume o cargo de ministro do Planejamento. A principal tarefa desenvolvida por Furtado durante este período foi o desenvolvimento do “Plano Trienal”, que buscava, entre outras questões, assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional estimada em 7% ao ano, que fosse compatível com as expectativas de melhora da condição de vida dos trabalhadores; equilibrar a balança de pagamentos por meio do refinanciamento

da dívida externa; e controlar o nível de preços da economia, ou seja, políticas de estabilização econômica. O plano fracassará, muito pelas tensões políticas que se viviam no Brasil naquele momento de grande acirramento dos antagonismos de classes, que se consolidaria com o golpe militar de 1 de abril de 1964.

Furtado, nos momentos posteriores ao golpe de Estado, é cassado de seu cargo na SUDENE, e alguns dias depois é exilado, indo para Santiago, no Chile, trabalhar no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), ligado à CEPAL, onde manteve contato com intelectuais latino-americanos e seguiu debatendo questões do subdesenvolvimento. Posteriormente, estabeleceu-se na França, onde lecionou na Universidade de Paris-Sorbonne e consolidou sua produção intelectual, escrevendo obras importantes como *Análise do Modelo Brasileiro* (1986 [1972]) e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974).

2.1.4 Retorno ao Brasil e últimos anos de vida

Durante o exílio, suas reflexões sobre o subdesenvolvimento, dependência econômica, estratégias de desenvolvimento e economia brasileira continuaram a se desenvolver e a amadurecer, além de influenciar debates acadêmicos e políticos no Brasil e no mundo. Com a redemocratização e a anistia, em 1979 Furtado pôde retornar ao Brasil, retomando sua participação ativa nos debates sobre políticas públicas e desenvolvimento econômico, além de sua importante participação no Instituto de Economia da UFRJ, no qual ele foi docente.

Em 1984 Furtado recuperou seus direitos políticos, e passou a desenvolver atividades políticas ligadas ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), principalmente na campanha pelas eleições diretas e a eleição do colégio eleitoral. Em 1985 o economista é nomeado representante do Brasil na comunidade europeia, cargo qual ele ocupa por curto período, pois no mesmo ano volta ao Brasil para assumir o cargo de Ministro da Cultura, indicado pelo então presidente José Sarney, o que marca sua última experiência profissional no funcionalismo público.

Durante os anos 1990 e começo dos anos 2000, Furtado mesmo em idade avançada continua ativo intelectualmente, escrevendo livros como *“Brasil, A construção*

Interrompida” (1992) e *“O Capitalismo Global”* (1998), onde o autor continuava suas análises sobre temas como a dinâmica mundial do capitalismo, o subdesenvolvimento latinoamericano e análises de conjuntura sobre a realidade brasileira. O brilhante e influente Economista morreu em 10 de novembro de 2004, com aos 84 anos, por complicações cardíacas relacionadas à idade avançada, deixando uma vasta e influente bibliografia, que influenciou e continua influenciando gerações de economistas e pensadores sociais.

2.2 RUY MAURO MARINI:: TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA

2.2.1 Graduação, estudos na França e UNB

Ruy Mauro Marini nasceu em 1932, em Barbacena, Minas Gerais, filho de um funcionário público e de uma mãe advinda de uma tradicional família de latifundiários mineiros que na época de seu nascimento já tinha perdido toda sua fortuna.

A trajetória de Marini, no que se refere aos acontecimentos e experiências que acabaram por moldar sua visão de mundo, posição política, e conseqüentemente sua teoria, tem início quando este começa a cursar na Fundação Getúlio Vargas (FGV) o curso da Escola Brasileira de Administração pública e de Empresas (EBAP). Marini, após o fim da sua formação básica e influenciado pelo ensino e pela “boa formação principalmente no terreno humanístico” (Marini, 2022, p.76) que este proporcionará, decidiu que seguiria o caminho dos estudos das ciências humanas, o que no Brasil dos anos 1950, não proporcionava um grande leque de opções. Desta maneira, Marini entra em 1953 no curso de direito da até então Universidade do Brasil (atual UFRJ), no Rio de Janeiro, após analisar as limitações que os cursos de economia e filosofia possuíam na época - o primeiro por, naquele período, ser muito parecido com contabilidade e o segundo, pelas limitadas opções de mercado de trabalho no setor de ensino básico -, que, de acordo com o autor, era “ O grande centro de formação humanística no Rio de Janeiro, da época” (Marini, 2022, p. 77), curso que proporcionou a ele uma exposição ao pensamento crítico e social, mesmo que de maneira limitada, pela sua própria natureza. É neste contexto que Marini, começa a cursar a EBAP, que estava em processo de implementação e abriu seu concurso inaugural

de ingresso com bolsa para comprometimento integral, bolsa esta que Marini logrou conseguir.

Foi lá onde o mineiro teve contato com sua primeira significativa influência intelectual, o sociólogo - e na época seu professor - Alberto Guerreiro Ramos, que Marini define como “professor de sociologia, crítico irreverente de tudo que cheirasse a oficialismo, cético incorrigível, aberto às novas ideias que se originaram de Bandung e da Cepal, sua influência sobre mim, naqueles anos foi absoluta” (Marini, 2022, p.78-79). Foi como estudante da EBAP que Marini finalmente conseguiu iniciar de maneira séria seus estudos nas ciências sociais, e já no segundo ano da faculdade teve sua primeira experiência como docente, sendo professor assistente de Guerreiro Ramos no curso de Sociologia da EBAP.

Com a tutoria e apoio pessoal do baiano, que além de professor era um mentor para o jovem estudante, e após conseguir uma bolsa do governo francês que lhe dava a condição financeira de se manter, Marini embarca em 1958 para a França, para estudar no Instituto de Estudos Políticos (SciencePO) da Universidade de Paris. A experiência de 2 anos de Marini na França foi de fundamental importância para sua formação política, foi lá onde o autor teve a oportunidade pela primeira vez de “fazer a leitura de Hegel, estudar de maneira sistemática a obra de Marx e de se aprofundar no estudos de autores marxistas como Lênin” (MARINI, 2022, p. 80). Além das experiências estritamente acadêmicas, a sua viagem na França também foi marcada pelo período de radicalização política nos partidos e organizações de esquerda na França - no contexto das guerras pela independência vividas pelas colônias francesas na África -, e pelo contato que Marini teve com militantes argelinos, cambojanos, vietnamitas e da África negra, que moldaram drasticamente a sua visão de mundo e influenciaram de maneira definitiva o seu distanciamento em relação à teoria cepalina, em prol de uma visão marxista-leninista sobre a problemática do subdesenvolvimento e da descolonização. Marini (2022, [1990]), discorre o seguinte sobre o impacto deste período de efervescente disputa política, de ascensão da esquerda revolucionária e da luta pela independência das colônias africanas da França em seu pensamento e formação:

[...}Esse era o momento em que a descolonização era vivida dramaticamente pela França, mediante a derrota da Indochina e a radicalização da guerra da Argélia, provocando rupturas ao interior dos grupos políticos e intelectuais -

fenômeno que eu convivia com jovens militantes argelinos, cambojanos e vietnamitas, além dos que provinham das colônias da África negra. As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à Cepal, fortemente influenciado ademais, pela minha crescente adscrição do marxismo (Marini, 2022, p. 81).

É na França, ainda, que Marini entra pela primeira vez em contato com Eric Sachs e com o grupo que editava no Brasil a revista “*Movimento Socialista*”, onde publica seu artigo no qual critica o nacional-desenvolvimentismo. Grupo este que futuramente viria a constituir a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP), órgão no qual ele militaria futuramente e que, de acordo com Marini (2022), seria “a primeira expressão no Brasil da esquerda revolucionária que emergia em toda a América Latina (Marini, 2022, p. 81). Em 1960 Marini retorna ao Brasil e começa a trabalhar no Instituto de Aposentadoria Pensões dos Industriários (IAPI), porém em razão do baixo salário, este busca meios de complementar sua renda com trabalhos extras. Neste contexto, Marini começa a ser correspondente no Brasil da agência de notícias cubana “*Prensa Latina*”, cobrindo o governo, a crise e a renúncia de Jânio Quadros, e a primeira fase do governo de João Goulart. Também nessa época Marini começa a publicar no jornal estudantil “*O metropolitano*”, formado por estudantes independentes, que, de acordo com autor, “marcou época pelo seu estilo vibrante, a novidade dos temas, a abordagem direta (inclusive no âmbito da política nacional e internacional), que influencia o processo de renovação da grande imprensa, que se verifica mais tarde”(Marini, 2022, p.83). Foi durante estas duas experiências que o mineiro teve a oportunidade de desenvolver suas aptidões jornalísticas, atividade que ele continuaria desenvolvendo pelo resto da sua vida, escrevendo para vários jornais e revistas de toda a América Latina, fazendo análise de conjuntura política e econômica.

Em setembro de 1962, Marini integra-se à recém criada Universidade de Brasília (UNB), projeto encabeçado por Darcy Ribeiro, que contava com a participação de renomados intelectuais como Oscar Niemeyer, Anísio Teixeira, Cláudio Santoro, além de vários jovens intelectuais, entre eles Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos e que chamou a atenção do mineiro por possuir, desde sua concepção, uma proposta muito mais

humanista e democrática de ensino do que as outras universidades brasileiras. Marini (2022) discorre o seguinte sobre a UNB e suas características naquele período de recém criação:

Rompendo com o imobilismo e sestro mandarinesco da universidade tradicional, a UNB inovou em sua concepção jurídica, constituindo-se em fundação, o que ampliava sua independência em relação ao Estado, e adotando um regime celetista, com que visava a evitar a burocratização do corpo docente; em sua concepção orgânica, baseada em departamentos e institutos, em vez de cátedra e faculdade próprias da universidade tradicional; em sua concepção pedagógica, que privilegiava o trabalho docente em equipe, com uma carga horária menor ou maior para aulas de acordo com a relação ensino-pesquisa, o impulso a cursos livres, debates e seminários e a abertura de cursos de pós graduação; em sua concepção de pesquisa, que valorizava o entorno regional; em sua concepção da relação universidade-sociedade, que a levava a se abrir ao exterior, promovendo cursos de extensão e, inclusive, de formação profissional e capacitação sindical (Marini, 2022, p. 84).

Marini participa da UNB tanto como docente - primeiro como auxiliar de ensino e a partir de 1963 como professor assistente, onde leciona no curso de Introdução à Ciência Política e Teoria Política -, quanto como doutorando, onde desenvolve tese sobre o bonapartismo no Brasil (tese que se perdeu na primeira invasão da UNB pelos militares após o golpe de 1964). Foi durante esta experiência que Marini conheceu seus íntimos amigos e companheiros, que com ele desenvolveram posteriormente o que viria a se conhecer como Teoria Marxista da Dependência, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank. Porém sua experiência na UNB é freada bruscamente quando em primeiro de maio de 1964 ocorre o golpe militar no Brasil. Marini estava entre os 12 professores sumariamente demitidos na primeira medida tomada pela ditadura contra a universidade, e passa a ser perseguido pela ditadura empresarial militar, sendo preso pela primeira vez em julho. Após acatado o pedido de habeas corpus pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ele é solto em dezembro de 1964, e sabendo que seria preso novamente, adentrou a clandestinidade imediatamente, exilando-se posteriormente na embaixada do México no Rio de Janeiro, e depois viajando para este país um mês depois.

2.2.2 Primeiro exílio - México

É neste contexto que o mineiro parte para o seu primeiro exílio político no México. Lá ele recebe uma calorosa recepção tanto de outros exilados políticos brasileiros, como

das autoridades políticas mexicanas. Além de desenvolver várias novas amizades, como foi o caso do também exilado Claudio Colombani, que ministrava na Escola de Economia da UNAM o único curso de marxismo da Universidade, ele reencontra seu velho amigo André Gunder Frank, que neste momento estava lecionando na UNAM, o que facilitou muito seus primeiros contatos com os intelectuais, militantes e políticos mexicanos naquele período.

Cerca de duas semanas após sua chegada - e após uma falha tentativa de lecionar na UNAM -, o intelectual brasileiro é convidado a lecionar no Centro de Estudos Internacionais (CEI) do Colégio do México por Mario Ojeda Gómez, na época diretor deste centro. A primeira tarefa do autor no CEI foi escrever para o *“Foro Internacional”*, conceituada revista deste mesmo centro de estudos. Foi durante esta atividade que Marini desenvolveu seu primeiro artigo analisando a conjuntura brasileira do golpe militar, chamado *“Contradicciones y conflictos en el Brasil Contemporáneo”* (1965), que se baseava em um relatório desenvolvido por ele para apresentação na reunião central da POLOP realizada em março de 1965. Esse artigo teve extrema importância e influência em análises posteriores sobre a explicação do processo histórico do Brasil pós-revolução de 1930 e sobre o caráter do golpe de 1964. Inspirado pela positiva repercussão causada por este artigo, e buscando analisar mais profundamente os acontecimentos passados pela sociedade brasileira, Marini escreve ainda em 1965 mais dois textos sobre o Brasil, o primeiro publicado pela *“Monthly Review”*, que, de acordo com o autor, “foi dedicado já não ao processo de luta de classes de que resultara o golpe militar, mas às suas causas econômicas particularmente no plano latinoamericano” (Marini, 2022, p. 90), colocando em enfoque as transformações da economia mundial no pós-guerra, ou seja, o impacto do contexto internacional na luta de classes e na economia nacional e suas implicações para a América Latina. O segundo escrito foi para a revista *“Cuadernos Americanos”*, publicado em 1966 sob o título de “La dialéctica del desarrollo capitalista”, texto que posteriormente faria parte do livro *“Subdesenvolvimento e Revolução”*, publicado em 1969 no México, e no Brasil pela primeira vez em 2014 pela editora insular. De acordo com Marini (2022), este texto tinha o objetivo de sintetizar tanto o enfoque utilizado no seu primeiro artigo sobre o Brasil, mais focado nos aspectos internos da economia e da luta de classes brasileiras, como adicionando os fatores externos do contexto do capitalismo mundial debatidos no segundo artigo.

Em 1965 Marini, após afastamento do professor titular, é convidado a assumir o curso de História Diplomática da América Latina no CEI, muito em razão do prestígio que obterá após as publicações de seus artigos na revista do centro e também pela condição de brasileiro e latino-americano - tendo em vista que o professor titular era estadunidense. Posteriormente, como consequência do sucesso que foi o curso entre os alunos, Marini se torna titular da disciplina. Essa experiência influi profundamente em sua trajetória intelectual, já que, segundo o autor, possibilitou que ele se aprofundasse nos estudos sobre a América Latina, dedicando-se por três meses ao estudo de bibliografia disponível sobre a problemática. Até aquele momento, os seus estudos específicos sobre a América Latina eram limitados, como ele discorre no seguinte trecho: “Até aquele momento, na realidade, salvo informação direta e noções superficiais sobre o tema, adquiridas durante a minha estada na França, eu não sabia muito sobre o tema da América Latina” (Marini, 2002, p. 93). Sendo assim, esta experiência teve fundamental importância para o futuro desenvolvimento de sua teoria da dependência, pois foi ela que possibilitou que Marini focasse especificamente nos problemas da América Latina, utilizando o materialismo dialético e o marxismo-leninismo como base teórica e metodológica para sua análise.

Em 1967, ainda no México, atendendo uma solicitação da revista cubana “*Tricontinental*”, lançada em Havana no contexto da mobilização da linha revolucionária que se desenvolveria em Cuba, Marini publica o artigo “*Subdesarrollo y revolución en América Latina*” (1967), que se tornaria um dos textos mais importantes e conhecidos do autor, e que se tornaria internacionalmente conhecido, visto o grande poder de difusão da revista, que era publicada e editada tanto em espanhol, quanto em inglês e francês, e distribuída mundialmente, e também pelas várias publicações que este artigo teve nos mais variados países e revistas, como na versão castelhana do “*Monthly Review*” e no “*Reading*”, publicado em Berlim e na Itália, sendo traduzido respectivamente para o alemão e para o italiano.

Em 1968, a convite de Leopoldo Zea, Marini assume a cátedra do curso de História do Brasil e seus Antecedentes Portugueses, e um seminário sobre América Latina para a pós-graduação, no recém criado Centro de Estudos Latino-Americanos na Faculdade de Filosofia da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), cargo no qual Marini ficou até sua mudança do México rumo ao Chile, em novembro de 1969 . Durante este

período, o mineiro pôde aprofundar ainda mais seus estudos sobre as problemáticas e especificidades da América Latina. O curso, além de ter sido um completo sucesso - foi necessário o uso de auditório para acomodar todos os estudantes -, era assistido por um par de brilhantes alunos, que em boa parte estavam envolvidos na vanguarda do movimento estudantil e nas reivindicações que eclodiram em maio daquele ano, e que marcaram drasticamente a história moderna mexicana, sendo tais mobilizações, de com Marini (2022), um dos principais pontos de ruptura na história deste país, sacudindo o establishment da sociedade mexicana.⁸ Outro ponto marcante deste período foi o seminário de “O Capital”, ministrado por Marini por reivindicação de seus alunos, que por questões institucionais teve que ser ministrado “informalmente” em sua casa nos sábados de manhã, com participação tanto de estudantes, como de jovens professores do colégio do México e da UNAM. Esse seminário foi o primeiro de seu tipo nas universidades mexicanas, e influenciou outros do mesmo gênero, sobre a principal obra de Marx, fato constatado por Marini no momento de sua volta ao México em 1972.

No contexto dos levantes estudantis ocorridos no México durante o ano de 1968,⁹ o fato de Marini ter um artigo seu publicado no mesmo período, no qual discutia o movimento estudantil brasileiro e analisava as motivações e razões por trás das manifestações dos estudantes brasileiros, além das dinâmicas e táticas de luta do ascendente movimento de resistência contra a ditadura empresarial militar, que eclodiu no movimento estudantil brasileiro naquele período. Somado ao fato, de seus antecedentes políticos serem ligados a movimentos de extrema esquerda e sua atividade docente também ser marcada por uma posição radical orientada pela sua visão marxista-leninista de mundo, o intelectual passa a ser uma “persona non grata” pelo governo mexicano. A partir deste momento, de acordo com o mineiro:

Tornou-se pesado o ambiente que me cercava, até em minha casa (que passou a ser vigiada e a sofrer censura telefônica); no órgão da secretaria de Gobernación, encarregado do controle dos asilados, recebi um tratamento francamente hostil. Ao ter lugar, em outubro, a repressão governamental, com o massacre de Tlatelolco, minha situação se tornou insustentável” (Marini, 2022, p. 99-100).

⁸ Ver: Marini, 2022, p. 99.

⁹ Vários levantes e protestos organizados pelo movimento estudantil e professores universitários no México, indignados acima de tudo, com a falta de democracia política e com a intolerância e repressão do governo de Díaz Ordaz, e que culminou com o massacre de Tlatelolco em 2 de Outubro de 1968, onde dezenas de pessoas foram mortas pela repressão policial. Riberti (2011)

A partir deste ponto e após fazer contato com a mais alta autoridade mexicana em matéria dos exilados, Marini recebeu uma resposta que deu a entender que ele estaria supostamente influenciando os jovens mexicanos a se voltar contra a sua pátria. Após indagar se o governo queria a sua partida, a resposta recebida foi a de que ele estaria sob proteção do governo mexicano, mas que a sua saída do país seria vista como um gesto de colaboração, levando em conta o contexto político. Dessa maneira, Marini começa a se afastar da UNAM e renuncia a seu cargo junto à CONESCAL, no qual colaborava desde meados de 1966.

Sua partida do México, porém, deu-se apenas em novembro de 1969, mais de um ano depois. Durante esse período, embora Marini tenha tido suas atividades reduzidas, continuava ativo, seja na orientação de teses da graduação, na organização de livros e na publicação de artigos. Ainda em 1969, o mineiro, com apoio de seu amigo, entusiasta e colega de UNAM, Claudio Lombardi, desenvolve um livro baseado nos trabalhos por ele publicados anteriormente sobre a América Latina e o Brasil, livro este que receberia o título de *“Subdesarrollo y Revolución”* sendo difundido em toda a América Latina durante os anos 1970 (menos no Brasil), com reedições quase anuais e que só seria publicado no Brasil em 2014, pela editora Insular, sob o nome de *“Subdesenvolvimento e Revolução”*.

É neste contexto, e após receber a negativa do governo mexicano sobre sua ida à França - com a intenção de ir posteriormente para a Argélia - por questões de acordo político com o governo brasileiro em relação a não permitir a ida de exilados políticos para países “aglomerados de exilados”, que Marini abdica de seu asilo junto ao México e decide ir para o Chile, desembarcando em Santiago em novembro de 1969.

2.2.3 Segundo exílio - Chile: Maturidade intelectual e política

No Chile, Marini é recebido por seus grandes amigos Vânia Bambilra e Theotonio dos Santos, contando com a intervenção de políticos em seu favor, como a do até então senador e futuro presidente do Chile, Salvador Allende. Ainda no México, e sabendo da sua muito provável ida ao Chile como próximo destino, Marini aceitou o convite e foi contratado para lecionar na Universidade de Concepción, convite feito pelo presidente da

Federação de Estudantes desta mesma universidade, Nelson Gutierrez. Além de Vânia e Theotonio, no Chile Marini encontra vários outros intelectuais brasileiros de esquerda que também estavam asilados, como Darcy Ribeiro, Almino Afonso, Guy de Almeida, José Maria Rabelo, Maria da Conceição Tavares; além de fazer amizade com várias figuras intelectuais chilenas e de outros países hispanohablantes que ali se encontravam, como Aníbal Quijano, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, além de reencontrar seu grande amigo que conheceu ainda na UNB, André Gunder Frank. Marini fica neste emprego até o fim de 1970

Neste período inicial no Chile, levando em conta o contexto de ascensão da luta de classes na sociedade chilena, marcado pela criação da aliança de esquerda “Unidade Popular” encabeçada por Salvador Allende, e pela ascensão no âmbito da esquerda revolucionária do “Movimento de Esquerda Revolucionaria” (MIR), criado em 1965 e que neste momento entrava na luta armada e era catapultado ao reconhecimento nacional, Marini participa ativamente além das atividades acadêmicas ligadas a seu cargo na Universidade, de formações políticas e militantes junto ao MIR - movimento que o autor se aproxima logo após sua chegada ao Chile,- e de movimentos operários. De acordo com Marini (2022), este período é marcado por uma quase anulação da sua vida pessoal em prol de seus trabalhos políticos e acadêmicos, que num ambiente daquela natureza, era dificilmente distinguível. Além disso, por esse próprio contexto, Marini não se dedica a muitos escritos durante este período, elaborando apenas um pequeno prefácio para um livro de Miguel Arraes e um artigo no qual faz análise do movimento estudantil na América Latina.¹⁰

Em fins de 1970, Marini aceita convite e se torna docente do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) do Instituto de Economia da Universidade do Chile, mudando-se para a capital chilena, Santiago, onde vive uma das fases mais produtivas e importantes de sua vida intelectual. O CESO, a partir deste período - impulsionado pelo processo de esvaziamento de quadros para trabalhar junto ao governo de Salvador Allende - passa por um processo de renovação que chegaria a seu ápice entre os anos de 1972-1973, levando à incorporação de novos membros, em sua maioria estrangeiros, sendo eles, além de Marini, Dos Santos, Bambilra e Gunder Frank, nomes como Jaime Osorio, Emir Sader, Marta

¹⁰ Ver: MARINI, 2022, p. 107.

Harnecker, Guillermo Labarca, Régis Debray (temporariamente) e muitos outros. Marini discorre que o CESO naquele período foi “[...] um dos principais centros da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, europeia e estadunidense, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas redondas e seminários” (Marini, 2022, p. 109-110).

Durante este período no CESO, Marini viveu intensa vida intelectual, considerando o papel da Universidade do Chile e das mudanças estruturais e institucionais nas universidades chilenas, que marcaram aquele período. De acordo com o mineiro, “[...] este fato possibilitou que aquele espaço fosse de permanente prática interna de diálogo e discussão, institucionalizadas nos seminários de área - áreas temáticas da instituição - e no seminário geral, que tinham por base o companheirismo e o respeito mútuo” (Marini, 2022, p.110). Adiciona-se a isso o fato de Santiago do Chile, naquele momento, impulsionado pela vitória de Allende, ser um ponto de encontro e atenção de todos os intelectuais de esquerda de todo o mundo.

Foi no contexto do desenvolvimento dos seminários de área, que eram institucionalizados na matriz dos cursos do CESO naquele período, que Marini propõe e aprova em sua área o seminário “Teoria marxista e realidade latino-americana”, que em razão do golpe de estado acontecido em 1973 não chegou a passar da primeira parte. Não obstante o trabalho que Marini desenvolveu para este curso, em que o cientista social aproveitava as discussões originadas de sua época no México - em seu curso de extensão sobre “O Capital” - para desenvolver a discussão e estudos que buscavam maneiras de aplicar as categorias, princípios e leis marxistas à realidade latinoamericana. Com base nestes estudos Marini escreve e publica seu mais influente trabalho, “Dialética da Dependência”, em 1972 - publicado pela primeira vez no Brasil pela Editora Vozes, em 2000, por edição de Emir Sader.

Escrito esse que, utilizando do método materialista-dialético faz uma análise concreta da América Latina, aplicando à realidade específica do nosso continente as teses marxistas, principalmente no que diz respeito às teorias da transferência de valor, da exploração do trabalho e do imperialismo, analisando a forma específica no qual estas categorias se apresentam em nosso continente. O texto é um marco dentro da Teoria

Marxista da Dependência, servindo como base para futuros trabalhos nesta linha, e tratando-se de um dos textos mais influentes no desenvolvimento e consolidação da TMD.

O exílio de Marini no Chile representa, desta maneira, de acordo com o próprio autor, sua chegada à maturidade, tanto intelectual quanto política, exílio este que foi interrompido abruptamente com o Golpe Militar chileno, de 11 de Setembro de 1973.

2.2.4 Terceiro Exílio e retorno ao Brasil

O mineiro passa um tempo exilado na embaixada do Panamá no Chile com outros 200 exilados políticos perseguidos pela ditadura de Pinochet, até que consegue viajar para o Panamá - ficando lá até janeiro de 1974 -, e posteriormente para a Alemanha, onde passa um tempo no Instituto Max Planck na cidade de Starnberg, perto de Munique. Nesse período Marini, em razão do contexto histórico vivido no Chile, e do movimento internacional de solidariedade à resistência chilena, do qual o brasileiro fazia parte de maneira assídua e presente, não pôde desenvolver muito seu trabalho intelectual - mesmo o instituto tendo uma das melhores estruturas onde este chegou a trabalhar.

Após convite e ampla ajuda de Víctor Flores Olea, na época Diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Facultad de Ciencias Políticas Y Sociales (FCPyS) da UNAM, para a obtenção de seu visto mexicano, Marini assume, em setembro de 1974, na Cidade do México, o cargo de docente na FCPyS, onde o mineiro continuou trabalhando de maneira ativa, ministrando matérias e orientando diversas teses tanto em nível de graduação, quanto em nível de mestrado e doutorado. Marini, além das suas obrigações junto à FCPyS, a partir de 1977 assume o seminário de Economia Política no programa de pós-graduação da Escola Nacional de Economia. Adicionalmente, orientava e oferecia seminários para outros institutos tanto da UNAM, como o Instituto de Antropologia e História, de Economia e Filosofia, quanto de outras universidades do México, como a escola de Economia da Universidad de Zacatecas, e as universidades de Guerrero, Guadalajara e Baja California. Marini continua trabalhando assiduamente e ativamente no México até 1979, quando pela promulgação da Lei da Anistia, ele finalmente pôde retornar ao Brasil, após 20 anos de Exílio.

Marini, já no Brasil, encara uma realidade muito diferente- principalmente na esquerda -, do que a que existia em 1964, quando ele saiu do país. Como consequência do exílio forçado da maioria dos intelectuais e políticos da esquerda combativa e radical, dos assassinatos, torturas e desaparecimentos, tanto nas universidades brasileiras, quanto na sociedade civil, o perfil predominante na esquerda se torna de ascensão do pensamento social-democrata e de pensamentos que muito mais auxiliam a manutenção do status quo vigente, do que sua superação. Neste contexto, e levando em conta o estado de fechamento cultural e intelectual do Brasil em relação aos outros países latinoamericanos, o trabalho de Marini, que era reconhecido em toda a América Latina e em escala mundial, no que se refere ao Brasil, salvo alguns artigos compartilhados internamente de forma clandestina, passam de maneira despercebida.

Durante toda a primeira metade da década de 1980 o mineiro se ocupou principalmente do cargo que conseguira com ajuda de Theotônio do Santos na Fundação Escola de Serviço Público (Fesp), onde Marini assumiu a coordenação de projetos acadêmicos, cabendo a ele a responsabilidade pela criação de um curso de graduação em administração pública. Em conjunto com este trabalho Marini continua participando em vários eventos acadêmicos como seminários, mesas redondas, palestras e etc., tanto em âmbito nacional, quanto internacional, além de seu trabalho pontual como jornalista político, assumindo em 1984 a redação e direção do “*Jornal do País*”, de tiragem quinzenal.

Até que em 1986 Marini finalmente é convidado pelo novo Reitor a reintegrar seu cargo de docente na UNB - que tinha sido bruscamente paralizado com o golpe de 1964-, cargo que ele continuou a exercer de maneira assídua e comprometida, em suas funções de docente, pesquisador e pensador comprometido com a causa e o interesse da classe trabalhadora. Marini continuou escrevendo e trabalhando ativamente até sua morte em 1997, aos 65 anos.

3.CELSO FURTADO: PERSPECTIVA SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO E A DEPENDÊNCIA, E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

3.1 O Desenvolvimento dos países da vanguarda do capitalismo industrial

Primeiramente, para entender como Furtado pensa o subdesenvolvimento e a dependência das economias latinoamericanas (em especial a do Brasil), é necessário entender como Furtado analisa o processo de desenvolvimento dos países que estavam na vanguarda do desenvolvimento do capitalismo industrial. Pois para o autor, a divisão internacional do trabalho, e as mudanças geradas nesta pela industrialização dos países centrais a partir do século XVIII, são os fatores dinâmicos essenciais para entender o processo de (sub)desenvolvimento e posteriormente de dependência dos países latinoamericanos, este ponto está claro na obra de Furtado desde “*Formação Econômica do Brasil* (2014)”¹¹

Furtado (2009) divide o desenvolvimento dos países centrais do capitalismo em duas fases. A primeira fase, que vai até a primeira metade do século XIX, é marcada pela decadência do antigo sistema econômico feudal europeu e pelo processo de acumulação primitiva, baseado na colonização e exploração do continente americano, utilizando da mão de obra de escravizados africanos e de povos originários. Nesta fase, após o processo de acumulação primitiva provocar a criação de um excedente (neste caso baseado no modo de produção colonial-escravista), e conseqüentemente uma diversificação do consumo dos grupos dominantes europeus, esta dinâmica leva, em última conseqüência, à possibilidade de incorporar ao processo produtivo interno desses países tal excedente captado pela “acumulação primitiva de capital”.

Esta primeira fase do desenvolvimento do capitalismo industrial tem como característica uma mão de obra totalmente elástica decorrente da desorganização do modo de produção feudal, este que tende a liberar mão de obra para o setor capitalista. O fator dinâmico nesta fase é dado pela própria classe dominante e sua capacidade de limitar o consumo da coletividade em prol do processo de acumulação, sendo o principal fator determinante do crescimento o nível de desenvolvimento do setor de bens de capital. O nível relativo da indústria de bens de capital em relação ao produto total vai moldar a forma da distribuição de renda, pois “quanto maior será a participação dos lucros, em particular os

¹¹ Mesmo que o objetivo desse livro seja fazer uma análise histórica da Formação Econômica do Brasil, nele mesmo se vê um "embrião" da sua perspectiva sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, desenvolvida mais a fundo no livro homônimo de 1962.

lucros industriais, na renda total, maior será o nível de acumulação”.(Furtado, 2009, p.173)¹²

A segunda fase do desenvolvimento capitalista dos países centrais tem início na segunda metade do século XIX, e é marcada por uma oferta de mão de obra inelástica, pois a partir deste ponto a oferta de mão de obra passa a depender exclusivamente do aumento vegetativo da população, que parece ser uma variável endógena, (assim como presente no modelo de crescimento de Harrod-Domar (1939)), pois toda a mão de obra que estava ocupada em tipos de produção pré-capitalistas já foi absorvida pelo modo de produção vigente (capitalista), esta nova fase é marcada pelo relativo desequilíbrio entre a capacidade de produção de bens de capital e a mão de obra. Este fenômeno acarreta uma mudança na distribuição de renda a favor da classe trabalhadora, levando a uma diminuição da taxa de lucro e, conseqüentemente, do nível de acumulação.

De acordo com Furtado (2009), o fato de essas economias capitalistas terem logrado manter o nível de participação dos lucros no produto se deveria à manutenção de uma elevada taxa de crescimento. Em seu livro *“Dialética do Desenvolvimento”* (1963), ao falar sobre este processo referente à segunda fase do desenvolvimento capitalista dos países da vanguarda industrial, Furtado desenvolve que o fenômeno (da redistribuição de renda) também é explicado pela agudização da luta de classes, com a ascensão de organizações trabalhistas e sindicais, que atuam como ferramenta junto aos trabalhadores na relação de forças e na luta pela distribuição da renda.

A luta de classes se torna, a partir deste ponto, para Furtado (1978b) (junto com a acumulação), o motor dinâmico do processo de desenvolvimento das sociedades centrais no capitalismo, isso acontece pois a pressão que se coloca sobre o aumento do salário real impulsiona o processo de inovação tecnológica a produzir cada vez mais novas tecnologias intensivas em capital como modo de tentar “frear” a tendência à redistribuição de renda. Deste modo, a luta de classes atua como modo de incentivo ao investimento em inovações

¹²“Com uma oferta elástica de mão de obra, o principal fator determinante do ritmo do crescimento econômico é a capacidade produtiva da indústria de bens de capital (ignorado o intercâmbio externo, para simplificação da exposição). Por outro lado, a participação da indústria de bens de capital na produção global reflete a forma de distribuição da renda: sendo maior essa participação, maior terá que ser, também, a participação dos lucros, em particular dos lucros industriais, na renda total. Com efeito, se se admite que o consumo das classes de altas rendas é regulado por fatores institucionais e pouco afetado por modificações de curto prazo no nível da renda global, e que o consumo dos assalariados é determinado pelo nível de sua renda corrente, apresentando-se praticamente como nula sua capacidade de poupança.” (Furtado, 2009, p.173)

tecnológicas (que tendem a diminuir o nível de mão de obra necessária por produto), o que, como consequência, acarreta mudanças estruturais que condicionam os padrões de consumo e estimulam o processo de acumulação, mesmo com a inelasticidade da mão-de-obra. Tal orientação da criatividade tecnológica (intensiva em capital), deste modo, não conseguiu impedir que a classe proletária dos países do capitalismo central lograsse elevar seu salário real, conseguindo assim ficar com uma parte dos frutos do avanço tecnológico.¹³

Outro ponto trazido por Furtado é que, caso os frutos do processo de acumulação ficassem indefinitivamente concentrados nas mãos dos capitalistas, o processo de formação de capital tenderia a um ponto de saturação. Para o autor, o fato de no centro do capitalismo uma parte desse novo produto, fruto da agudização da acumulação pelo processo de inovação tecnológica, distribuir-se entre as massas trabalhadoras, permite que o desenvolvimento possa seguir adiante, porque os trabalhadores consomem tudo o que ganham. Vemos aqui a introdução da “teoria da demanda efetiva” kaleckiana na teoria do desenvolvimento de Furtado, (pois Furtado, assim como Kalecki, separa o consumo entre capitalistas e trabalhadores, fator que não está presente na obra de Keynes).

Furtado (1978b) compartilha da visão marxista de que o capitalismo tende, por conta de sua dinâmica própria, a uma realidade de monopólio, porém diverge da análise marxista ao entender que tal processo não leva em última instância a sua superação como modo de produção. Diferente da análise marxista, para o economista, na realidade à agudização do antagonismo de classes decorrente deste processo de monopolização, e de aumento das contradições do sistema capitalista, serve como força estimulante do processo de acumulação do sistema, mediante redução dos riscos e da instabilidade. Tal estrutura monopolista de mercado (característica da segunda fase do desenvolvimento capitalista dos países da vanguarda da industrialização), para o autor, possibilita o planejamento a médio e longo prazo, favorecendo assim a intensificação da acumulação e seu horizonte de tempo, e como consequência disso gera a possibilidade das organizações sindicais aumentarem sua capacidade de combatividade, ou seja, sua capacidade de melhorar a distribuição da renda a

¹³ Servindo aos interesses dos capitalistas, o desenvolvimento tecnológico condicionou a evolução dos processos produtivos de forma a permitir que a acumulação se mantivesse a um ritmo suficientemente alto para absorver a poupança disponível, ao mesmo tempo que anula os efeitos da escassez relativa de mão-de-obra sobre a distribuição de renda (Furtado, 1962, p. 62).

seu favor. É neste contexto que o autor entende a expansão das empresas dessas potências industriais para fora de suas fronteiras nacionais.

Em última instância, o objetivo final do processo de internacionalização do capital das empresas dos países centrais a partir da segunda metade do século XIX, era gerar novos recursos de poder e conseguir manter ou aumentar o nível de acumulação que internamente se tornava pressionado pelas pressões sociais, resultantes da organização da classe trabalhadora, que pressionava os salários reais para cima, já que tal processo interno levaria à redução na taxa de acumulação e, conseqüentemente, no ritmo do crescimento, pois uma parte crescente da renda relativa estaria sendo consumida ao invés de estar sendo acumulada.

3.2 Subdesenvolvimento e Dependência na América Latina

A expansão dessas empresas fora dos seus limites nacionais assumiu historicamente na América Latina, várias formas diferentes. Em alguns países esta expansão se deu na forma de dominação e controle dos setores primários exportadores agropecuários. Nesta economias, tal dinâmica, que tinha origem primeiramente no controle apenas das operações internacionais, posteriormente se prolongou para as atividades complementares (como frigoríficos, usinas beneficiadoras de algodão, produtoras de azeites e vegetais) com o objetivo de controlar os processos comerciais deste produtos, e, em sua fase final, para a dominação direta do processo produtivo agropecuário.

Outra forma bastante comum foi o controle do processo extrativo e produtivo das fontes de matérias primas minerais, de acordo com Furtado (1978b), nestes setores o rápido avanço da técnica (tanto no sentido da produção, quanto do transporte) favoreceu a concentração em benefício dos grupos financeiramente mais poderosos. Nestes casos, a integração internacional se deu não apenas no âmbito comercial, mas também nas atividades industriais internas, o que o autor define como “manifestação do processo de integração vertical das atividades produtivas” (Furtado, 1978b, p.23). Tais economias, que tiveram o processo produtivo de seus setores primários dominados pelo capital internacional, como o caso de Cuba, Equador e República Dominicana, tiveram maiores problemas para posteriormente conseguir pautar um processo de substituição de importação

(quando houve estímulos exógenos).

Contudo, a forma mais frequente de expansão foi no sentido de criação de filiais e subsidiárias nos países que originalmente eram apenas importadores de seus produtos manufaturados. Esta atividade, originalmente comercial, estendeu-se para a origem das atividades manufatureiras locais sob domínio das empresas multinacionais, gerando assim uma integração vertical do processo produtivo dentro da própria empresa. Dessa maneira, o processo de expansão das empresas dos países do centro do capitalismo para além de suas fronteiras, especificamente o adentramento dessas nas economias latinoamericanas, na leitura de Celso Furtado (1978b), é entendido como o meio que essas empresas utilizaram (e utilizam) para conseguir recuperar sua liberdade de manobra e conseguir a manutenção de altas taxas de lucros, em face do avanço das reivindicações trabalhistas e dos movimentos sindicais nos seus países de origem, que pressionam o salário real constantemente para cima. Sendo assim, a internacionalização da empresa capitalista é nada mais do que a volta da ação da mesma como instrumento de concentração de renda e riqueza.

Esse movimento só foi possível, pois, de acordo com o autor, na América Latina a classe trabalhadora, na maioria dos casos, encontra-se destituída de organizações sindicais e movimentos sociais que defendam seu interesse como classe social, e que, assim, neutralizem o avanço das classes dominantes no sentido de pressionar os salários reais para baixo. Além disso, tal dinâmica leva ao aumento da margem de manobra destas empresas em relação à classe proletária de seu país de origem, pois agora existe a opção de exportar seu capital para um país latino-americano, onde a luta de classes se encontra menos desenvolvida (e assim empregar trabalho por um salário real muito menor), caso a reivindicação salarial aumente .

Furtado (1978b), entende que este processo de acumulação da renda, que resulta da expansão extraterritorial das empresas capitalistas para os países periféricos, não necessariamente leva a uma concentração de renda dos países centrais em detrimento destas economias periféricas, onde tais empresas penetram. Isso acontece, pois esta nova fase da divisão internacional do trabalho leva a maiores possibilidades de especialização internacional, conduzindo a um aumento significativo do índice de produtividade e do nível de acumulação nos países periféricos. Um bom exemplo disso é o próprio Brasil, onde se

observa um aumento considerável de seu PIB per capita após a inserção de empresas multinacionais dentro de seu processo produtivo, especificamente após a Segunda Guerra Mundial. Deste modo, Furtado (1978b) argumenta que a tendência é em sentido contrário, na verdade a dinâmica de expansão internacional das empresas capitalistas contribuiu para uma maior homogeneização nos níveis de renda e produtividade entre os países inseridos na dinâmica mundial do capitalismo.

Para Furtado (2009) sempre existirá deficiência na utilização dos fatores em uma economia considerada subdesenvolvida, tal deficiência porém, não poderia ser pelo lado da oferta de mão de obra, levando em conta que estas economias têm como uma de suas principais características uma alta elasticidade de mão de obra. O fator capital (especificamente a escassez deste fator) é o que explica a baixa produtividade média desta economias, pois se desperdiça um fator (mão de obra) pela insuficiência de um outro (capital). Além disso, o fato de o processo de industrialização da América Latina se dar por meio da importação e disponibilidade dos bens de capital dos países centrais, pelo processo de “substituição de importações”, deixa implícito que, pela própria característica do desenvolvimento tecnológico dos países centrais, existe sempre um aumento da relação capital-trabalho, pela criação de bens de capital capital-intensivo, ou seja de que as máquinas cada vez precisem de menos mão-de-obra¹⁴

Já que o processo de desenvolvimento dos países periféricos é feito por assimilação das técnicas desenvolvidas nos países centrais, a assimilação de tais técnicas traz implícito um subemprego estrutural do fator trabalho nas economias dependentes. Sampaio Jr. (1997), ao analisar a compreensão de Furtado sobre o processo de assimilação da tecnologia dos países centrais pelos países subdesenvolvidos, e o efeito danoso em relação à estrutura dos países periféricos, em detrimento da característica poupadora de mão-de-obra dessa tecnologia, discorre o seguinte:

[...] sua reflexão revela a perversidade de um processo de incorporação de progresso técnico que privilegia o rápido acesso aos padrões de consumo vigentes no centro, em detrimento ao desenvolvimento das forças produtivas; a diversificação do consumo das classes de alta renda, em vez da difusão para as camadas menos favorecidas, de padrões de consumo já conhecidos; a absorção do estilo de vida do centro, em vez da definição de um estilo de desenvolvimento

¹⁴ Como analisamos anteriormente, de acordo com Furtado (1978b), isto faz parte do modo como os capitalistas utilizam para tentar frear o avanço da pressão sobre os salários nos países centrais, que possuem mão-de-obra elástica

próprio; o uso de uma tecnologia inadequada, que exige uma relação produto/capital e capital/trabalho inadequada para as bases técnicas e econômicas da economia nacional, em vez da utilização de uma tecnologia ajustada às necessidades e as possibilidades específicas da economia nacional. (Sampaio Jr, 1997, p 217)

É nesse contexto que se insere a famosa teoria furtadiana da dualidade estrutural, na qual o autor teoriza sobre a heterogeneidade estrutural presente nas sociedades periféricas após a inserção das empresas capitalistas na sua economia interna. De acordo com essa teoria, setores pré-capitalistas, que produzem para a subsistência, os quais Furtado denomina como “departamento atrasado”, convivem com setores capitalistas (onde predomina a tecnologia moderna), inseridos na divisão internacional do trabalho, e conseqüentemente com uma maior produtividade relativa. Esta dualidade na estrutura produtiva é fruto do desequilíbrio existente entre o nível dos fatores (capital e trabalho), consequência do fato de o crescimento das economias periféricas serem necessariamente de característica exógena (depende de fatores alheios ao próprio sistema).

Para Furtado (2009), o grau de desenvolvimento de um país periférico está dado pelo grau de importância do setor atrasado (de subsistência), e a taxa de crescimento da economia é função da importância relativa do setor dinâmico inserido na divisão internacional do trabalho. É também por meio desta teoria que podemos entender a origem da alta elasticidade da oferta de mão de obra existente nessas sociedades, pois a estrutura ocupacional se altera muito lentamente como consequência do progresso técnico capital-intensivo importado dos países centrais, este que é inadequado à absorção “ótima” dos trabalhadores do setor atrasado de subsistência. Como consequência, o sistema tende à alta concentração de renda e a um grau de injustiça social crescente (Bielschowsky 2004). Furtado (2009) discorre o seguinte sobre este processo:

Estabelecido que o subdesenvolvimento é por si mesmo um desequilíbrio no nível dos fatores - o qual reflete um desajustamento entre a disponibilidade de fatores e a tecnologia que está sendo absorvida, razão pela qual se torna impossível alcançar concomitante a utilização plena do capital e da mão de obra, infere-se que as estruturas subdesenvolvidas são sistemas híbridos, constituídos por setores ou departamentos com comportamentos específicos. Em uma representação esquemática desses sistemas, chamaremos de departamento desenvolvido o núcleo em que predomina a tecnologia moderna, esteja produzindo para o mercado externo ou interno. Ao setor remanescente da estrutura pré-capitalista chamaremos departamento atrasado. Sendo assim, o grau de subdesenvolvimento está dado pela importância relativa do departamento atrasado, e a taxa de crescimento é função do aumento da importância relativa do departamento desenvolvido [...]. Dessa maneira de crescimento dos países subdesenvolvidos —

caracterizada por um forte aumento da procura de produtos intermédios de origem industrial — resulta uma tendência à elevação do coeficiente de importações. (Furtado, 2009, p. 197-198)

O economista paraibano analisa que no desenvolvimento dos países centrais, o que se chama de revolução industrial está conectado a dois fatores, 1) transformação das técnicas produtivas - ou seja desenvolvimento tecnológico -, e 2) Modificação dos padrões de consumo, sendo esses dois fatores correlacionados e fazendo parte do mesmo processo. Para o autor, enquanto os novos padrões de consumo se espalharam por todos os continentes rapidamente durante o século XIX, as técnicas produtivas apenas se desenvolveram nesta pequena parte de países desenvolvidos. O subdesenvolvimento, deste modo, é marcado pela modificação dos padrões de consumo - mesmo que seja para uma pequena minoria da população -, sem que se transformem as técnicas de produção simultaneamente.

Sendo assim, existe uma ruptura entre o processo de circulação e produção. De acordo com o autor, essa discrepância entre essas duas fases do processo de acumulação, presentes na periferia, teve como origem o processo de ampliação dos mercados para os produtos dos países centrais, marcado pela inserção dos países periféricos na divisão internacional do trabalho. Isto fez com que se introduzisse nas elites dos países periféricos novos padrões de consumo e elevação da produtividade do setor agrário, sem que se fosse assimilado o progresso tecnológico, o qual ficou monopolizado pelos países vanguardistas. De acordo com Furtado (1986), este é o ponto de partida do desenvolvimento das estruturas subdesenvolvidas.

O fato do processo de industrialização dos países periféricos, ser totalmente dependente da importação de bens de capital, além de suas implicações relativas ao subemprego estrutural (já comentado anteriormente), tem outra importante consequência: a alta pressão sobre o coeficiente de importações, caracterizado por um forte aumento da procura de produtos intermediários de origem industrial. Adicionalmente a isso, existe a tendência à deterioração dos termos de troca (Prebisch/Singer), que pressiona ainda mais a balança de pagamentos e gera a necessidade de um crescente aumento das exportações de produtos primários para poder ter os dólares necessários para pautar a substituição de importações.

Para Furtado (2009), a diferença fundamental entre as economias centrais e as

periféricas está na composição das importações. No caso das economias centrais, a aceleração do crescimento acontece sem nenhuma pressão adicional sobre a balança de pagamentos, enquanto que no caso das economias periféricas, que dependem da importação de bens de capital, todas as experiências desenvolvimentistas historicamente levaram à crise da balança de pagamentos. Sendo assim, existe um “tradeoff” entre uma política de crescimento econômico em países subdesenvolvidos e a inflação e desequilíbrio na balança de pagamentos, neste caso uma política de desvalorização cambial ou de controle de preços (contração fiscal) levaria à estagnação ou diminuição do produto, pois se tornaria mais caro importar meios de produção.

Porém, para o autor, a inflação inerente ao processo de crescimento dependente não se trata de uma “lei”, mas sim da consequência de um processo de importação de bens de capital não planejada, isso se explica pelo fato de haver uma tendência intrínseca dos empresários nacionais de intensificar seu investimento em setores industriais já anteriormente estabelecidos da economia nacional, e não em setores estratégicos que necessitam de desenvolvimento para se superar a dependência econômica, ou seja, setores que não “substituem importações”. Isto acontece pois o risco implícito nessas inversões que substituem produtos importados é muito maior, pois não há experiência e nem histórico anterior de atividades produtivas em tais setores que gerariam maior segurança aos capitalistas nacionais. Este fenômeno acaba gerando, assim, um nível muito alto de investimento em alguns setores da economia (Furtado cita o setor têxtil como sendo o mais clássico exemplo) enquanto outros setores industriais estratégicos e com maior valor agregado possuem um nível de investimento muito abaixo do ótimo. A consequência deste processo é que se desenvolve internamente um desequilíbrio de oferta: excesso de capacidade produtiva em determinados setores e insuficiência em outros. Esta seria a causa principal da pressão sobre a balança de pagamentos e a consequente inflação.

De acordo com Furtado (2009), o “novo equilíbrio” somente seria alcançado em um nível mais baixo de atividade produtiva (desaceleração e estagnação econômica). Mas não existe nenhuma razão para acreditar que o processo de desenvolvimento exógeno (típico dos países periféricos) com estabilidade de preços seja impossível, neste caso apenas seria necessário um planejamento do processo de investimento, para que não exista um desequilíbrio de oferta, por meio de uma orientação política para o investimento em setores

industriais estratégicos, que gerem uma diversificação no processo de industrialização, que, em última instância, seja capaz de gerar mudanças estruturais no processo produtivo.

3.3. Celso Furtado: A Industrialização dependente brasileira.

De acordo com Furtado (1978a), a industrialização brasileira foi uma forma de desenvolvimento do tipo dependente, o fator dinâmico desta se deu por meio de mudanças no perfil da demanda, que se desenvolveram com a introdução do país na divisão internacional do trabalho e com o consequente incremento da produtividade. Furtado entende dois principais tipos de industrialização, a primeira típica das experiências dos países que se industrializaram no século XIX, baseado em um processo de desenvolvimento autônomo, no qual a ordenação dos fatores primários de impulsão segue a seguinte ordem: progresso tecnológico - acumulação de capital - modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda. Por outro lado, teríamos o processo de desenvolvimento essencialmente dependente, típico dos países subdesenvolvidos, no qual a sequência é inversa: modificações na composição da demanda - acumulação de capital - progresso tecnológico. Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente é que nela o progresso tecnológico é consequência e não fator inicial dinâmico para o desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento

Ao analisar a experiência da industrialização brasileira, o economista separa este processo em 3 fases diferentes, sendo o golpe empresarial militar e as políticas econômicas inseridas no regime militar correspondentes à terceira fase desse desenvolvimento. A terceira fase é especificamente introduzida no livro *“Análise do modelo Brasileiro”* (1986), enquanto as duas primeiras são introduzidas em *“A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina”* (1978a). Para entender como se desenvolveu tal processo, Furtado (1986), ao analisar o caráter da classe dominante, afirma que diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, aqui no Brasil não logrou desenvolver-se uma burguesia ligada aos interesses nacionais. Em razão do pacto colonial, a atividade manufatureira permaneceu atrofiada e mesmo depois da independência, o fato

das atividades comerciais ligadas ao exterior terem permanecido nas mãos de estrangeiros retardou a formação de uma burguesia urbana ligada aos interesses da nação, de acordo com o autor. Por essas razões, a burguesia nacional sempre mostrou um caráter cosmopolita e não nacional.

A primeira fase, iniciada na segunda metade do século XIX, é baseada no desenvolvimento de uma indústria de bens não duráveis, complementar ao setor dinâmico agro-exportador, uma vez que este setor não depende de bens primários importados. O desenvolvimento dessa indústria foi consequência da elevação da renda nacional e da expansão do mercado interno, tendo em vista a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de bens primários, principalmente depois da ascensão do ciclo do café. Este processo levou a um consequente aumento do poder de compra dos assalariados, a partir do momento que impulsionou a migração de pessoas do setor de subsistência de baixa produtividade para o setor industrial, com uma maior produtividade e remuneração salarial. Em conjunto com a formação de um mercado interno, outro fator que condicionou a possibilidade deste primeiro passo ao caminho da industrialização foi uma certa proteção às indústrias nacionais em relação às indústrias externas, consequência da instabilidade cambial presente na segunda metade do século XIX.. Furtado (1978a) sublinha que a produção têxtil em 1885 produzia 22 milhões de metros de tecidos, 242 milhões em 1905 e 522 milhões em 1921.

Este processo de industrialização, baseado na complementação do mercado interno criado pelo setor dinâmico agro-exportador, não obstante tenha logrado um desenvolvimento significativo da malha industrial (este aumentou em mais de 25 vezes em 30 anos), já em meados do anos 1920 demonstrava tendência à estagnação e esgotamento. Isto se deu, pois de acordo com o autor, além desta indústria nascente não possuir poder germinativo, pois não criava economias externas para outras indústrias, também não necessitava (e assim também não impulsionava o desenvolvimento destas) de infra-estrutura moderna. A partir do ponto em que o mercado interno desses bens foi absorvido na totalidade, o crescimento da produção têxtil, passou a depender totalmente do aumento da demanda externa de bens agro-industriais, exportados pelo país, que aumentavam o poder de compra, e, conseqüentemente, o mercado interno. O desenvolvimento deste tipo de indústria típica da primeira fase se cumpriu em duas fases,

uma de alto e intenso crescimento, característica do período de conquista do mercado interno já existente, e a segunda (a partir da década de 1920) de relativa estagnação, reflexo do período em que o desenvolvimento já era totalmente induzido pelo crescimento das exportações, que dependia da demanda global de bens primários.

A segunda fase é marcada pelo processo conhecido como substituição de importações. Esta fase é caracterizada pelas tensões estruturais decorrentes do declínio da capacidade de importar, que foram consequências da depressão de 1929 e do declínio do mercado internacional e, conseqüentemente, da demanda dos bens agro-exportadores brasileiros. Tal declínio impulsionou o desenvolvimento de uma indústria de manufaturas que não dependia de matéria prima importada, e que, de acordo com Furtado (1978a), utilizando capacidade semi-ociosa (sem aumentar sua capacidade produtiva), aumentou sua produção em 30%, entre os anos de 1929 e 1931. Posteriormente, em razão das profundas modificações na capacidade de importar e nos preços relativos de bens anteriormente importados, o processo de industrialização brasileiro adquiriu maior profundidade. A intensificação das atividades manufatureiras, em conjunto com o aumento do investimento público, fomentaram mudanças estruturais no processo e na natureza da industrialização brasileira. Por este caminho se criou uma forte demanda de bens intermediários e uma diversificação das atividades industriais do país.

Ao ampliar-se a frente de substituição de importações, constitui-se a indústria, ela mesma, no fator de impulsão do desenvolvimento. Por um lado, a ampla absorção de mão-de-obra - trabalho a dois e três turnos de certas manufaturas e multiplicação de atividades semi-artesaniais em vários tipos de indústrias, da de produtos alimentícia à mecânica -, por outro, o crescimento do mercado de produtos intermediários e, por último, as economias externas dinâmicas engendradas pela integração do sistema industrial -: esses e outros fatores transformaram a atividade industrial no centro dinâmico da economia brasileira. Entre 1939 e 1949 a produção industrial cresceu com um taxa anual de 7,2%; entre 1949 e 1959, essa taxa se elevou a 8,5% e entre 1959 e 1964 a 9,7%. Temos assim um quarto de século de crescimento industrial com uma taxa média de 8,3%. (Furtado, 1978a, p.139)

Para Furtado (1986), a tendência da industrialização brasileira - baseada na substituição de importações - à concentração de renda, é um efeito da dependência que ocorre pela forma como o progresso tecnológico se propaga do centro para a periferia do capitalismo. Para o autor, o fato de existir uma mão-de-obra elástica nos países periféricos e, conseqüentemente, o salário real ser constante, significa que todos os frutos do avanço

tecnológico e do crescimento introduzidos no processo produtivo ficam na mão dos capitalistas (e da alta faixa da classe média). O processo presente nos países desenvolvidos no capitalismo contemporâneo, de primeiramente introdução de novos padrões de consumo, que primeiramente são exclusivos das classes altas, mas que em um segundo momento é difundido entre toda a sociedade, que é possível pela tendência a um aumento do salário real dos trabalhadores, não se repete na experiência brasileira - e de nenhum outro país subdesenvolvido -, a estrutura industrial brasileira teve de adaptar-se, desde o início, a um perfil de demanda caracterizado por um desnível considerável entre os padrões de consumo da massa e os da pequena minoria (da classe dominante).

3.4 O Golpe Empresarial Militar de 1964 e suas consequências econômicas

Furtado (1986) discute a estratégia de crescimento relacionada às medidas econômicas introduzidas pela ditadura empresarial militar a partir de 1964, que fazem parte da terceira fase da industrialização dependente brasileira. De acordo com o autor, com o intuito de superar a estagnação econômica do período de 1961 a 1967, visando eliminar os pontos de estrangulamento responsáveis pela perda de dinamismo do sistema e assim retornar o processo de industrialização, que estava relativamente estagnado, a estratégia adotada pelo governo militar se resumia em 3 características básicas: a) reorientação do processo de concentração da riqueza e renda, de forma que o mecanismo promotor dessa concentração atuasse, não somente no sentido de favorecer a formação de capital fixo, mas também - e de forma significativa - no de promover a ampliação do mercado de consumidores de bens duráveis; b) arrocho salarial, redução da taxa de salário real básico dos trabalhadores a respeito da produtividade média do sistema, com o intuito de aumentar a taxa de lucro e liberar parte dos recursos para ampliar a capacidade produtiva. Furtado (1986) em nota de rodapé, nos diz que “de acordo com as estatísticas oficiais, na Guanabara, de 1964 a 1970, o salário real caiu em média 4% ao ano, o custo do trabalho em termos de sua própria produtividade declinou no período referido em cerca de 60%.” E c) fomento mediante subsídios à exportação dos produtos industriais, visando remediar a tendência à insuficiência de demanda - intrínseca ao tipo de industrialização concentradora brasileira - sejam estas de natureza conjuntural ou estrutural.

De acordo com o autor, as insuficiências “conjunturais” são referentes às indústrias tradicionais (bens não duráveis), afetadas pelo lento crescimento da massa salarial, e as insuficiências estruturais estão relacionadas ao consumo de bens duráveis, em que a tecnologia utilizada exige uma escala de produção que supera as dimensões do mercado (de consumo das grandes elites). A execução dessa política se fez mediante a utilização de instrumentos como: política fiscal, cambial, creditícia e salarial.

Porém, levando em conta o efeito negativo da compressão salarial nas indústrias de bens não duráveis, a retomada do processo de industrialização enfrentaria sérias dificuldades, pois uma parte significativa das indústrias - que são de bens correntes de consumo - entrariam em depressão pela falta de demanda efetiva. Deste modo, o caminho utilizado pela ditadura militar para remediar esta contradição foi, a partir da segunda metade dos anos 1960, dinamizar a demanda - o poder de compra - da classe média alta, fazendo com que sua capacidade de poder de compra crescesse tanto relativamente, como absolutamente, o que foi obtido mediante formas de financiamento, que implicaram em subsídios ao consumo, e transferências para esta classe por meio de crédito e títulos de propriedade. Sendo assim, logrado a partir deste momento um aumento considerável do consumo das faixas mais altas da classe média, sem mudar a política de arrocho salarial, criavam-se privilégios para a fração alta da classe média, possibilitando, a curto prazo, gerar o tipo de demanda necessária para dinamizar a economia.

De acordo com a tendência natural do processo de industrialização dos países periféricos, baseado na assimilação de tecnologia dos países centrais, tendo em conta o fato de as barreiras protecionistas às importações e os subsídios para a importação de capital fixo aplicados pelo governo terem reduzido drasticamente os custos reais deste capital, induzia os empresários a investir mesmo onde a rentabilidade era ínfima - ou o risco muito grande -, o que, de acordo com Furtado (1986), trabalhou no sentido de incentivar os empresários a adotarem métodos tecnológicos com elevada dotação de capital por operário (o que é a tendência da tecnologia desenvolvida nos países desenvolvidos e assimilada pelos países periféricos), fomentando, deste modo, o processo de industrialização, caracterizado por uma baixa capacidade criadora de novos empregos e por baixos salários, comparado aos países centrais.

O desenvolvimento de um mercado de títulos financeiros também teve papel importante na manutenção da economia capitalista industrial brasileira no pós-golpe, pois de acordo com o autor existiriam problemas de autofinanciamento pelo fato de a indústria brasileira, além de sofrer uma forte pressão inflacionária, operar em níveis de utilização da capacidade não altos o suficiente. Tal problema foi neutralizado mediante o desenvolvimento de um mercado de títulos financeiros onde criou-se um portfólio e abriu à classe média a perspectiva de participação no fluxo de renda dos lucros industriais, por uma política deliberada do governo visando permitir a altas camadas da classe média a obtenção de um patrimônio de títulos financeiros. Essas técnicas de incentivos fiscais funcionavam tanto no sentido de induzir frações da classe média com capacidade de poupança a investir nesses títulos, quanto para transferir recursos da massa da população para esta fração da classe média capaz de adquirir tais títulos, auxiliando ainda mais no latente processo de concentração de renda. Desta maneira, foi possível dinamizar a demanda por bens duráveis de consumo, mediante uma política de concentração de renda em benefício da classe média alta, ou seja, mediante a criação de um importante setor de semi-rentistas.

Porém, de acordo com o economista paraibano, os incrementos à renda da classe média, essenciais para a realização do mercado de bens de consumo duráveis, não poderiam continuar a ser feitos por contínuas e progressivas reduções do salário real da grande massa - o qual já estava em níveis baixíssimos, e era essencial para a realização dos mercados de bens não duráveis, ainda com certa importância na economia -, sendo assim, fez-se necessário canalizar para essas frações altas da classe média parte do incremento da produtividade do conjunto do sistema econômico. Foi para assegurar que tal grupo se beneficiasse de parte dos frutos do crescimento econômico, que, de acordo com Furtado (1986), o governo empresarial militar colocou em prática sua política de distribuição de títulos de propriedade imobiliária à massa de contribuintes do imposto de renda. Sendo assim, os bancos e instituições financeiras criadores de títulos de alta liquidez (curto prazo), constituem o instrumento de escoamento dos recursos da alta classe média para o investimento industrial. Aliado a isso, pela perspectiva da massa da população - adicionado à política de arrocho salarial debatida anteriormente -, a inflação servia de ferramenta de expropriação de recursos dos assalariados, escoando para a classe média alta, mas principalmente para os capitalistas.

De acordo com o economista, o modelo econômico brasileiro introduzido com o golpe empresarial militar (1964), no que se refere à política econômica deste - baseado na compressão do salário real da massa da população em prol do desenvolvimento de um mercado de bens duráveis para a classe capitalista e para a classe média alta -, requer a preservação das estruturas sociais por onde os padrões de consumo dos países centrais são reproduzidos por apenas uma pequena minoria da população, não abrindo assim possibilidades para a superação do subdesenvolvimento, pois não possibilita a formação dos automatismos presentes nas economias capitalistas centrais - o que o autor chamada de anel de feedback¹⁵ -, economias estas que tem como característica, além do crescimento econômico, o aumento progressivo dos salários reais.

Desde modo, o processo de crescimento da economia brasileira a partir do golpe militar de 1964 trata-se de um processo de acumulação baseado 1) no consumo, e em benefício exclusivo de uma minoria e 2) no arrocho salarial e piora da qualidade de vida da massa da população, levando, desta maneira, a uma acentuação da deformação estrutural que define o subdesenvolvimento e a dependência.

Furtado (1986) conclui, desta maneira, que mesmo que a estratégia econômica introduzida pela ditadura empresarial militar brasileira - baseada na agudização da atuação das empresas estrangeiras na economia nacional -, tenha logrado acelerar o crescimento econômico, esta levou a uma profunda agudização do processo de subdesenvolvimento e dependência, uma vez que que aumentou a desigualdade social e piorou a qualidade de vida da grande massa de trabalhadores. O autor concluiu, assim, que a superação do subdesenvolvimento brasileiro somente seria alcançada por outros caminhos, diferentes do modelo de crescimento econômico adotado pela ditadura empresarial militar brasileira.

3.5 Perspectivas da superação do subdesenvolvimento em Celso Furtado

¹⁵ “Chamamos o Anel de Feedback fundamental, a interação que existe entre o fluxo de salários e o crescimento da produtividade do trabalho; trata-se em última instância da interação entre as forças sociais que disputam os incrementos do produto e do progresso tecnológico. É uma característica da economia capitalista que a interação de forças sociais se realize ao nível de classes ou grupos sociais amplos: graças a isso, a penetração do progresso tecnológico em um setor tende a beneficiar o conjunto da classe assalariada” (Furtado, 1986, p. 65).

Para entender como Furtado compreende as perspectivas para superação do subdesenvolvimento e dependência na América Latina, primeiramente é preciso apontar que a posição do economista em relação a esta questão se modifica entre as obras que estamos utilizando (1961-1978) e “*Formação Econômica do Brasil*” (2007 [1959]), obra na qual o autor compartilha da visão desenvolvida por Raúl Prebisch sobre o caminho para superação do subdesenvolvimento latinoamericano: o processo de industrialização por si só, se levado até as últimas instâncias de amadurecimento, isto é, pelo desenvolvimento de um setor maduro de bens de capital e de bens duráveis de consumo, seria fator suficiente para superar a presença de estruturas arcaicas e heterogêneas que marcam o subdesenvolvimento, sendo, assim, possível elevar o nível de consumo da coletividade da população. Essa visão marca toda a primeira geração de obras e pensadores ligados à Comissão Económica para América Latina (CEPAL). Como aponta Hadler (2012):

A instabilidade e as reconfigurações que se manifestam na economia internacional, sobretudo a partir dos anos 1970, produziram em Furtado uma nítida mudança de diagnóstico sobre as possibilidades do desenvolvimento capitalista nacional nos países periféricos, em especial no caso brasileiro. Se antes a questão central, tal como posta por Furtado, eram os limites inerentes à industrialização substitutiva, agora a problemática insere-se em um contexto muito mais amplo, de metamorfose no sistema capitalista mundial que adicionam novos estrangulamentos ao desenvolvimento na periferia. Não é atoa que Furtado irá deslocar suas reflexões, principalmente entre meados dos anos 1960 e nos 1970 para o processo de globalização em curso, seus agentes e as consequências para a periferia do sistema, donde a centralidade da noção de dependência” (Hadler, 2012, p 111-112).

Ou seja, no contexto latinoamericano iniciado em 1964, marcado pelas mudanças no âmbito socioeconômico introduzidas pelo golpe empresarial militar e pela estratégia de crescimento econômico adotado por este - baseada na atuação protagonista do capital estrangeiro no setor manufatureiro nacional e pelo processo consequente de agudização da desigualdade social e do arrocho salarial-, Furtado muda seu diagnóstico sobre as possibilidades e caminhos para superação do subdesenvolvimento. Isso porque a partir de 1967 se desenvolveram setores relativamente “maduros” de bens de capital e de bens de consumo duráveis no país, sem que este desenvolvimento produtivo implicasse uma redução da disparidade da capacidade e do acesso ao consumo entre a grande maioria da população e a elite. Desta maneira, o desenvolvimento industrial, além de não gerar a superação do subdesenvolvimento, atuou no sentido de agudizá-lo.

A partir deste ponto de mudança no contexto internacional do capitalismo, de acordo com Furtado (1986), o processo de acumulação passa a ser marcado pela transnacionalização do capital da economia estadunidense, e pela sua atuação preponderante nas economias latinoamericanas. Como consequência disto, dá-se o processo de exportação de padrões tecnológicos e de novas formas de produção e concentração dos países centrais ao serem transplantados para as economias periféricas, no qual os problemas de marginalização social são estruturais e graves, estes padrões tecnológicos de capital-intensivo atuam nas economias subdesenvolvidas no sentido de agravar o desemprego estrutural.

Este processo de transnacionalização do capital estadunidense é marcado pelo processo de oligopolização econômica das grandes empresas capitalistas estadunidenses, que acontece como consequência do lugar privilegiado que os Estados Unidos alcançam depois da Segunda Guerra Mundial, frente tanto às nações derrotadas da Europa, quanto às vencedoras, que tiveram, porém, seu território devastado. Adiciona-se a isso o fato da União Soviética e do avanço do socialismo no mundo pressionarem ainda mais as burguesias nacionais dos países europeus a aceitarem o papel tutelar dos Estados Unidos como um fator de defesa do status quo e da integridade de sua posição social.

No que se refere às possibilidades de superação do subdesenvolvimento, é importante assinalar que, para Furtado, este processo de internacionalização das empresas - principalmente estadunidenses - e a formação de um sistema econômico de abrangência mundial, marcado pela ação conjunta das empresas transnacionais e de bancos internacionalizados, não eram acompanhados pela evolução conjunta de uma superestrutura política capaz de regular e remediar a ação predatória destas. Desta maneira, agudizou-se a tendência inerente ao sistema capitalista, de instabilidade e avanço da concentração de renda em nível mundial - ou seja, da ampliação da diferença de renda entre as economias subdesenvolvidas e desenvolvidas. Hadler (2012), a respeito de como Furtado entende as possibilidades de superação do subdesenvolvimento no contexto da transnacionalização do capital mundial, discorre o seguinte:

O diagnóstico de Furtado a respeito do momento histórico que ora tratamos é marcado pela sua gravidade. Contudo, apesar de todo o potencial cataclísmico do atual padrão de acumulação, resultante da evolução do sistema capitalista mundial, e de seus efeitos particularmente adversos para os povos da periferia do capitalismo, Furtado vê a saída do impasse não na superação, mas na reforma

desse sistema. Em seu modo de ver, o cerne da questão é a reforma da ordem econômica internacional. De certa forma, Furtado pretende que se leve a globalização às suas últimas consequências. (Hadler, 2012, p.181)

Neste sentido, Furtado (1978a) entende que o processo de globalização marcado pela transnacionalização do capital, no que se refere à inserção das economias periféricas, teria se tornado, a partir deste ponto, imperativo, necessário e inescapável para que estas economias tivessem acesso ao desenvolvimento tecnológico. Isolar-se em relação ao capitalismo mundial significaria se privar do acesso aos frutos do avanço tecnológico, inerente ao processo de desenvolvimento capitalista, ao dinamismo gerado pelo acesso ao progresso tecnológico criado no centro capitalista, e ao processo de industrialização controlado pelo capital estrangeiro. Para Furtado, o caminho seria não de rompimento com o capital estrangeiro e com o sistema capitalista mundial, mas sim de tentar buscar um meio de enfrentamento, de conseguir subordinar o processo de acumulação irradiado pelas empresas transnacionais ao interesse da coletividade, de toda a população. A dependência já não é passível de superação, trata-se de “[...] neutralizar mesmo que parcialmente o peso da dependência tecnológica” (Furtado, 1978 p. 124).

A partir do que o economista entende como processo de transnacionalização do capitalismo mundial, a estratégia nacional desenvolvimentista - esta que marca toda a primeira fase de intelectuais ligados à CEPAL e também os quadros marxistas ligados ao PCB - já não se mostra como suficiente para superar a subalternidade e a dependência econômica. Pois mesmo que Furtado entenda a atuação do Estado nacional como extremamente necessária neste processo, já que somente por meio dele é possível direcionar de alguma maneira o progresso tecnológico vindo do centro ao interesse da coletividade da sociedade brasileira e, desta maneira, suavizar a tendência inerente a esta fase de agudização da concentração de renda e da marginalização das classes oprimidas.¹⁶ O desenvolvimento depende do acesso ao progresso tecnológico, o qual só pode ser acessado pela inserção no sistema capitalista mundial.

¹⁶ Fato que acontece, de acordo com Furtado, pela característica dos bens de capital, de serem cada vez mais poupadores de mão-de-obra, o que nas sociedades latino-americanas, marcadas pela heterogeneidade estrutural e por uma mão-de-obra elástica, significa salários médios reais estruturalmente baixos para a população - pois estes são definidos pela produtividade do setor de subsistência -, e conjuntamente há um desemprego estrutural crescente, uma vez que o mercado de trabalho dos setores industrializados cresce menos que o crescimento populacional e o crescimento da renda nacional.

Porém, o processo de superação do subdesenvolvimento para Furtado, além de necessitar da atuação do marco nacional - como discutido no parágrafo anterior - depende também de um processo de cooperação internacional entre nações, no sentido da criação de órgãos supranacionais que se responsabilizem por regulamentar a atuação do capital transnacional e do sistema financeiro internacional no que diz respeito à sua atuação predatória em relação aos países periféricos. Este processo seria possível pela criação de acordos entre países que possuem afinidades, seja no âmbito regional ou no tipo de estruturas produtivas. Por meio da criação de vínculos de solidariedade na esfera internacional, os países dependentes poderiam ter um poder de barganha muito maior no que se refere a pautar o progresso tecnológico e a inserção deste nas suas economias, de acordo com as necessidades particulares das estruturas nacionais e no sentido de garantir uma maior participação da coletividade na renda adicional criada pelo progresso tecnológico.

De acordo com Cario, Gomes & Sigaúque (2019), mesmo que Furtado entendesse que se tratava de um processo complicado e difícil, este ainda nutria esperança de que o Brasil encontraria saída para superar as amarras do subdesenvolvimento “e [...] caminhar para a construção de uma sociedade em direção a homogeneidade social”, pela via do capitalismo. Esta superação seria possível por meio da atuação das forças nacionais no sentido de fazer com que o processo de acumulação e de inserção das inovações tecnológicas se adaptasse aos interesses, e em prol da coletividade da sociedade brasileira. O economista paraibano entendia, desta maneira, a atuação do Estado como o caminho essencial e necessário para que se abrissem os espaços institucionais de organização, criação e controle que fossem capazes de pautar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os trabalhadores também tivessem acesso aos frutos do processo de crescimento econômico baseado nas inovações tecnológicas, isto é, que o salário real e a diversificação de consumo das massas aumentassem em conjunto com tal crescimento.

4. RUY MAURO MARINI: PERSPECTIVA SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO E A DEPENDÊNCIA, E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

4.1 A dinâmica dos países centrais do capitalismo

Assim como fizemos ao analisar a dependência no trabalho de Furtado, para entender como Marini concebe os mecanismos que levam os países latino-americanos a uma situação de dependência, primeiro necessitamos compreender a dinâmica presente nos países centrais do capitalismo. Marini entende que em um segundo momento de seu desenvolvimento (este que se dá a partir da segunda metade do século XIX), o processo de acumulação capitalista nos países centrais se deu pelo aumento da mais-valia relativa em relação à absoluta (isto é, que a acumulação passou a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador).

Marini (2000), porém, faz uma necessária diferenciação entre aumento da produtividade e aumento da mais valia relativa, o aumento da produtividade é uma condição para o aumento da mais valia relativa, porém pode haver aumento da produtividade, sem que a isso corresponda necessariamente um aumento da mais valia relativa. Só a alteração da proporção da renda total em formato de lucro, num sentido favorável ao capitalista, isto é, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a cota de mais-valia. Para isto, a redução do valor social das mercadorias deve incidir em bens necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, em bens-salários, “[...]a mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, então, à desvalorização dos bens-salário, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho”(Marini, 2000, p. 115).

É nesse contexto que se insere a América Latina no processo de acumulação do capitalismo mundial. O amadurecimento do desenvolvimento capitalista central foi possível graças ao barateamento da força de trabalho (do valor de subsistência), o qual se deu pelo papel cumprido pela América Latina de especialização em produtos primários. (produtos estes que alimentam os operários dos países centrais Assim, nos países centrais foi possível liberar mão-de-obra interna da produção agrícola para as indústrias manufatureiras, tal êxodo da população do campo para os centros urbanos não seria possível caso não houvesse os meios de subsistência de origem agropecuária proporcionados de forma considerável

pela América Latina. Isso permitiu o aprofundamento da divisão do trabalho e a especialização dos países industriais como produtores mundiais de manufaturas.

Neste sentido, Marini desenvolve que o aumento da mais valia relativa nos países centrais está intrinsecamente ligado com a inserção da América Latina no mercado mundial (nesta nova fase da divisão internacional do trabalho), pois ao confiar ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de subsistência (bens primários), o efeito da oferta desses bens (que tende a se deteriorar em relação aos bens manufaturados) “[...] será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduz[a] ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas” (Marini, 2000, pg. 114-115).

Mas tal tendência de acumulação, baseada no aumento da mais-valia relativa inerente ao processo de acumulação capitalista, levaria a uma diminuição consequente da taxa de lucro dos capitalistas, conforme enuncia Marini (2000), pois apenas o capital variável é capaz de criar mais valia e tal dinâmica tem como necessidade mudar a composição-valor do capital a favor do capital constante, assim como já mostrava Marx (2020).

Deste modo, o autor explica o meio pelo qual os capitalistas dos países centrais buscaram a “solução” para tal contradição. Ao mesmo tempo que a inserção da América Latina como produtora de bens primários explica o barateamento do custo de vida do trabalhador (e do salário), ela também atua como provedora de matérias primas para o processo produtivo (capital constante), a demanda por estes materiais tende a aumentar em proporção maior do que o próprio aumento da produção, e assim como os bens primários de subsistência (que fazem parte da composição do valor do trabalho), tendem a ter seus preços cada vez mais barateados, e, desta maneira, contribuindo para se superar o caráter contraditório da acumulação de capital nos países centrais, diminuindo o valor do capital constante em relação ao variável e remediando a tendência inerente ao capitalismo, de redução nas taxas de lucro.

Tal como se dá com esta última, é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, como a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas contribui a que se superem os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão (Marini, 2000, p. 119)

4.2 Dependência e subdesenvolvimento na América Latina

No que se refere ao que seria o “ponto inicial” do processo de dependência dos países da América Latina em relação aos países do capitalismo central (em especial a Inglaterra, em um primeiro momento), Marini situa o processo de crescente aumento da dívida externa dos países latinoamericanos, processo por meio do qual se exporta o excedente do trabalho produzido nesses países para a Europa. De acordo com o autor, o processo de inserção das economias latinoamericanas no comércio internacional se dá em meio aos processos de independência e da revolução industrial europeia, quando os países latinoamericanos começam a exportar matérias-primas e importar manufaturados. Já na metade do século XIX as exportações latino-americanas estão estagnadas e a balança comercial dos países periféricos começa a ser deficitária, a partir desse momento a dívida externa passa a ter um papel cada vez maior nas economias latino-americanas, chegando entre 1902-1913 ao valor de 60% de todo o gasto público. De acordo com o autor, é “[...] a partir deste momento que os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência” (Marini, 2000, pg. 109).

Essa visão sobre a dependência, especificamente no que diz respeito à sua periodização, é uma das principais rupturas com a análise de vanguarda sobre a dependência desenvolvida por André Gunder Frank em “*O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*” (1991[1966]). Marini, diferentemente de Gunder Frank, não entende o período escravista-colonial (perpetuado por 300 anos em média na América Latina) como dependente. De acordo com Marini, mesmo que existam continuidades entre estes dois períodos, não se trata de processos homogêneos, sendo assim a articulação das economias latinoamericanas com os países centrais apenas assume forma plena a partir da década de 1840, (mesmo que tenha desempenhado papel relevante durante o período colonial na formação capitalista mundial).

Para Marini, a dependência seria entendida como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da

dependência” (Marini, 2000, p. 109). O fruto da dependência só pode, assim, significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que a estruturam. O autor utiliza a categoria “transferência de mais-valor como intercâmbio desigual” (Luce, 2018) como explicação do fenômeno das trocas desiguais existentes nos países dependentes em relação aos países centrais e, como vimos, o papel da América Latina como provedora de bens de consumo e matérias-primas baratas para o centro é o fator que garante a reprodução ampliada do capital em nível mundial, remediando as contradições inerentes ao processo de acumulação dos países centrais (e sua tendência à acumulação baseada no aumento da mais-valia relativa).

4.3 A Transferência de Valor e as Trocas Desiguais

A categoria “transferência de valor como intercâmbio desigual” é, na obra de Marini, mecanismo essencial para se entender a dinâmica do capitalismo mundial e o modo como se propaga a relação de dependência entre países especializados em distintas esferas de produção na divisão internacional do trabalho. Primeiramente é necessário fazer a distinção entre a teoria da transferência de valor presente em “*O capital*” de Marx (2020[1867]), e a teoria da transferência de valor nas trocas desiguais desenvolvida por Marini (2022).

Apesar de ambas estarem intimamente vinculadas, a primeira se aplica especificamente a relações entre capitais individuais de um mesmo setor ou entre diferentes setores de uma mesma esfera de produção. Neste sentido, está inserida dentro do contexto da relação concorrencial entre empresas capitalistas de um mesmo país (ou da mesma esfera de produção). Trata-se da maneira como o capital se apropria de uma quantia maior de mais-valor do que o que foi produzido por este mesmo. As empresas capitalistas de maior produtividade, isto é, que conseguem produzir tal mercadoria em um menor tempo de trabalho, apropriam-se do valor das empresas que gastam mais tempo e trabalho na produção de suas mercadorias, sendo este diferencial de trabalho entre distintos capitais - seja em um mesmo setor ou entre setores diferentes da mesma esfera econômica- a essência do processo de transferência de valor. Trata-se da busca das empresas mais produtivas por

uma mais-valia extraordinária dentro do contexto da concorrência empresarial.

Na medida em que se avançam as relações econômicas internacionais entre capitais com distintos níveis de produtividade, e se concretiza o processo da divisão internacional do trabalho, a transferência de valor ganha novas determinações, concretizando o processo de transferência de valor como intercâmbio desigual. De acordo com Luce (2018, p.36), trata-se do fenômeno por meio do qual as economias centrais, que possuem um nível superior de produtividade na divisão internacional do trabalho, realizam suas mercadorias “[...]como se fossem portadoras de mais trabalho incorporado do que efetivamente contêm - ou capturam riqueza que flui para si além daquela que foi gerada por eles. E ao fazê-lo, fazem-no porque outros capitais e economia estão perdendo ou transferindo valor.”

Desta maneira, Marini (2022), utilizando como base a teoria da transferência de valor presente na obra de Marx (2020) no contexto da divisão internacional do trabalho, busca analisar concretamente o modo específico pelo qual as empresas capitalistas dos países centrais buscam extrair e se apropriar de um mais-valor extraordinário nas relações econômicas com os países periféricos. De acordo com Marini (2022, p.182-183), “[...] observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias”.

Nogueira (2021), ao analisar os mecanismos por meio dos quais se concretiza a transferência de valor entre os países pelo intercâmbio desigual, discorre que além do mecanismo de deterioração dos termos de troca, no qual a transferência de valor se dá por meio do comércio internacional, no contexto de agudização do processo de exportação de capitais, e de atuação das empresas estrangeiras nas economias latinoamericanas, o processo de transferência de valor é potencializado e se concretiza também pela forma de remessas de lucros, juros e dividendos, sendo, de acordo com a autora, este processo de transferência de valor a essência do imperialismo moderno.

Porém, por que o capitalista local dos países periféricos aceitaria de “bom grado” entregar uma parte excedente do mais-valor de seu produto, por meio desta troca desigual? E por que tal relação não possui efeito desestimulador sobre a produção e exportação desses bens primários? É na explicação deste fenômeno que entra o principal fator da teoria da dependência de Marini, a superexploração do trabalho.

4.4 A Superexploração do trabalho

De acordo como autor, somente o fato de um país produzir bens que os demais não produzam (ou não podem fazer com a mesma facilidade), “[...] permite que as primeiras ‘eludam’ a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual”(Marini, 2000, p. 123). Este fato deixa implícito que a nação desfavorecida na divisão internacional do trabalho deve ceder gratuitamente parte do valor produzido para o país central. Frente a estes mecanismos de transferência de valor (troca desigual), os capitalistas dos países menos favorecidos utilizam um mecanismo de compensação, que permite “neutralizar” total ou parcialmente a perda deste valor, tal mecanismo de compensação é o aumento da exploração do trabalhador, ou seja, da mais valia absoluta; sendo assim, a superexploração do trabalho (seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja combinando os dois procedimentos) é para Marini a maneira que os capitalistas nacionais utilizam para compensar o valor que ela perde para os países centrais pelo processo de troca desigual.

O que importa observar é que, para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. (Marini, 2000, p.124).

Marini (2000) também cita a perspectiva da superexploração por meio de um terceiro procedimento, entendida como uma redução do consumo do operário além de seu limite normal. Sendo assim, existem três mecanismos identificados de superexploração segundo o autor, sendo eles: 1- a intensificação do trabalho, 2- prolongação da jornada de trabalho 3- expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Tais mecanismos “[...] configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (Marini, 2022, p.188).

Adicionalmente é importante frisar que, para Marini (2022), a superexploração do trabalho está intrinsecamente ligada ao processo de transferência de valor como

intercâmbio desigual, uma vez que os processos de acumulação e de geração de excedente nos países dependentes se dão pelo aumento da exploração dos trabalhadores acima do valor de subsistência, mecanismo que os capitalistas dos países dependentes utilizam como meio de remediar o processo de perda de mais-valor para os capitalistas dos países centrais.

Para Amaral & Carcanholo (2012), a superexploração é, assim, a forma como os capitalistas dos países dependentes buscam compensar a expropriação do valor perdido pelas trocas desiguais, sendo este o modo por meio do qual a burguesia nacional incrementa o excedente necessário para continuar o processo de acumulação do tipo dependente; em outras palavras, uma vez que no capitalismo dependente a compensação pela perda de mais-valor por meio das trocas desiguais não pode ser realizada pelo desenvolvimento em si do processo produtivo, ou pelas relações de mercado, ela se dá pela superexploração do trabalhador. Sendo assim, a superexploração do trabalho se trata de uma característica estrutural específica ao capitalismo dependente.

Marini, utilizando sua base teórica marxista, entende o processo de acumulação dependente marcado - pela perspectiva do país dependente - pela separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital, da circulação e da produção de mercadorias. Nas sociedades dependentes, a realização do produto não depende do consumo das massas dos trabalhadores, elas estão inseridas na dinâmica capitalista como trabalhadoras, vendedoras de sua força de trabalho, e não como compradoras de mercadorias. O processo de acumulação nas sociedades subdesenvolvidas (caracterizadas pelo capitalismo dependente), é marcado pela ruptura entre o processo de circulação e produção, sendo a superexploração do trabalho a consequência desse processo, e a maneira de se superar as limitações ao processo de criação de excedente, inerentes ao tipo de acumulação na qual a realização do produto não é feita pelo consumo do trabalhador. Marini, ao discorrer sobre esse processo contraditório de separação entre os dois momentos do ciclo do capital, sublinha o seguinte:

Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar condições para que este se reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (Marini, 2022, p. 197)

Desta maneira, Marini (2022) entende que a ruptura do ciclo do capital, característica dos países dependentes, que é marcada pela estratificação do mercado interno e pela realização da produção no mercado internacional, revela-se principalmente na separação entre esfera alta e esfera baixa da circulação. O que, grosso modo, significa que os trabalhadores superexplorados não fazem parte do processo de consumo, sendo negado a eles o mínimo para repor sua força de trabalho, enquanto que o consumo ampliado é exclusivo para as classes dominantes, que acumulam o mais-valor.

4.5 As fases da economia brasileira no século XX (até 1964)

Marini (2024 [1966]), ao analisar a história política brasileira no século XX (até 1964), separa esta em duas fases, a primeira que vai de 1922 a 1937 é marcada, no âmbito econômico, pelo processo de substituição de importações, ocorrido a partir da década de 1910, em razão da Primeira Guerra Mundial, e acelerado pela depressão de 1929, com a aguda diminuição da demanda internacional por bens primários, que minou a capacidade de importação dos países latinoamericanos, em conjunto com o encarecimento dos produtos manufaturados importados. As repercussões desse processo são o desenvolvimento de uma burguesia industrial ligada diretamente ao mercado interno e um novo proletariado que, a partir deste ponto, passa a pressionar as relações de poder e a antiga classe dominante por uma maior participação não apenas no produto social, mas na atividade política. É nesse contexto de agudização da luta de classes que se insere a revolução de 1930 e o Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937. Esta seria fruto da estabilização no poder da nova burguesia industrial, em associação com os antigos grupos dominantes (latifundiários e velhos grupos comerciantes), ao mesmo tempo que geravam-se concessões sociais à classe trabalhadora (estas concretizadas sobretudo pela legislação trabalhista).

Essa situação de estabilidade entre os setores da classe dominante dura até meados dos anos 1950, quando os setores industrial e agro-exportador, que até o momento gozavam de uma cooperação política e de uma complementaridade, começam a se antagonizar no que se refere aos seus interesses políticos e econômicos. Mesmo que o primeiro dependa do

segundo no que se refere às divisas internacionais criadas pelas exportações dos produtos agro-exportadores - estas necessárias para a importação de bens de capital -, no que se refere à política cambial, o grupo industrial, neste período, empenha-se em manter a taxa de câmbio valorizada, pois deixa mais barata a importação de bens de capital, o que fere negativamente a taxa de lucro do setor agro-exportador, que perde competitividade no mercado internacional. Esta situação levou à necessidade de ação governamental para garantir os lucros dos setores exportadores e assim garantir as divisas para a importação de bens de capital, necessária para a continuação do processo de substituição de importações do setor industrial. A isso se soma o elevado nível de exportação de capital praticado pelas empresas multinacionais, que minava ainda mais a capacidade de importar do setor industrial. De acordo com Marini (2024):

A crise do setor externo da economia brasileira expressava portanto a ruptura da complementaridade que havia caracterizado as relações da indústria com as atividades agroexportadoras. Esta crise se agravou com outro elemento: a remuneração do capital estrangeiro. Como observa Caio Prado Júnior, os gastos anuais médios relativos à exportação de capital foram, no período de 1949-1953, de quase 3 bilhões de cruzeiros, soma apenas superada pela exportação de café e muito superior àquela que foi gasta na importação de equipamentos mecânicos e veículos motorizados, que constituem elementos essenciais para a economia. Como a remuneração do capital estrangeiro só pode ser normalmente coberta por recursos da exportação, e dado que se assistia de fato à uma crise da exportação, a interação entre esses dois elementos do setor externo e suas repercussões sobre o interesse da indústria eram evidentes. (Marini, 2024, p. 79).

Para Marini (2024), a segunda fase da história política brasileira do século XX está marcada, então, pela ruptura da complementaridade entre os setores industrial e latifundiário da classe dominante, esta ruptura se torna a partir da década de 1950 uma verdadeira oposição. Agregada a isso está a agudização das reivindicações e pressões exercidas pela classe trabalhadora. O fruto desse processo político e novo contexto da luta de classes é a eleição de Getúlio Vargas - primeiro presidente efetivamente de oposição eleito -, que se mostra como uma aliança entre setores progressistas da burguesia industrial, com o apoio da base da classe proletária, em um esforço para colocar em prática uma verdadeira política de desenvolvimento industrial de caráter nacionalista. O início do segundo Governo Vargas é marcado pela nacionalização de setores importantes da economia, como o de energia (criação da Eletrobrás) e o de petróleo (criação da Petrobras), assim como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em

1952.

Além disso, outras políticas importantes para entender o caráter desse governo é a posição em relação ao capital estrangeiro, o governo não só se posiciona abertamente a favor da restrição das remessas de lucros de empresas multinacionais, como tenta, por meio de projeto de lei, limitar a exportação de lucros extraordinários para as sedes das empresas internacionais. Em conjunto com isso estão as políticas trabalhistas aplicadas pelo governo. Por meio do até então ministro do trabalho, um jovem João Goulart, o governo utiliza diferentes métodos para conseguir o apoio das massas de trabalhadores, como o aumento de 100% do salário mínimo, o qual estava congelado desde 1945.

Porém, de acordo com Marini (2022), essa cooperação entre burguesia industrial nacional e classe proletária, marcada pelas políticas de caráter nacional desenvolvimentista do governo Vargas, é rompida com a reforma cambial que buscou desvalorizar a moeda, com o intuito de fomentar as exportações e conter as importações (política que claramente interessava o setor agro-exportador), e em 1956 com a instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). De acordo com o sociólogo mineiro:

Essa instrução, sem alterar o sistema de câmbio vigente, facilitava excepcionalmente a entrada de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que era mantida para as empresas nacionais. Sob a vigência dessa norma, combinada com a lei 2,145/54, isto é, entre 1954 e 1961, o montante total de capitais estrangeiros que entraram no país sob a forma de financiamento ou investimento direto foi cerca de 2.3 bilhões de dólares, fato que, não poderia deixar de ter influência sobre o equilíbrio social e político existente. (Marini, 2024. p. 80- 81)

Por meio das políticas de liberalização comercial a burguesia industrial buscava remediar as limitações causadas pela crise do setor externo, que geravam limitações à sua capacidade de importar bens de capital e que colocavam em cheque todo o desenvolvimento industrial. Desta maneira, a burguesia industrial aceitava que as divisas necessárias para superar as contradições da escassez de dólares, consequentes da crise no setor externo, fossem fornecidas pelo setor estrangeiro em troca de concessões ao interesse imperialista, tanto no âmbito econômico, como no político.

É nesse novo contexto da luta de classes e da relação de forças entre as classes dominantes e a classe trabalhadora que Marini (2024) entende que se insere o governo de Juscelino Kubitschek, eleito em 1955. Desde o começo do seu governo, em 1956, este lançou o plano de metas, um ambicioso programa de desenvolvimento econômico De

acordo com Marini (2024), a partir deste ponto, se aumenta consideravelmente a participação do capital estrangeiro na economia brasileira, era de se esperar que como consequência dessa maior intervenção estrangeira na economia se aumentasse consideravelmente sua influência na política brasileira.. Marini (2024) entende que a agudização da atuação do capital estrangeiro no governo de JK - que foi facilitada pela Instrução 113 da SUMOC - auxiliou na manutenção do poder político da classe latifundiária e da dependência do setor industrial em relação a tal classe, pois mesmo que o setor primário-exportador tenha perdido parte de sua importância econômica, uma vez que sua participação relativa no Produto Interno Bruto se deteriorava, sua importância no cenário político se mantinha basicamente intacta.

Neste sentido, no que se refere à análise das relações de classe, o capital estrangeiro durante basicamente todos os governos da década de 1950, teve o papel de aliviar as contradições e antagonismos entre as classes dominantes do setor industrial e agro-exportador, contradições que ficaram escancaradas durante o governo democraticamente eleito de Getúlio Vargas.

No que se refere à distribuição de renda, Marini (2024) discorre, utilizando informações levantadas pelo Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL-BNDE, que no período de implementação do Plano de Metas, no governo Juscelino Kubitschek, mesmo que o produto interno bruto per capita tenha crescido consideravelmente, procurou-se manter o salário nominal constante (o que levou a uma gradual diminuição do salário real), o que significa que a classe trabalhadora não somente não teve acesso aos frutos da alta taxa de crescimento econômico (que se cristalizaram, pela perspectiva da renda, em maiores taxas de lucro), como também perdeu participação relativa na renda total da economia brasileira.¹⁷ Essa política de resistência à concessão de reajustes salariais foi efetiva no sentido de facilitar a captação de poupanças forçadas dos setores de receitas contratuais, e foi de extrema importância na obtenção de altas taxas de investimento.

Tal política logrou ser bem sucedida pelo fato de a organização sindical não se encontrar em um grau elevado de organização durante esse período. Porém, tal contexto muda a partir de 1959, quando tem início uma verdadeira ascensão do movimento reivindicativo operário, que começa a pressionar por reajustes salariais. Tal movimento,

¹⁷ Marini (2022) aponta que mesmo que o nível de salários e a participação dos salários na renda total tenham decaído em números reais durante o período, a massa total de salários cresceu.

além de ser resultado do maior grau de sindicalização da classe operária, também tem como causa uma brusca elevação no nível de preços - que corroía o salário real - a partir de 1959. Marini (2024) discorre que, como consequência desse movimento, o salário real, que desde 1956 apresentou tendência à queda, começou a demonstrar uma leve melhora a partir de 1961.

Diante da tentativa das classes empresariais de responder à pressão sindical com novos aumentos de preços (o custo de vida subiu de 24% em 1960, para 81% em 1963), a classe operária responde com a conquista de reajustes salariais. Isso pode ser visto ao considerar o fato de que o salário mínimo urbano, no período entre 1955 e 1960, manteve-se estável por uma média de 25 meses e passou a ser reajustado todos os anos a partir de 1961, ou mesmo de 6 em 6 meses a partir de 1963. (Marini, 2024, p. 89)

É com base neste acirramento da luta de classes, analisado a partir de 1959, e claramente utilizando a teoria inflacionária baseada no conflito distributivo, que o autor entende a aceleração da inflação ocorrida no Brasil a partir do início dos anos 1960,¹⁸ sendo essa uma consequência da luta entre preços e salários, entre classe dominante e dominada pelo montante de riqueza produzido pela sociedade.

De acordo com o sociólogo natural de Barbacena, é nesse contexto político conturbado que João Goulart assume a presidência. É importante ressaltar que este só consegue assumir efetivamente pela atuação do até então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. No que ficou conhecido como a “campanha de legalidade”, este conseguiu conter a tentativa de golpe militar por setores conservadores da classe militar (o que viria a se concretizar três anos depois). O governo de João Goulart, desta maneira, surgia no cenário político brasileiro como uma verdadeira forma de “Frente Popular” entre burguesia Industrial e setores organizados da esquerda (principalmente no que se refere ao Partido Comunista Brasileiro) e da classe sindical. Goulart gozava de um verdadeiro prestígio frente à classe trabalhadora organizada, o que foi comprovado pela vitória esmagadora, em 1963, na votação pela derrogação da emenda constitucional de 1961 - que transformava o governo federal em um parlamentarismo - devolvendo a Goulart as prerrogativas presidenciais de um governo de tipo presidencialista.

Em dezembro de 1962 Goulart divulgou seu plano econômico, que ficou conhecido como “Plano Trienal de Desenvolvimento”. De acordo com Marini (2024), tal plano

¹⁸ De acordo com Marini (2024) a taxa de inflação saltará de 25% em 1960 para 43% em 1961, chegando a 55% em 1962 e a 81% em 1963. (Marini, 2024, p. 90)

tratava-se “[...] de um conjunto de medidas destinadas a reativar o crescimento econômico e a promover progressivamente um regresso à estabilidade monetária” (Marini, 2024, p. 98). Entre as medidas presentes no Plano Trienal estavam: a redução de 4% nos gastos governamentais, a renegociação da dívida externa com a postergação dos pagamentos, a disciplina do mercado interno de capitais e a contenção dos salários em relação ao aumento da produtividade, isso em conjunto com reformas estruturais no âmbito administrativo, bancário, fiscal e agrário.

Tais políticas de austeridade e contenção dos salários reais, escancararam a contradição inerente a um governo nascido de um movimento popular, mas que tinha do ponto de vista da burguesia industrial a missão de recuperar a rentabilidade dos investimentos, isto é, no curto prazo - enquanto não se ampliava o mercado interno por meio de uma reforma agrária, ou as exportações de produtos manufaturados - conter o crescimento do salário real, fazendo com que assim aumentasse a taxa de lucro e o nível de investimento da economia. Em outras palavras, tratava-se da imposição de políticas que iam contra o interesse da classe trabalhadora, por um governo que se propunha a representar o interesse desta classe. O que levou à condenação e ao protesto não só de grupos independentes de esquerda e dos sindicatos, mas até do PCB, que eram basicamente a espinha dorsal da base popular na qual o governo se respaldava.

O fracasso da estratégia democrático-burguesa, marcado pela “frente popular” representada pelo governo de João Goulart, deve-se, de acordo com Marini (2024), , além do contexto desfavorável a uma política de colaboração entre burguesia e proletariado, que uma fase cíclica depressiva do capitalismo representa, à radicalização política que marca o período do começo da década de 1960. Tanto pelo lado da esquerda se vê a radicalização de movimentos marxistas que rompiam com a hegemonia do PCB e de sua estratégia democrático burguesa dentro do movimento comunista,¹⁹ como pelo desenvolvimento de movimentos de caráter radical na organização camponesa. Pelo lado da direita, como consequência e resposta a esse grande aumento dos movimentos de massa e como forma de protesto frente à ameaça de reforma agrária, setores da extrema direita ligados principalmente ao interesse das grandes oligarquias agro-exportadoras começam a armar milícias. Paralelamente, o capital estrangeiro começa a intervir diretamente na política

¹⁹ Exemplos disso são a criação da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP) e o "racha" de 1962 do PCB, que acabou com a criação do PCdoB. Ver Marini, 2024, p. 100-101.

brasileira, por meio do financiamento de governos estaduais (unidades federativas) e de grupos políticos que se alinhassem ao interesse imperialista.

A partir deste momento, Goulart, ao perceber o avanço da extrema direita ao tentar impor sua agenda, buscou se voltar à esquerda no começo de 1964 por meio da tentativa de aprovação das suas reformas de base e dos comícios públicos, feitos com o intuito de inflar as grandes massas e buscar a mobilização popular como arma para conseguir a aprovação de suas reformas. Mas já era tarde demais, a polarização política e a agudização da luta de classes chegara a um ponto sem retorno. Em 1 de Abril de 1964, utilizando como pretexto uma suposta quebra de disciplina militar, a fração militar, com respaldo do imperialismo estadunidense, efetua o golpe militar empresarial, sem nenhum tipo de resistência por parte de João Goulart. Este não havia criado as condições efetivas para uma insurreição popular e alegou, ao fugir para o Uruguai, não querer causar um “derramamento de sangue”.

4.6 O golpe empresarial militar do Brasil em 1964 e suas consequências.

Marini (2024) entende o golpe empresarial militar de 1964 como a ruptura da burguesia industrial com a estratégia democrático-burguesa de desenvolvimento capitalista pautado pelo fortalecimento do capital industrial nacional em relação ao interesse e atuação do capital estrangeiro. O golpe de 1964, nesse sentido, seria a cristalização da aliança entre burguesia, setor agro-exportador e capital estrangeiro, que se fundiram em um bloco sob a tutela da classe militar. Esse processo foi facilitado pela agudização da atuação do capital estrangeiro no processo de industrialização brasileira a partir do final do governo Vargas, com a introdução da instrução 113 da SUMOC, e que se desenvolveu ao máximo durante o governo de Juscelino Kubitschek e o Plano de Metas. Nesse sentido, a burguesia industrial brasileira, com o Golpe Militar, passa a aceitar seu papel na política brasileira como “sócia menor” do imperialismo.

No que se refere à política econômica do governo brasileiro sob a ditadura empresarial militar, Marini (2024) discorre que se baseou principalmente na contenção salarial, restrição do crédito e aumento da carga tributária. A política de arrocho salarial basicamente atuou em dois níveis, primeiro no aumento da carga tributária diretamente sobre a folha de pagamentos - isto é sobre os salários - e sobre serviços essenciais à classe

trabalhadora, como educação e habitação, o que minava de maneira direta o salário real. O segundo mecanismo, por meio do qual o governo militar logrou minar o salário real, refere-se ao processo de repressão aos sindicatos e a qualquer representatividade proletária no que se refere às reivindicações salariais, basicamente extinguindo qualquer possibilidade de aumento nominal dos salários por meio de pressões sindicais, resultantes do conflito distributivo. O governo militar logrou, por esses dois caminhos, diminuir drasticamente o salário real da massa de trabalhadores.

A política econômica introduzida durante o governo de Castelo Branco (1964-1967) se baseava resumidamente numa tentativa de “estabilização” da economia por duas principais óticas, a primeira era a tentativa de obter uma oferta de força de trabalho mais abundante, o que foi possível pela política de arrocho salarial. A segunda seria uma “racionalização” da economia, por meio da liquidação da concorrência excessiva, o que teve um efeito devastador sobre as pequenas e médias empresas - que eram em sua grande maioria ligadas aos setores de produtos não duráveis -, auxiliando o processo de concentração de capital na mão de poucas empresas e beneficiando tanto os setores ligados ao capital estrangeiro - que em sua totalidade eram representados por grandes empresas -, quanto os setores oligopolistas da burguesia industrial nacional. Tratava-se basicamente de uma ressuscitação das políticas introduzidas com a Instrução 113 da SUMOC, para superação da crise do setor externo e da estagnação da economia brasileira.

De acordo com Marini (2024), o governo militar brasileiro de Castelo Branco buscava, por meio do “Plano Trienal 1964-66”, aumentar a taxa de lucro, através da intensificação da exploração do trabalhador, ou seja, da diminuição do salário real, e, assim, incentivar o aumento da taxa de investimento, e, ao mesmo tempo, basear o processo de acumulação da economia brasileira e sua estratégia de crescimento econômico numa atuação protagonista do capital estrangeiro. Esse processo foi facilitado por vários tipos de incentivos à participação do capital estrangeiro na economia brasileira, por meio de estímulos fiscais e por uma política forçada de “democratização” dos capitais das empresas privadas nacionais, o que permitiu ao capital estrangeiro aumentar seu controle e influência sobre as empresas brasileiras. A isso se adiciona o fato de a política tributária sobre as folhas de pagamentos - que aumentava drasticamente os custos de produção no que se refere ao fator trabalho - incentivar as empresas a buscarem diminuir a composição

orgânica do fator trabalho na produção, buscando tipos de bens de capital poupadores de trabalho e mais intensivos em capital fixo.²⁰ Desta maneira, Marini (2024) entende que:

É natural que tenha sido a associação com grupos estrangeiros - que dispõem sempre de linhas de crédito e contam com tecnologia disponível em virtude do ritmo de renovação tecnológica que se dá em seu país de origem - o caminho mais fácil para enfrentar essa conjuntura (Marini, 2024, p.123).

Como analisado anteriormente, a política econômica de “racionalização” da economia interna brasileira, representada por meio de uma ampla liberalização econômica no que se refere à atuação do capital estrangeiro - principalmente no que se trata da importação de capital por meio de investimento direto -, levou as pequenas e médias empresas nacionais a situações econômicas impraticáveis, pois não conseguiam competir com o setor estrangeiro (os setores médios e pequenos da burguesia industrial eram vinculados quase em sua totalidade à produção de bens não duráveis) -, o que mostrou claramente a determinação do regime militar em consolidar uma indústria manufatureira de bens intermediários, duráveis e de bens de capital com alta composição técnica (intensivo em capital), baseada no protagonismo de atuação do capital estrangeiro.

De acordo com Marini (2024), a contradição existente na estratégia de crescimento econômico adotado pelo governo militar, de um processo de intensificação da acumulação de capital e recuperação dos níveis de crescimento vistos no período JK (1956-61), baseado primeiro no desenvolvimento dos setores industriais de bens duráveis e de bens de capital - que significava a necessidade de um maior mercado de consumo para sua realização -; segundo, em uma alta composição técnica do capital - que levava a uma diminuição considerável da relação capital-trabalho, reduzindo, assim, consideravelmente o nível de crescimento do emprego em relação ao crescimento da economia -; e terceiro, a uma política de arrocho salarial, ou seja, de diminuição do salário real da grande massa dos trabalhadores. Uma vez que se aumentava consideravelmente o grau da acumulação de capital e do produto per capita, isso era acompanhado da necessidade de um maior mercado para a realização deste nível de crescimento do produto adicionado. Por outro lado, limitava-se consideravelmente a capacidade de consumo do mercado interno, por

²⁰ O que é basicamente o mesmo argumento utilizado por Furtado (1986), no que se refere ao papel da tecnologia importada dos países do centro do capitalismo - capital intensiva - com o intuito de poupar mão-de-obra e assim diminuir o salário real.

meio da manutenção da estrutura agrária concentradora, do aumento da composição técnica do capital e da política de arrocho salarial.

Não restava outra alternativa à burguesia industrial brasileira, senão buscar no exterior, por meio do aumento das exportações dos bens de consumo duráveis, remediar as contradições relacionadas a uma economia com baixo custo de produção - que a política de baixos salários e modernização industrial tendem a criar - e baixa capacidade do mercado interno de absorção desses produtos, inerentes à própria estratégia de crescimento baseada na atuação do capital estrangeiro e na diminuição da qualidade de vida e capacidade de consumo da classe trabalhadora. Desta maneira, tornava-se necessário a abertura de novos mercados para os produtos manufaturados duráveis brasileiros, o que se tornaria possível pela incorporação intensiva dos mercados já formados da América Latina, como o uruguaio, por exemplo. É neste contexto que Marini (2024) entende o início da atuação subimperialista brasileira na América Latina, a expansão imperialista brasileira em relação aos outros países da América Latina, e corresponde a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense e não pode ser entendida fora dessa relação de forças.

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses, mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave (Marini, 2024, p. 127).

O subimperialismo brasileiro - política necessária para que se possa abrir os mercados necessários para exportação dos bens duráveis brasileiros que não podem ser consumidos internamente pelas limitações do mercado interno - seria, de acordo com Marini (2024), possível pela aplicação no âmbito político internacional, pelo governo militar, de uma política externa estreitamente alinhada e vinculada ao ocidente, em específico aos Estados Unidos. Seria o fim da política externa independente que teve início com o governo Jânio Quadros e que continuou durante o governo de João Goulart. De acordo com o autor, tal política externa aplicada pela ditadura militar seria inspirada na doutrina de “barganha leal”, exposta por Golbery do Couto Silva, diplomado pela escola estadunidense de Fort Benning e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o Governo Castelo Branco (1965-67).

Essa política partia do pressuposto de que o Brasil, devido à sua posição geográfica,

não podia escapar à influência estadunidense, devendo, assim, associar-se com o intuito de receber por parte dos Estados Unidos, o quase monopólio da dominação e influência na América Latina sob sua tutela e interesse. O que se tornaria muito mais fácil levando em conta a influência que o capital estrangeiro tinha sobre a economia brasileira durante o governo militar, no que se refere principalmente aos setores manufatureiros de maior produtividade (bens duráveis, de capital e intermediários). Desta maneira, a política externa brasileira de submissão ao interesse estadunidense e de “sócia menor” deste na América Latina, na qual se baseia o subimperialismo brasileiro, é cristalizada pelas políticas e ideias intervencionistas pautadas durante o governo de Castelo Branco, principalmente no que se refere à Bolívia e ao Uruguai.

4.7 Perspectivas da superação do subdesenvolvimento em Ruy Mauro Marini

De acordo com Marini (2024), a contrapartida da nova dinâmica da divisão internacional do trabalho, iniciada com o golpe brasileiro de 1964, na qual a América Latina se insere - baseada na integração imperialista e na atuação subimperialista do Brasil dentro da sua esfera de influência na América do Sul -, é a agudização dos antagonismos de classe no continente, não só no que se refere às respectivas classes dominantes e trabalhadoras de cada país, mas também entre setores internos da classe dominante e até entre as burguesias nacionais desses diferentes países. A atuação subimperialista brasileira na América do Sul - marcada pela subordinação desta aos interesses de Washington - é caracterizada pela cooperação antagônica, que será ainda mais aguda nos casos em que exista a presença de burguesias nacionais poderosas, como é o caso da Argentina.²¹

Essa colaboração antagônica é mais que tudo uma maneira de as classes dominantes da América Latina manterem sua estrutura de poder e o status quo do capitalismo dependente latinoamericano, por meio da contenção do ímpeto revolucionário das massas, consequente do contexto de agudização das lutas de classes no continente,

²¹ Marini (2024), em nota de rodapé, afirma: “A rivalidade entre o Brasil e a Argentina se exacerbou após a ascensão do general Juan Carlos Onganía ao poder. Dentre os muitos pontos de discórdia que existem atualmente entre ambos os países, encontram-se o aproveitamento das águas do Paraná e as disputas acerca da influência exercida sobre a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. Ambos os países desencadearam ainda uma corrida armamentista que traz consigo compras massivas de armamentos no exterior e o desenvolvimento acelerado de suas respectivas indústrias bélicas”. Ver: (Marini, 2024, p. 130).

agudização esta, característica do processo de integração imperialista. O caso brasileiro, cristalizado com o golpe militar de 1964, é um exemplo claro das consequências desse processo - de agudização da luta e do antagonismo de classes -, uma vez que é caracterizado pelo rompimento horizontal do diálogo e da atuação conjunta entre a burguesia industrial nacional e a classe proletária, em prol de de uma coalização dos setores da classe dominante (latifúndio, burguesia industrial nacional e capital estrangeiro), rompimento esse que surge no contexto de ascensão do movimento sindical e de reivindicações da classe trabalhadora, que atuaram no sentido de agudizar tais contradições e antagonismos presentes no capitalismo dependente brasileiro.

Em um prazo mais ou menos curto, é inevitável que essa ruptura horizontal das relações de classe no Brasil, provoque uma guerra civil aberta. A expansão imperialista da burguesia brasileira tem que se basear em uma maior exploração das massas trabalhadoras nacionais, seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo - o que implica salários baixos e mão de obra disponível, isto é um elevado índice de desemprego -, seja porque se dá junto a um aumento da penetração dos capitais estadunidenses, o que exige a extração de um sobre lucro da classe operária. Essa intensificação da exploração capitalista do povo brasileiro, é suficiente para intensificar a luta de classes, arriscando a posição da burguesia. (Marini, 2024, p.131-132)

Marini (2024 [1969]) entende que da mesma forma que ao entrar na fase de integração imperialista (caracterizado pelo subimperialismo), o capitalismo internacional “levou à formação de um campo de forças antagônicas representado pelos países socialistas, também a integração imperialista dos sistemas de produção na América Latina está forjando sua própria negação” (Marini, 2024, pg 67). Desta maneira, baseado na perspectiva dialética histórica, desenvolvida por Marx, Marini entende não só que a dependência e o subdesenvolvimento latino-americano só podem ser superados pela superação do capitalismo.

De acordo com o autor, a tendência do capitalismo dependente em basear seu processo de acumulação numa constante piora da qualidade de vida da classe trabalhadora dos países periféricos, ou seja, na superexploração do trabalho, levaria inexoravelmente ao seu avanço como classe consciente de seu interesse e de que a única via de superação da sua condição subalterna de vida seria pela radicalização política no sentido da revolução armada. Sendo assim, a única via possível para tal superação seria pela via da revolução socialista. Deste modo, Marini (2024) analisa como sendo papel do movimento revolucionário latinoamericano liderar as massas da América Latina no sentido da

superação do capitalismo dependente e das estruturas de perpetuação da dominação e exploração no qual ele se apoia. Isso só seria possível, de acordo com o autor, pelo estabelecimento de uma relação efetiva entre as classes exploradas e suas vanguardas políticas e pelo estabelecimento de uma política internacional de apoio e relação de suporte entre as classe exploradas do mundo (que não fosse baseada em uma visão revisionista do mundo, como a da Komintern).

No que se refere à atuação da vanguarda política revolucionária, Marini (2024), levando como base principalmente a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entende que estes foram subordinados à atuação da classe média e de sua percepção contraditória e pequeno burguesa do mundo. A posição ideológica da classe média latinoamericana, por sua vez, precisa ser entendida dentro do processo de industrialização dependente, pelo qual as economias latino-americanas passaram durante todo o século XX, pois estas sofrem diretamente a influência das ilusões populistas e nacionalistas criadas pelas burguesias nacionais, não apenas isso, mas se favoreceram destas, muitas das vezes auxiliando diretamente no processo de marginalização das grandes massas

Neste sentido, Marini (2024) entende a necessidade de superação da estratégia democrático-burguesa pela vanguarda política, estratégia essa que esteve baseada nas teses de atuação conjunta da classe trabalhadora com a burguesia nacional no sentido de se formar uma “frente ampla” de luta contra o imperialismo. Tal estratégia, adotada pelo PCB, mostrou-se especificamente falha no que se refere à política adotada pelo partido durante o governo João Goulart, e já anteriormente durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) - mesmo que as contradições presentes nesse governo não tenham chegado a levar à ruptura das relações vigentes de classe, como no caso do governo Jango -, em razão da evidente impossibilidade da política de conciliação de classe, de atender tanto os interesses da classe burguesa nacional, como da classe proletária, pelas próprias contradições inerentes ao capitalismo dependente, e pelas relações e antagonismos de classe que o processo de integração imperialista da dinâmica capitalista mundial veio a agudizar.

Desta maneira, é somente pela radicalização da vanguarda política no sentido de levar a massa de trabalhadores ao caminho da revolução socialista que se estaria dando sentido à luta anti-imperialista, levando-a às últimas consequências, ou seja, à superação da subalternidade em relação ao imperialismo e da superexploração, processos aos quais as

massas de trabalhadores latinoamericanos são expostas como consequência do processo de integração imperialista. De acordo com Marini:

A ação internacionalista de Guevara e a política revolucionária de Cuba, antecipam a resposta que os povos do continente darão a seus opressores. Mais ainda, fazem que desponte do horizonte aquilo que parece ser a contribuição mais original da América Latina para a luta do proletariado internacional: seu caráter internacional. Tudo indica que será aqui que o internacionalismo proletário alcançará uma nova etapa em seu desenvolvimento e sentará as bases de uma sociedade mundial de nações livres da exploração do homem pelo homem. (Marini, 2024, p. 71).

5. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PENSAMENTOS DE CELSO FURTADO E RUY MAURO MARINI: SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E O CASO BRASILEIRO

5.1 Metodologia: Uma análise comparativa

No que se refere à análise comparativa entre as perspectivas de dependência e subdesenvolvimento entre Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, primeiramente se torna necessário o estudo dos referenciais teóricos nos quais ambos os autores se apoiaram para fazer suas análises, pois estes influenciam diretamente suas posições e reflexões sobre a problemática do subdesenvolvimento e dependência. Serwy (2023) discorre que a diferença entre o referencial bibliográfico de ambos os autores é marcante. A teoria e análise desenvolvida por Marini parte dos pressupostos econômicos e metodológicos desenvolvidos por Marx em *“O Capital”* (2020), toda a obra de Marini utiliza as matrizes teóricas marxistas e os pressupostos da teoria marxista do valor e da metodologia dialética histórica. Adicionalmente, outra influência teórica extremamente importante para a TMD e para Marini, em específico, é a teoria de Lenin sobre o imperialismo, presente em seu livro *“Imperialismo, Fase superior do Capitalismo”*, de 1917. Nessa obra o autor e revolucionário russo desenvolve de maneira cristalizada a noção de imperialismo baseada em pressupostos marxistas, analisando o papel das potências capitalistas de dominação e colonização dos países da África, e o papel de dominação econômica frente aos países independentes da América Latina e Ásia, no contexto de monopolização da economia em esfera mundial.

Já referente à base teórica que guia Celso Furtado, esta tem uma característica muita mais heterogênea, abarcando características de várias escolas e vertentes diferentes, como o keynesianismo, o positivismo, o institucionalismo clássico e o marxismo. De acordo com Araújo (2022), Furtado utiliza um quadro muito mais amplo do que o utilizado pelos economistas ligados à problemática do desenvolvimento clássico - como Rostow e Lewis -, utilizando fatores e bases teóricas que ultrapassam os limites da ciência econômica, trazendo características políticas, históricas, institucionais, culturais, além das estritamente econômicas, para sua análise do desenvolvimento. O autor utiliza da teoria keynesiana principalmente a noção do papel que fatores políticos exercem sobre o econômico, e no papel importante da coordenação estatal e do estado na economia. No que se refere a Marx, o autor usou como referencial teórico principalmente seu trabalho sociológico e histórico, entendendo o seu trabalho referente à teoria econômica como de pouca valia, como discorre Araújo (2022):

A dificuldade de se criticar Marx, consoante Furtado, reside no fato que sua teoria econômica foi desenvolvida para fundamentar a posição filosófica do autor perante a história. Tal tese, devido ao seu conteúdo evolutivo-finalista, somente pode ser aceita ou rejeitada no plano dos juízos do valor. Ainda que Furtado não negue a tese de que o capitalismo tende a ser superado, considera que a tentativa de Marx de respaldá-la na ciência econômica não foi bem-sucedida, acusando-o de usar ‘com demasiada largueza os instrumentos da análise econômica’ e provar ‘muito mais do que era possível fazê-lo com os instrumentos de análise que tinha em mãos’ (Furtado 1967, p. 33, apud Araújo, 2022, p. 351). Para Furtado, a experiência histórica demonstrava que o desenvolvimento do capitalismo ocorria com salários reais crescentes e sem tendência sensível de modificação da distribuição do produto líquido em favor dos capitalistas. Tal cenário não poderia coexistir com uma massa amorfa de desempregados, permanentemente em posição defensiva. Os trabalhadores, ao contrário, ameaçavam a posição dos capitalistas, dando novo fôlego ao processo de acumulação. (Araújo, 2022, p. 351)

Outros autores e teorias que, de acordo com Araújo (2022), exerceram importante influência no trabalho de Furtado foram a “teoria das decisões”, presente na obra de Gunnar Myrdal, na medida em que essas “[...] passariam a ser consideradas fatores de estruturação da realidade econômica, e não apenas reações a situações de mercado” (Araújo, 2022, p.358), e de maneira mais preponderante os trabalhos da escola estruturalista ligada à CEPAL, principalmente os de Raúl Prebisch, que desenvolveram as categorias centro e periferia e a teoria da tendência à deterioração dos termos de troca, que são fatores essenciais na obra do economista, e que também são fundamentais para sua noção de

heterogeneidade estrutural, categoria central em sua obra, e para sua visão sobre o subdesenvolvimento e a dependência.

5.2 Subdesenvolvimento e dependência na América Latina

Marini e Furtado, ao analisarem o subdesenvolvimento e a dependência das sociedades latino-americanas, chegam a alguns pontos em comum, enquanto em outros existe uma divergência maior. Em última instância, a diferença de bases teóricas, de visões e de perspectivas políticas sobre o mundo fazem com que ambos cheguem a conclusões diferentes, tanto no âmbito estritamente teórico, como também nas propostas práticas de caminhos e possibilidades para a superação do subdesenvolvimento.

No que se refere à inserção dos países dependentes na divisão internacional do trabalho, Furtado entende existir uma tendência de longo prazo à deterioração dos termos de troca (Prebisch/Singer) dos produtos primários em relação aos produtos industriais, e, conseqüentemente, nas relações comerciais entre os países periféricos e centrais. O que, em outras palavras, significa uma tendência à queda dos preços dos produtos primários exportados pelos países periféricos em relação aos produtos duráveis importados dos países centrais. Para Furtado (1978b), a deterioração dos termos de troca é o resultado direto da inserção dos países periféricos na divisão internacional do trabalho como exportadores de bens-primários, e da heterogeneidade estrutural presente nas economias periféricas. Tal condição estrutural, que é conseqüente da inserção subalterna na divisão internacional do trabalho, faz com que os frutos do progresso tecnológico interno não sejam transformados em aumento da remuneração salarial, ou seja, são cristalizados totalmente (e somente) em aumentos na remuneração dos capitalistas.

Marini, por sua vez, ao analisar a inserção das economias dependentes no comércio internacional e na divisão internacional do trabalho pela perspectiva da teoria marxista do valor, e utilizando-se do método histórico-dialético, entende existir uma transferência de mais-valor entre os países periféricos e centrais. O autor analisa existir entre as economias dependentes e centrais um processo de troca desigual, que seria o fator definidor do processo de dependência dos países latinoamericanos. Nogueira (2021, p. 42), ao analisar a categoria da transferência de mais-valor como intercâmbio desigual na obra de Marini,

discorre o seguinte: “Portanto, a recorrente transferência de mais-valor, na qual o mais-valor produzido nos países dependentes é apropriado e acumulado no centro, e realizada de diversas formas, impede a acumulação interna de capital nesses países”. Neste sentido, para Marini, as trocas desiguais são a forma pela qual o excedente criado no sistema produtivo dos países dependentes é transferido para os capitalistas dos países centrais. Esse processo de transferência de mais-valor é cristalizado tanto pelas assimetrias no comércio internacional, consequentes da deterioração dos termos de troca, como pela atuação do capital estrangeiro nas economias dependentes e pelas consequentes remessas de lucros, juros e dividendos destas empresas para a matriz central.

Como podemos analisar, existem algumas divergências nítidas entre a abordagem de Furtado e Marini no que se refere à análise das relações econômicas entre os países dependentes e centrais no contexto da divisão internacional do trabalho. Mesmo que na análise de ambos os autores esteja presente o reconhecimento da assimetria, dependência e subalternidade na relação econômica entre países periféricos e centrais, e do contexto desfavorável da inserção dos países periféricos na divisão internacional do trabalho; a perspectiva de Furtado restringe sua análise à dimensão dos preços de intercâmbio, e aos efeitos danosos da inserção da América Latina no mercado mundial como exportadora de bens primários (que possuem baixa incorporação tecnológica), sendo a heterogeneidade estrutural e o baixo salário crônico consequências dessa posição subalterna na divisão internacional do trabalho.

Para Marini, por sua vez, a troca desigual não se trata apenas de uma relação assimétrica entre os níveis de preços de troca dos produtos exportados e importados dos países dependentes, mas sim uma expressão da transferência de mais-valor dos países dependentes para os países centrais. Como ressalta Camila Nogueira, ao se referir ao pensamento de Marini: “Dessa forma, a troca desigual não se refere propriamente à desigualdade no intercâmbio, mas sim aos ganhos e perdas a partir da diferença na produção de mais valor pelo trabalho concreto de cada país” (Nogueira, 2021, p.44).

No que se refere à precariedade da remuneração dos trabalhadores na América Latina, fenômeno analisado e presente na obra de ambos os autores; Marini entende tal processo a partir da categoria de superexploração do trabalho, que seria o mecanismo encontrado pelo capitalista dependente para obter do trabalhador o valor perdido para o

capitalista estrangeiro pelo processo de troca desigual. Seria, deste modo, pelo processo de agudização da exploração, e do rebaixamento da renda e da qualidade de vida do trabalhador latino-americano a níveis abaixo do mínimo necessário para sua existência e reprodução da vida, que o capitalista remediaria os mecanismos de transferência de valor inerentes à dinâmica do capitalismo dependente. Os capitalistas dos países menos favorecidos utilizam o aumento da mais-valia absoluta do trabalhador latino-americano como mecanismo de compensação, o que permite “neutralizar” total ou parcialmente a perda deste valor.

Já para Furtado, a remuneração baixo do trabalhador latinoamericano é consequente da heterogeneidade estrutural, característica dos países latinoamericanos, no qual mesmo após o surgimento de um setor capitalista nas economias periféricas, inserido na divisão internacional do trabalho, coexiste um setor pré-capitalista com uma abundante mão-de-obra excedente, que em momentos de crescimento migra do setor de autoconsumo para os setores ligados à economia capitalista, e, como efeito, o salário real da massa populacional, diferentemente do que se passa com os trabalhadores dos países centrais, não é determinado pela produtividade do trabalho, e sim pela remuneração do setor de subsistência, o que significa salários estruturalmente baixos. Adiciona-se a isso, o fato do processo de industrialização dos países latinoamericanos depender da importação de bens de capital, que é importado dos países do centro do capitalismo, que têm características de capital-intensivo, ou seja, são poupadores de mão-de-obra, Desta maneira, a dependência tecnológica e o modo como se desenvolve a tecnologia (de sempre ser mais capital-intensiva), leva não só à manutenção da heterogeneidade estrutural, mas à agudização do desemprego estrutural e dos baixos salários.

Ao analisar comparativamente as leituras de ambos os autores sobre a remuneração da classe trabalhadora latino-americana, fica claro que mesmo que Furtado não utilize o conceito de mais-valia para analisar a remuneração salarial dos trabalhadores, assim como faz Marini, para o economista paraibano os trabalhadores da América Latina recebem um salário real menor em relação aos trabalhadores dos países centrais do capitalismo (e a partir do contexto de transnacionalização do capital o trabalhador passa a ser ainda mais precarizado). Coincidentemente, no que diz respeito à análise comparativa que nos propomos a fazer aqui, ao falar sobre como as burguesias das nações desfavorecidas

buscam “neutralizar” o valor extraído pelos países centrais através da transferência de valor (produto das trocas desiguais), com o recurso a uma maior exploração do trabalhador, Marini (2000), em uma nota de rodapé, cita Furtado, dizendo que este comprovou o mesmo fenômeno da superexploração sem chegar a tirar dele todas suas consequências:

Celso Furtado comprovou o fenômeno, sem chegar a tirar dele todas suas consequências: ‘A baixa nos preços das exportações na Inglaterra [...] entre as duas décadas referidas se manteve perfeitamente estável. Pode-se, portanto, afirmar que a queda do índice dos termos de intercâmbio foi de aproximadamente 40%, isto é, que a renda real gerada pelas exportações cresceu 40% menos que o volume físico destas. Como o valor médio anual das exportações subiu de 3.900.000 libras a 5.470.000, ou seja, um aumento de 40%. Disto se depreende que a renda gerada pelo setor exportador cresceu nessa mesma proporção, enquanto o esforço produtivo realizado nesse setor foi aproximadamente o dobro.’ (Marini, 2000, p. 122).

Desta maneira, o fenômeno do rebaixamento do nível dos salários reais da classe trabalhadora dos países periféricos está presente na obra de Furtado, porém de maneira diferente daquela elaborada por Marini, que analisa tal fenômeno pela perspectiva da teoria marxista do valor e da mais-valia, atribuindo-lhe centralidade através da categoria superexploração do trabalho, a qual constitui uma das principais características do capitalismo dependente. Na obra de Furtado, por outro lado, tal fenômeno aparece como uma consequência da heterogeneidade estrutural e da consequente alta elasticidade da mão-de-obra, que pressiona os salários dos trabalhadores latino-americanos para baixo, não sendo assim uma categoria, nem fator “sine qua non” da dependência, mas sim uma característica resultante da heterogeneidade estrutural típica das economias periféricas.

5.3 A industrialização brasileira e o papel do golpe empresarial militar (1964)

Ao analisar a análise de Furtado e Marini sobre a industrialização brasileira, podemos examinar que Furtado foca muito mais em discorrer sobre as “fases” da industrialização brasileira, separando este processo em três fases no total.²² A primeira fase tem início no final do século XIX e é marcada pelo desenvolvimento de uma indústria

²² É importante salientar que Furtado na parte cinco de “*Formação Econômica do Brasil*” (2007) busca de fato fazer uma análise de conjuntura mais ampla do processo de industrialização brasileira, porém de acordo com nossas escolhas metodológicas tal trabalho não cabe em nosso escopo de análise. Ver (Furtado, 2007, p.251-323)

manufatura leve de produção têxtil. A segunda fase tem início no contexto da crise de 1929 e é marcada pelo processo de substituição de importações, nesta fase de restrição ao mercado externo, à indústria manufatureira para o mercado interno se torna o centro dinâmico da economia brasileira. A terceira fase tem início na década de 1960 e está inserida no contexto da transnacionalização do capital, e da preponderância da atuação e da importância do capital estrangeiro na indústria manufatureira brasileira, processo esse que tem início junto ao golpe militar de 1964.

Marini por sua vez, diferentemente de Furtado, ao fazer uma análise de conjuntura da economia brasileira, analisando a economia brasileira pela perspectiva da luta de classes, analisando existir também três fases no processo de industrialização brasileira. A primeira é marcada pelo processo de substituição de importações, inserida no contexto da depressão econômica de 1929, e pela crise do setor externo, onde o autor analisa existir uma complementaridade entre a classe burguesa industrial e a elite latifundiária agro-exportadora. A segunda fase, inserida no contexto do segundo governo Vargas, é marcada pela ruptura e verdadeira oposição entre burguesia industrial e elite latifundiária, e por uma aliança entre setores da classe trabalhadora e da burguesia industrial. O terceiro fase é marcada pelo golpe militar empresarial de 1964, onde no contexto da agudização dos antagonismo de classe na sociedade brasileira, a burguesia industrial rompe seu pacto de aliança com a classe trabalhadora e por meio da ditadura empresarial militar forma um pacto com o setor agro-exportador e com o capital estrangeiro. Esta fase sendo marcada pela integração imperialista e pela atuação do capital estrangeiro no processo de acumulação, e no desenvolvimento de um setor de bens-duráveis na base industrial brasileira.

Marini, busca não apenas analisar fatores econômicos, mas também fazer uma análise política dos governos brasileiros, e da luta de classes presente na sociedade brasileira. O autor foca em sua análise em entender as características de cada governo e de sua inserção na luta de classes, qual classe econômica era favorecida por suas políticas, como se desenvolvia, as alianças de classe presentes nos governos e o desenvolvimento dos movimentos de massas. Marini, porém, no que se refere a análise da industrialização brasileira compartilha da visão de Furtado sobre o papel do desenvolvimento industrial do final do século XIX, como uma base industrial que permitiu o sucesso do processo

posterior de substituição de importações, além disso, o próprio processo de substituição de importações brasileiro, é analisado por ambos autores de maneira muito similar.

No que se refere às diferenças e rupturas na análise de ambos autores sobre o processo de industrialização brasileira, o papel das lutas de classes na sociedade brasileira e no desenvolvimento econômico se trata do ponto de maior divergência. Para Furtado, existiria na sociedade brasileira uma baixa organização sindical e de trabalhadores, os quais não conseguiriam defender seu interesse de classe da mesma maneira das organizações proletárias dos países centrais, sendo este um dos fatores que explicaria os baixos salários. Para Marini em outra mão, à luta de classes e a organização da classe trabalhadora brasileira é analisada como um fator presente e de suma importância na sua análise, sendo as organizações representativas do interesse da classe trabalhadora não só presentes na sociedade brasileira, como as estratégias defendidas por estas organizações, possuem consequências essenciais para se entender o contexto político e econômico do Brasil neste período.

Ao analisar comparativamente o contexto do processo que Marini entende como “subimperialismo” e que Furtado entende como “transnacionalização”, fica claro que ambos estão analisando empiricamente o mesmo fenômeno, porém por perspectivas e base teóricas diferentes. Ambos não apenas entendem que se trata de um processo de agudização da influência estadunidense sobre o processo de acumulação capitalista mundial e como consequência da oligopolização dessa economia, mas, adicionalmente a isso, entendem o golpe empresarial militar brasileiro de 1964 e as mudanças econômicas por ele inseridas - por meio da atuação protagonista do capital estrangeiro -, como ponto de partida desta nova fase.

Porém, existem pontos em que se observa uma maior ruptura entre a análise de ambos sobre esse processo, o que deixa de maneira mais escancarada as diferenças teóricas e metodológicas entre os autores. Essa diferença fica mais nítida no momento em que Furtado (1986) diz explicitamente que entende esse processo de transnacionalização como uma nova dinâmica no capitalismo mundial, e como uma nova fase da dinâmica imperialista na divisão internacional do trabalho, de superação da fase analisada por Lenin em “Imperialismo, Fase superior do capitalismo” (2021 [1917]).

Na leitura de Marini, o processo de internacionalização do capital não corresponde a

uma nova fase do imperialismo, ou seja, de superação da fase imperialista analisada por Lênin, mas sim de uma continuidade direta do processo analisado pelo revolucionário russo, em um momento no qual as contradições imperialistas são levadas a um novo extremo. No contexto em que Marini escreve, diferentemente do de Lênin, já não se tratava de uma guerra e de uma luta entre as potências imperialistas pela dominação, partilha e colonização das partes subdesenvolvidas do mundo, mas sim da ascensão dos Estados Unidos no pós-guerra como líder do processo de reestruturação europeia, e de acumulação capitalista em escala mundial, também como consequência das pressões feitas pelos países socialistas, liderados pela URSS, para aumentar sua área de influência. Esse processo estava marcado não mais por uma tensão interimperialista entre as potências capitalistas, que levaria inerentemente ao aumento do antagonismo de classes a um ponto de não retorno, mas sim pela atuação de uma frente imperialista, liderada e monopolizada pelas empresas e trustes oligopolistas estadunidenses (e europeus), que avançava além de suas fronteiras físicas.

Adicionado a isso, no que se refere às “rupturas” entre os autores, nota-se o fato de Furtado (1986) não levar em conta a importância da abertura de novos mercados para a realização dos produtos duráveis. Para o economista paraibano, a remediação desta nova contradição, no que se refere à capacidade da economia interna e do processo de acumulação baseado no arrocho salarial de realização e consumo dos produtos adicionais produzidos na economia nacional, dava-se pela ascensão de uma classe média alta, que se inseria também no processo de circulação, isto é, que também consumia os produtos produzidos pela indústria manufatureira de bens duráveis. O “subimperialismo” e o papel essencial da exportação de manufaturados do Brasil para os demais países latino-americanos na superação das contradições neste novo contexto de “integração imperialista”, destacados nos escritos de Marini, estão totalmente ausentes da análise de Furtado.

5.4 A superação do subdesenvolvimento e da dependência na América Latina.

No que se refere às perspectivas em relação à superação do subdesenvolvimento em Marini e Furtado, trata-se do ponto no qual as diferenças metodológicas, teóricas, e principalmente ideológicas se mostram de maneira mais concreta. A visão que ambos os

autores possuem sobre esse processo está intrinsecamente ligada não apenas a suas posições políticas, mas também a suas trajetórias como pensadores, figuras e militantes.

Furtado, diferentemente de Marini, mudou sua posição, com o passar do tempo, sobre as possibilidades e caminhos em relação à superação do subdesenvolvimento e da dependência. Essa mudança, porém, como aponta Hadler (2012), não significa uma contradição metodológica ou de lógica em sua obra, mas é fruto de uma autocrítica, e do desenvolvimento do seu pensamento em relação aos acontecimentos históricos da época.

A visão clássica da primeira geração de pensadores ligados à CEPAL, e muito influenciada principalmente pelo trabalho de Raúl Prebisch, de que a industrialização por si só, ao se tornar madura o suficiente, seria capaz de liderar o processo de desenvolvimento de maneira endógena, conseguindo por meio das mudanças estruturais acarretadas pelo avanço tecnológico - e de sua característica adaptada à realidade e aos anseios da coletividade brasileira -, e conseqüentemente, pelo aumento do valor adicionado e da remuneração da coletividade da economia, superar o subdesenvolvimento, é compartilhada por Furtado em um primeiro momento.

Após analisar o processo que ele define como de transnacionalização da economia, durante os anos de 1960 e 1970, Furtado muda de percepção, adaptando sua visão aos acontecimentos relacionados às economias latinoamericanas, em especial ao caso brasileiro, onde houve uma retomada do crescimento econômico, marcado tanto pela inserção das empresas estrangeiras na industrialização por seu papel protagonista no centro dinâmico da economia, quanto pelo processo de pauperização da qualidade de vida das massas, por meio de uma política de arrocho salarial e de contração da remuneração média da massa populacional. Sampaio Jr. (1997), analisando a posição de Furtado sobre a industrialização, discorre o seguinte:

A reflexão de Furtado evidencia que a subordinação da industrialização por substituição de importações ao processo de modernização dá lugar a um padrão de utilização do excedente que não conduz à superação do subdesenvolvimento. Trata-se de uma forma 'irracional' de incorporação de progresso técnico que prioriza: (a) o presente em detrimento do futuro; (b) a demanda e as aspirações das elites privilegiadas, em detrimento das necessidades mais elementares da população; (c) o consumo imitativo em detrimento da criatividade cultural; (d) a incorporação de tecnologias que subutilizam recursos escassos, em detrimento de outras que permitiram um aproveitamento racional de recursos abundantes da região; e, finalmente, (e) o investimento na capacidade de adaptação da divisão social do trabalho aos requisitos do processo de modernização, em detrimento do

fortalecimento de inovação tecnológica. (Sampaio Jr, 1997, p. 230-231)

Desta maneira, o esforço de Furtado é “[...] buscar uma alternativa que permitisse às economias latino-americanas superar a asfixiante influência dos Estados Unidos sem tombar na rede de influência do bloco Soviético” (Sampaio Jr, 1997, p. 199). A pretensão do autor é desenvolver uma teoria que seja compatível com uma “terceira via” entre as posições liberais sobre a industrialização (que defendiam a atuação irrestrita do capital estrangeiro) e as teses marxistas, que propunham a superação e ruptura do capitalismo, como posição política e teórica, como saída para a superação das amarras do subdesenvolvimento e subalternidade em relação ao capital estadunidense.

No que se refere à análise de Furtado sobre a possibilidade de uma ruptura com o capitalismo como via para a superação do subdesenvolvimento, o autor via com certo ceticismo as possibilidades de o socialismo lograr superar o status quo vigente, pois, de acordo com Furtado (1978b), a classe trabalhadora latino-americana não possuía uma consciência de classe nítida e noção de seus interesses como classe social, e, desta maneira, a estratégia do conflito direto, de acordo com o esquema ideológico presente nas sociedades periféricas, seria de pouca efetividade. De acordo com o autor, o processo histórico leva à conclusão que os métodos de ação baseados na dialética da luta de classes resultam ser estéreis, cabendo assim indagar que opções se apresentam a ação política orientada para a satisfação das aspirações coletivas (Furtado, 1978b).

Sendo assim, para o economista paraibano, os caminhos para a ação política revolucionária e o papel do socialismo na América Latina eram limitados e ineficientes no que diz respeito às possibilidades de conseguir efetivamente subir ao poder ou não se degenerar, pois existe falta de consciência de classe e de uma ideologia formada na classe oprimida, o que ele chama de falta de conteúdo ideológico dos heterogêneos movimentos de massas surgidos na América Latina. Furtado (1978a), ao discorrer sobre a estratégia política que logra ser mais efetiva na busca pela efetiva melhora da qualidade de vida da classe trabalhadora, analisando as experiências de organização da classe trabalhadora na Inglaterra e Suécia, que seriam baseadas na busca pelo caminho da social-democracia, em comparação com a estratégia da linha leninista adotada na França pelos partidos e órgão representativos da classe trabalhadora, entende que as experiências dos primeiros lograram

ser mais efetivas no que diz respeito à redução das desigualdades sociais do que o segundo.

A experiência histórica demonstrou que é mais importante para a classe trabalhadora ter acesso a centros de decisão política - ainda que de forma parcial e sob a cobertura de alianças de classes do que explorar cabalmente as possibilidades de confrontação de classe e de pressão organizada nos mercados de trabalho pelo avanço pelo caminho da social-democracia, a exemplo do praticado na Suécia e na Inglaterra, resultou ser mais frutífero em termos de redução das desigualdades sociais, do que a sistemática confrontação ideológica da linha leninista, a exemplo do ocorrido na França. Controlar o Estado, mesmo quando este permaneça no essencial um reflexo das estruturas sociais engendradas sob a hegemonia burguesa, é condição necessária para levar a luta a outros planos e poder enfrentar as novas forças concentradoras de riqueza que se manifestam na fase mais avançada da acumulação. O que se veio a chamar de eurocomunismo não é outra coisa senão o reconhecimento dessa necessidade de romper os limites estreitos em que haviam sido confinadas as massas organizadas de certos países. (Furtado, 1978b, p. 99-100)

Já Marini, em seu artigo “A dialética do desenvolvimento do Brasil”, presente no livro *Subdesenvolvimento e Revolução* (2024), ao analisar as tentativas de aplicação de uma estratégia social-democrata de aliança entre a burguesia industrial nacional e a classe proletária - principalmente no que se refere ao segundo governo Vargas (1951-1954) e ao governo de João Goulart - demonstra a incapacidade desta estratégia de conseguir lograr a superação do subdesenvolvimento. Isto se dá pelas próprias características inerentes ao processo de acumulação das sociedades dependentes e pela complementaridade de interesses entre os setores dominantes e o capital estrangeiro.

Assim como analisado nestes dois momentos históricos, a partir do momento em que a classe trabalhadora logra aumentar seu poder de barganha e pressão pelos aumentos salariais, a classe burguesa industrial (em específico os extratos mais altos), ao ver sua taxa de lucro diminuída em prol do aumento da remuneração dos trabalhadores “[...] a burguesia esqueceu suas diferenças internas para fazer frente à única questão que lhe preocupa de fato: a redução das taxas de lucros” (Marini, 2024, p. 150). Esse processo é cristalizado de maneira mais clara com o golpe militar empresarial de 1964 e a derrotada estratégia democrático-burguesa, representada pelo governo de Goulart. No contexto de agudização da luta de classes, como consequência do avanço na organização sindical e no movimento de massas, a partir do fim dos anos 1950 a burguesia nacional buscou o rompimento unilateral com a estratégia de aliança com o proletariado, em prol de um golpe militar, no qual se consagrava a aliança com o latifúndio e o imperialismo.

De acordo com Serwy (2013), as diferenças de interpretação de ambos os autores levam a perspectivas divergentes sobre as limitações do desenvolvimento dependente, e mesmo do desenvolvimento sobre bases capitalistas, Furtado se alinha à proposta de um desenvolvimento capitalista de bases nacionais, e Marini postula a necessidade de superação do capitalismo. Desta maneira, para Marini, diferentemente de Furtado, no que se refere à sua visão de possibilidade de superação do subdesenvolvimento da América Latina, entende que a única via possível seria pela superação e ruptura com o capitalismo. Cario, Gomes & Sigauque (2019), ao analisarem a perspectiva de Marini sobre o caminho de superação do subdesenvolvimento, concluem o seguinte:

Ruy Mauro Marini aponta que os termos de troca são desiguais entre a periferia e o centro hegemônico do sistema capitalista. O autor afirma, ainda, que o sistema capitalista hegemônico cria 'enclaves de acumulação', ou seja, regiões semi periféricas, onde os países nessas condições exercem um Estado do tipo capitalista e subimperialismo. Na região da América Latina, o Brasil é o único país com condições institucionais, produtivas e políticas para exercer o subimperialismo. Por fim, Marini traça as linhas gerais para a superação do subdesenvolvimento nas regiões periféricas, orientando para: a) uma maior mobilização e organização hegemônica do proletariado e da pequena-burguesia; b) a criação de uma base política com caráter social e econômico para a edificação de um Estado fundado numa plataforma socialista; e c) uma mobilização da região da América Latina rumo à revolução continental (Cario, Gomes & Sigauque, 2019, p. 100,101).

É importante ressaltar, porém, que a diferença de perspectivas não só sobre a dependência latinoamericana, mas sobre suas possibilidades de superação, não se trata apenas de uma simples divergência teórica, mas antes de tudo uma divergência ideológica. O que é reflexo da trajetória de ambos, pelas suas posições políticas, pelas suas militâncias e pelas suas diferentes visões de mundo.

Marini por toda sua vida adulta, além de sua vida acadêmica, participou ativamente de movimentos e organizações políticas marxistas de cunho revolucionários, como por exemplo o ORM-POLOP e o MR-8, mesmo antes de ser consolidado como um acadêmico respeitado. O mineiro, sempre buscou militar e se organizar em partidos que não se encontravam dentro da institucionalidade burguesa, organizações estas que buscavam uma ruptura total com o modo de produção capitalista, por meio da defesa da revolução proletária.

Furtado por sua vez, no que se refere a sua atuação política, atuou principalmente no funcionalismo público, atuando e buscando ter um impacto concreto na sociedade

brasileira, por meio da atuação nos órgãos institucionais burgueses, em cargos indicados como: Ministro do Planejamento, na SUDENE e como Ministro da Cultura. O Paraibano sempre buscou mudar a sociedade por meio da atuação institucional e dentro dos limites do status quo capitalistas.

Podemos analisar concretamente como a teoria de ambos é totalmente entrelaçada e definida pelas suas visões ideológicas de mundo, o que fica muito claro quando analisamos comparadamente suas trajetórias políticas, e os caminhos escolhidos por ambos em suas lutas por uma América Latina melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta maneira, pode-se concluir que a visão de ambos os autores, no que se refere às características da sociedade periférica - 1) a remuneração da classe trabalhadora, 2) o papel da tecnologia inserida pelos países capitalistas, 3) o problema da realização da produção em uma sociedade marcada por baixa remuneração dos salários, 4) o papel do capital estrangeiro a partir dos anos 1960 nas economias dependentes (de agudizar a pauperização da qualidade de vida da classe trabalhadora) - aproximam-se em alguns pontos, porém em outros divergem, e a diferença de conclusões é explicada pela base teórica, pela perspectiva e pela posição política de ambos os autores.

Um exemplo de ponto de contato entre ambos os autores, mas que em última instância leva a diferentes conclusões, é a relação entre a deterioração dos termos de troca e a questão da remuneração dos trabalhadores dos países dependentes. Quando analisamos que Furtado entende a pauperização da qualidade de vida e o rebaixamento do salário real dos trabalhadores dos países da América Latina²³ como a maneira pela qual as burguesias

²³ “A degradação da relação de trocas podia ser vista como decorrência natural da vinculação de uma economia de tipo colonial com a metropolitana, sendo um aspecto da tendência à concentração do poder econômico que caracteriza a evolução do capitalismo. A dinâmica desse processo de transferência de recursos para o exterior permitia explicar, no caso brasileiro, a tendência à concentração social da renda e o lento crescimento do mercado interno. É que se procurou compensar a degradação da relação de trocas nas fases recessivas com um maior volume físico de exportações e com depreciação cambial. Dessa forma, as perdas dos grupos exportadores eram em grande parte transferidas para a massa da população” (Furtado, 2014, p. 71).

nacionais buscam remediar e amenizar suas perdas no comércio internacional, causadas pela tendência à deterioração dos termos de troca, podemos analisar que tal leitura se aproxima da análise feita por Marini no que se refere à relação entre trocas desiguais e superexploração do trabalho. Porém, quando analisamos mais profundamente as análises de ambos, percebemos claras diferenças: a primeira é que Furtado não utiliza a teoria do valor para explicar esses fenômenos,; a segunda é que na obra de Furtado o fenômeno da crônica baixa remuneração não corresponde a uma categoria, como ocorre na obra de Marini com a superexploração do trabalho, o que, em última instância, muda totalmente as conclusões de ambos os autores sobre o fenômeno analisado.

Enquanto Furtado entende a estratégia democrática burguesa como única via realmente viável e capaz de mudar a sociedade latino-americana, no caminho do aumento da qualidade de vida da coletividade e ao ponto de superar o subdesenvolvimento, e analisa a estratégia “leninista” de luta direta de luta pela superação do sistema como falha e inviável, Marini, por sua vez, mostra concretamente as contradições e limitações da estratégia democrático-burguesa, por meio da análise concreta das experiências de “frente ampla” implementadas por governos brasileiros.

No que se refere à influência e contato entre ambos os autores, sabemos com toda certeza que Marini teve contato com a obra de Celso Furtado, pois este cita a obra de Furtado em seu trabalho mais de uma vez. Porém, no que se refere ao fato de Furtado ter tido contato com a obra de Marini, mesmo que Furtado não tenha citado Marini especificamente em seus trabalhos, podemos confirmar que ambos os autores não só se conheciam, como é bem provável que Furtado tenha tido contato com o trabalho de Marini. Como discorre Marini (2022), em 1967 Celso Furtado, enquanto estava de passagem no México, durante seu exílio, a convite de Marini, participou como palestrante em uma conferência de seu curso de “História Diplomática da América Latina”, ministrado no Colégio do México. Não apenas isso, mas o mineiro ainda ressalta o seguinte sobre uma conversa que teve com Furtado durante aquele contato, no qual ambos debateram sobre o papel do golpe militar:

Lembro me, especialmente da discussão que mantive com Celso Furtado, uma noite, no café de Las Américas, juntamente com José Thiago Cintra - Furtado, defendendo sua tese sobre a ‘pastorização’, isto é, do retrocesso da economia brasileira ao estágio meramente agrícola, que a ditadura brasileira estaria promovendo, e eu insistindo no eixo central da minha reflexão sobre o Brasil, ou

seja, na ideia de que a ditadura correspondia à dominação do grande capital nacional e estrangeiro e impulsionava a economia do país a uma etapa superior do seu desenvolvimento capitalista (Marini, 2022, p. 95-96).

Ambos os autores foram de excepcional influência sobre o debate do subdesenvolvimento latinoamericano, seus trabalhos são leituras obrigatórias para qualquer pessoa que busque entender as especificidades e os problemas presentes nas sociedades latino-americanas de maneira concreta, e que seja minimamente interessado em lutar pela autonomia e emancipação de nosso povo. Tanto Furtado, quanto Marini, cada um pela sua perspectiva e visão de mundo, trouxeram importantíssimas contribuições para o entendimento do funcionamento do capitalismo periférico latino-americano.

Não apenas isso, mas ambos também nunca se esconderam da luta pela melhoria das condições de vida da população subalterna latino-americana, sempre foram politicamente ativos, e lutaram - de acordo com suas visões de mundo e perspectivas - de maneira presente e sempre ativa contra as injustiças, às quais o povo latinoamericano foi e continua a ser exposto pela acumulação desenfreada do capitalismo mundial. Sendo exemplos de como a teoria não pode se afastar da práxis, e do papel que intelectuais comprometidos com a América Latina devem exercer politicamente.

Isso não significa, claro, que estes autores não devam ser criticados, nem que devamos nos furtar a apontar limitações a seus trabalhos. Aqui iremos citar de maneira breve duas limitações - uma no trabalho de cada autor -, sobre as quais achamos pertinente discorrer de maneira breve.

No que se refere ao trabalho de Furtado, a principal limitação se dá pelo fato de Furtado não romper com a lógica capitalista em sua crítica, e buscar apenas por meio da reforma desse sistema o caminho para a superação do subdesenvolvimento. De acordo com Sampaio Jr. (1997), a limitação no pensamento de Furtado, está justamente no fato “[...] da defesa do regime capitalista, em última instância limitar a capacidade deste de levar às últimas consequências a crítica da dependência e ao subdesenvolvimento”.

Sem atribuir valor absoluto aos aspectos estritamente técnicos da racionalidade econômica, Furtado estabelece os princípios que devem orientar a incorporação de progresso técnico tendo em vista a construção de um sistema econômico nacional. No entanto, seu modo de pensar a autonomia relativa dos centros internos de decisão ignora que o raio de manobra da política econômica é prisioneiro da correlação de forças que sustenta o Estado. Ao subestimar a força dos grupos econômicos e sociais umbilicalmente comprometidos com o

subdesenvolvimento, o autor superestima as potencialidades reformistas das elites dirigentes e o papel da tecnocracia no desenvolvimento nacional. (Sampaio Jr., 1997, p. 231)

Já no que se refere a Ruy Mauro Marini, a principal lacuna presente em seu trabalho é a ausência em sua análise das relações de exploração, dominação e opressões raciais e de gênero, principalmente no que se refere a superexploração do trabalho.²⁴ Não é segredo para ninguém que as não apenas ganham menos do que os trabalhadores dos países desenvolvidos, mas também são marginalizados em relação ao trabalhador branco e homem da própria América Latina, sendo assim superexplorados de uma maneira ainda mais profunda do que eles. Como aponta Bichir (2024):

Para isso, é necessário que remontemos ao processo de colonização, marcado pelo genocídio dos povos originários, da escravização de negras e negros, despojadas/despojados de seu território, do estupro de mulheres e da violação de seus corpos, já que tais processos conformaram as relações de poder e dominação em nossa região, constituindo as bases sobre as quais se erigiram o capitalismo dependente, sua divisão social do trabalho racializada e generificada, e o próprio Estado dependente. (Bichir, 2024, p. 231)

Neste sentido podemos concluir que Marini em sua análise da dependência, ao entender as limitações do processo de acumulação capitalista em responder os anseios da grande massa da população latinoamericana, consegue desenvolver uma análise muito mais profunda e concreta sobre as especificidades das sociedades latino-americanas do que Furtado. Como analisamos, Furtado mesmo após seu processo de autocrítica no começo dos anos 1970, onde amadurece sua visão sobre as possibilidades de superação do subdesenvolvimento, ainda limita sua visão há uma falsa esperança de que o sistema capitalista, por meio de reformas e de sua ‘humanização’, seria a melhor escolha para à América Latina

²⁴ Tal lacuna também está presente no trabalho de Celso Furtado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Capítulo III - Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência / Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (orgs.) Boitempo. São Paulo: 2012. p.87-102

ARAÚJO, A. L. Z. O enfoque transdisciplinar de Celso Furtado acerca do desenvolvimento econômico. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 42, nº 2, abril-junho/2022. p. 345-363.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latinoamericano. 4ed. rev. Florianópolis: Editora Insular; 2019.

BICHIR, Maíra Machado. A Teoria Marxista da Dependência e a categoria Estado Dependente.. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v.16, n.2. ago. 2024. p.213-236.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro. Coletânea “A grande esperança em Celso Furtado”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C..Método y pasión en Celso Furtado. Santiago: Revista de la Cepal, 2004. p. 19-34.

CARDOSO, Fernando Henrique. SERRA, José; As desventuras da Dialética da Dependência. Rio de Janeiro: CEBRAP. 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre o Estado e a dependência. São Paulo: CEBRAP, n. II. 1973

CARDOSO, Fernando Henrique. As contradições do desenvolvimento-associado. São Paulo: Estudos CEBRAP, n.8. 1974.

CARIO, Silvio A. F.; GOMES, Márcio G.; SIGAÚQUE, Eduardo S. A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini.Santa Catarina: Revista Catarinense de Economia, 2019.

DE PAULA, João Antonio. Cultura e Desenvolvimento: 100 anos de Celso Furtado, um intelectual cosmopolita..Nova Economia v.29. Minas Gerais: 2019. p.1075-1089.

- FRANK, André Gunder. .El desarrollo del subdesarrollo: un ensayo autobiográfico. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- PRADO, Fernando Corrêa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil., Rio De Janeiro: UFRJ, 2011.
- PRADO, Fernando Correa ; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. São Paulo: Pensata Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 3, 2013. p. 10-29.
- FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. 4 ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1974
- FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (1978a)
- FURTADO, Celso. Criatividade e Dependência na Civilização Industrial. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (1978b)
- FURTADO, Celso. Análise do Modelo Brasileiro. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- FURTADO, Celso. A Construção Interrompida. 3ed. São Paulo: Paz e Terra. 1992.
- FURTADO, Celso.. O Capitalismo Global. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34ª Edição. São Paulo: Companhia de Letras, 2007.
- FURTADO, Celso, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. Obra Autobiográfica. 1ª Edição. São Paulo: Companhia de Letras, 2014.
- HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. Dependência e subdesenvolvimento - A transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento econômico em Celso Furtado. São Paulo: Alameda, 2012.
- HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. Dependência e superexploração: Os limites do debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

LÊNIN, V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2021.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANTEGA, Guido Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico, Relatório de Pesquisa n.27, 1997. Núcleo de Pesquisas e Publicações. Fundação Getulio Vargas

MARINI, Ruy Mauro. Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo.: Foro Internacional, v. 5, n. 4, abril-junio de 1965, pp. 511-546, El Colegio de México.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución en América Latina. Tricontinental, No. 7, La Habana, Cuba, 1968.

MARINI, Ruy Mauro. Duas notas sobre o socialismo. Rio de Janeiro: Lutas Sociais (5). 1998. 107–123

MARINI, Ruy Mauro. Emir Sader (orgs). Dialética da Dependência. 1ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (orgs); Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular. 2005

MARINI, Ruy Mauro. O Reformismo e a Contrarrevolução: estudos sobre o Chile. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (orgs). Ruy Mauro Marini: Dialética da dependência e outros escritos. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. 7 edição. Florianópolis: Editora Insular, 2024.

NOGUEIRA, Camila dos Santos. Economia Brasileira Contemporânea: dependências e superexploração. 1a edição. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

OURIQUES, Nildo; “Apresentação” de Subdesenvolvimento e Revolução. 7ª edição. Florianópolis: Editora Insular; 2024. pg 13-22.

RIBERTI, Larissa Jacheta. Tlatelolco em 1968: a construção da memória do movimento estudantil e da luta pela democratização no México contemporâneo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSTOW, W. W . Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista). 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SAMPAIO JR., P. D. A. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Campinas, SP: UNICAMP; 1997.

SERWY., Gabriel Rollemberg. Capitalismo Latino-Americano em questão: As abordagens de Ruy Mauro Marini e Celso Furtado sobre a dependência e o subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Revista Desenvolvimento e Civilização, 2023.

TAVARES, Maria da Conceição. Capítulo XI - Subdesenvolvimento dominação e luta de classes. Celso Furtado: a esperança militante vol. 1/Cidoval Moraes de Souza, Ivo Marcos Theis, José Luciano Albino Barbosa (Organizadores). EDUEPB. Campina Grande: 2020. p.203-228.

TAVARES, Maria da Conceição. “O desenvolvimento industrial latino-americano e a atual crise do transnacionalismo - algumas questões. Estudos CEBRAP. número 13. 1975.

WAGNER, Adolfo; DA SILVA, Nívia C. Pereira. Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: duas visões sobre o capitalismo dependente. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. GT 8. Marxismos latino-americanos: 2013. p. 185-200.

WASSERMAN, C. ; GIL, A. C. A. . Os Intelectuais Brasileiros Nos Anos 1960 e o Grupo de Brasília.. In: GIL, Antonio Carlos Amador; JESUS, Graziela Menezes de. (Org.). Estudos de história política e das ideias. 1ed.Vitória: LEHPI/UFES, 2014, v. 1, p. 1-12.